

Aula 00

*Câmara de Porto Velho-RO (Técnico
Legislativo) Noções de Direito
Constitucional*

Autor:

**Equipe Direito Constitucional
Estratégia Concursos**

11 de Outubro de 2024

Índice

1) Poder Legislativo: Funções, Estrutura, Reuniões e Comissões	3
2) Atribuições do Congresso Nacional (art. 48 - art. 50, CF/88)	22
3) Atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51, CF/88)	27
4) Atribuições do Senado Federal (art. 52, CF/88)	28
5) Estatuto dos Congressistas (art. 53 - art. 56, CF/88)	32
6) Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (art. 70 - art. 75, CF/88)	47
7) Questões Comentadas - Poder Legislativo - FUNDAÇÕES	63
8) Questões Comentadas - Poder Legislativo - INSTITUTOS	95
9) Questões Comentadas - Poder Legislativo - UNIVERSITÁRIAS	115
10) Questões Comentadas - Fiscalização contábil, financeira e orçamentária - MULTIBANCAS	132
11) Lista de Questões - Poder Legislativo - FUNDAÇÕES	152
12) Lista de Questões - Poder Legislativo - INSTITUTOS	166
13) Lista de Questões - Poder Legislativo - UNIVERSITÁRIAS	176
14) Lista de Questões - Fiscalização contábil, financeira e orçamentária - MULTIBANCAS	185



PODER LEGISLATIVO: FUNÇÕES, ESTRUTURA, REUNIÕES E COMISSÕES

Funções do Poder Legislativo

O poder político é **uno e indivisível**, tendo como titular o **povo**, que o exerce por meio de seus representantes ou, diretamente, nos termos da Constituição Federal. Consagra-se, assim, a **soberania popular**, que é viga mestra do Estado democrático de direito.

Para alcançar os seus fins, o Estado deve organizar-se, o que é feito levando-se em consideração o princípio da **separação de poderes**, ideia defendida, ao longo dos tempos, por pensadores do porte de Montesquieu e John Locke. Atualmente, por reconhecer-se que o poder político é uno e indivisível, é tecnicamente mais adequado nos referirmos à **separação de funções estatais** (e não à separação de poderes).

São 3 (três) as **funções estatais básicas**: i) função executiva; ii) função legislativa e; iii) função judiciária. Cada uma dessas funções é **exercida com predominância** por um dos três Poderes (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário).

Na organização dos Estados contemporâneos, **não se admite** que tais funções sejam exercidas com **exclusividade** por algum Poder; por isso o correto é dizer que cada função é exercida com predominância por algum dos três Poderes. Dessa forma, na moderna concepção de divisão das funções estatais, cada um dos três Poderes exerce **funções típicas** e **funções atípicas**.

O Poder Legislativo tem duas **funções típicas** (aquelas que exerce com predominância): a função de **legislar** e a de **fiscalizar**. A função de legislar consiste na tarefa de **elaborar as leis**, atos normativos que inovam o ordenamento jurídico. Por sua vez, a função de fiscalizar manifesta-se no controle externo dos atos dos demais Poderes estatais; com efeito, o Poder Legislativo realiza a **fiscalização** contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo, bem como **investiga fato determinado** por meio das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Ressalte-se que, ao contrário do que alguns podem pensar, as duas funções do Poder Legislativo (legislar e fiscalizar) possuem o **mesmo grau de importância**, não existindo hierarquia entre elas.

No que diz respeito às **funções atípicas**, o Poder Legislativo exerce a **função administrativa** quando realiza concurso público para provimento de cargos ou, ainda, quando promove uma licitação para compra de material de consumo. Também exerce a **função de julgamento**, que se materializa, por exemplo, quando o Senado Federal processa e julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

HORA DE PRATICAR!



(PGE-RJ – 2022) No Estado brasileiro, o Poder Legislativo, além da função normativa que lhe é típica, tem atribuição julgadora em situações taxativamente expressas na Constituição Federal.

Comentários:

O Poder Legislativo exerce função julgadora de forma atípica. Um exemplo clássico dessa função **atípica** é o julgamento do Presidente da República pelo Senado Federal por crimes de responsabilidade. Questão correta.

Estrutura e Funcionamento do Poder Legislativo

Funcionamento do Poder Legislativo

Em nível federal, o Poder Legislativo é **bicameral**, sendo representado pelo Congresso Nacional, que é composto de duas Casas Legislativas (o Senado Federal e a Câmara dos Deputados). O **Senado Federal** é composto por **representantes dos Estados e do Distrito Federal** (os Senadores), ao passo que a **Câmara dos Deputados** é composta por **representantes do povo** (os Deputados Federais).

Já em nível estadual e municipal, o Poder Legislativo é **unicameral**. Nos estados, é exercido pela **Assembleia Legislativa** (integrada pelos Deputados Estaduais), ao passo que nos Municípios é exercido pela **Câmara Municipal** (composta pelos Vereadores).

Nosso foco, nesse momento, será tratar do Poder Legislativo federal. Considera-se que vigora no Brasil, em âmbito federal, o **bicameralismo federativo**. Por bicameralismo, entende-se o fato de o Legislativo ser composto de duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Já a denominação “federativo” se deve ao fato de alguns entes federativos (Estados e Distrito Federal) terem representantes no Legislativo federal. Observe bem que os Municípios não têm representantes no Poder Legislativo Federal, ou seja, eles não participam da formação da vontade nacional.

O Congresso Nacional, em regra, atua por meio da manifestação do Senado e da Câmara em separado, de **forma autônoma**. Cada Casa delibera sobre as proposições de acordo com seu respectivo regimento interno, sem subordinação de uma Casa a outra. Daí dizer-se, inclusive, que vigora no Brasil o **bicameralismo igual**.

Entretanto, em algumas situações previstas na Constituição, haverá o trabalho simultâneo e conjunto das Casas, por previsão constitucional. Trata-se da **sessão conjunta** do Congresso Nacional. Nela, as duas Casas Legislativas reúnem-se **simultaneamente** para deliberar sobre matéria de competência do Congresso Nacional. Destaque-se que, na sessão conjunta, as Casas Legislativas irão **deliberar separadamente**, com contagem de votos dentro de cada Casa.

ESCLARECENDO!



§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

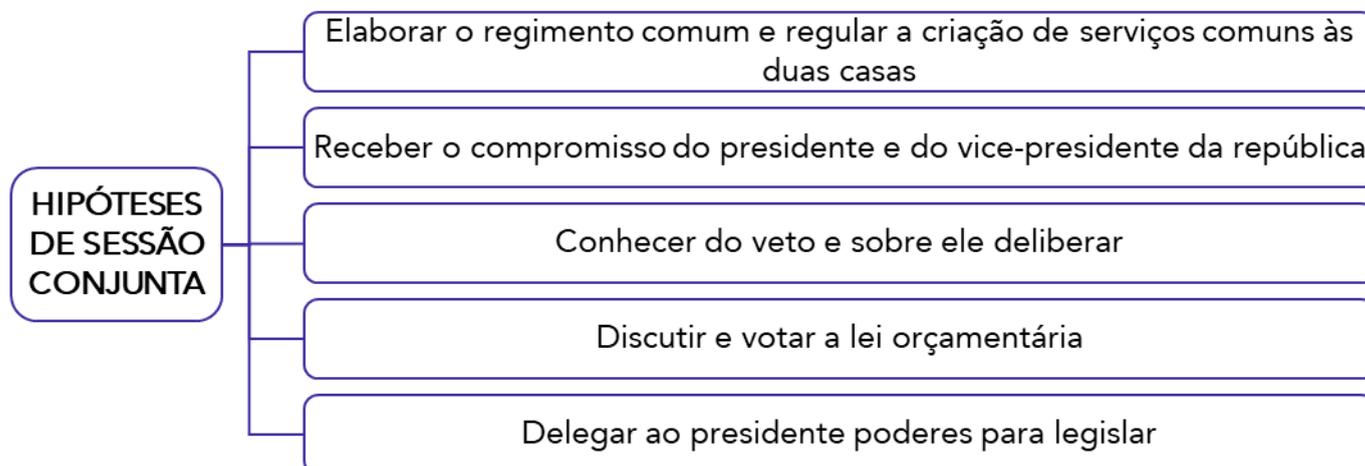
A inauguração da sessão legislativa e o recebimento do compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República são **ocasiões solenes**, que demandam sessão conjunta do Congresso Nacional. Da mesma forma, será realizada sessão conjunta para **elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns** às duas Casas, bem como para **apreciar o veto** presidencial a projeto de lei.

Além dessas hipóteses do art. 57, § 3º, a Constituição também estabelece a necessidade de **sessão conjunta** para:

a) **Discussão e votação da lei orçamentária**, conforme o art. 166, CF/88.

b) **Delegar ao Presidente da República poderes para legislar**. O Congresso irá, por meio de Resolução do Congresso Nacional, conceder ao Presidente a competência para editar lei delegada.

Esquematisando:



FIQUE ATENTO!



Apesar de o Poder Legislativo da União ser composto por 2 (duas) Casas Legislativas, são **3 (três) os órgãos deliberativos**: a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional. Nas sessões conjuntas, são exercidas **competências próprias** do Congresso Nacional.

Não se pode confundir sessão conjunta com sessão unicameral. Na **sessão unicameral**, ao contrário da sessão conjunta, o Congresso Nacional irá atuar como se fosse uma só Casa, ou seja, a **contagem dos votos não será feita separadamente** em cada Casa. Os votos dos Deputados Federais e dos Senadores serão tomados em seu conjunto. O texto constitucional prevê apenas **uma hipótese de sessão unicameral** do Congresso Nacional (ADCT, art. 3º). Trata-se da reunião, já realizada, para aprovar emendas constitucionais pelo **processo simplificado de revisão**, cinco anos após a promulgação da Constituição. O Congresso, nesse caso, atuou como se fosse uma só Casa.

HORA DE PRATICAR!



(TRT 24ª Região – 2014) Compete à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, em sessão conjunta, elaborar e aprovar o regimento comum, mediante deliberação em sistema unicameral, que soma indistintamente os votos de Deputados e Senadores.

Comentários:

A elaboração e aprovação do regimento comum ocorre em **sessão conjunta** do Congresso Nacional. Não se pode confundir sessão conjunta com sessão unicameral. Daí o erro da questão. Na sessão conjunta, a contagem de votos acontece dentro de cada Casa. Questão errada.

Reuniões

O Congresso Nacional exerce suas atividades ao longo de uma **legislatura**, cuja duração é de **4 (quatro) anos**, coincidindo com o mandato dos Deputados Federais. Durante uma legislatura, ocorrem **sessões legislativas ordinárias** e **sessões legislativas extraordinárias**.

A **sessão legislativa ordinária (SLO)** está descrita no art. 57, *caput*, da CF/88, que estabelece que o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de **2 de fevereiro a 17 de julho** e de **1º de agosto a 22 de dezembro**. É o período normal de trabalho do Congresso Nacional. Cada sessão legislativa ordinária compreende **dois períodos legislativos** (02/02 a 17/07 e 01/08 a 22/12). Os intervalos entre esses períodos são chamados de recessos parlamentares.

A Constituição Federal dispõe que a sessão legislativa **não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias**. Sobre o projeto de LDO, cabe destacar que é de iniciativa privativa do Presidente da República, devendo ser encaminhado ao Congresso Nacional até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. Assim, o projeto de LDO **deve ser**



aprovado pelo Congresso Nacional até 17 de julho, sob pena de a sessão legislativa não ser interrompida e de os parlamentares não usufruírem do recesso do meio de ano.

Em uma legislatura (cuja duração é de 4 anos), ocorrem **4 sessões legislativas ordinárias**. Antes da 1ª SLO e da 3ª SLO, ocorrem as chamadas sessões preparatórias, em cada uma das Casas Legislativas. Antes da 1ª SLO, as sessões preparatórias serão destinadas à **posse dos parlamentares** e à **eleição das Mesas** do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; por sua vez, antes da 3ª SLO, as sessões preparatórias terão como objetivo apenas eleger as Mesas.

Isso é o que se depreende do art. 57, § 4º, que dispõe que "*cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente*". Perceba que a CF/88 **não faz menção expressa às sessões preparatórias que antecedem a 3ª SLO**. No entanto, **essas irão ocorrer**, conforme previsão nos Regimentos Internos do Senado e da Câmara dos Deputados. O objetivo é **eleger a Mesa de cada uma das Casas Legislativas**, uma vez que o mandato dos membros desta é de **apenas 2 (dois) anos**.

A **sessão legislativa extraordinária** (SLE), por sua vez, é a que ocorre fora do período normal de trabalho do Congresso Nacional; em outras palavras, é aquela que acontece **durante os recessos parlamentares**. O Congresso Nacional será, nesse caso, convocado extraordinariamente para deliberar sobre questões especiais.

Art. 57 (...)

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Nas hipóteses de decretação de **estado de defesa** ou de **intervenção federal**, de pedido de autorização para decretação de **estado de sítio** e para o **compromisso e posse do Presidente e Vice-Presidente**, a competência para convocar extraordinariamente o Congresso Nacional será do **Presidente do Senado Federal**. Perceba que o Presidente do Senado, sozinho, é quem irá convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, independentemente de deliberação dos outros parlamentares.

Também é possível que o Congresso Nacional seja convocado extraordinariamente em caso de **urgência ou de interesse público relevante**. Nessa situação, a convocação poderá ser feita: i) pelo Presidente da República; ii) Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados (juntos); ou iii) a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas Legislativas. Destaque-se que, quando a convocação for em caso de urgência ou de interesse público relevante, ela **deverá da aprovação da maioria absoluta** de cada uma das Casas do Congresso Nacional.



Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso apenas deliberará sobre a **matéria para a qual foi convocado** (art. 57, §7º, CF) e sobre **medidas provisórias** em vigor na data da convocação (art. 57, §8º, CF). Além disso, **não há pagamento de parcela indenizatória** em razão da convocação extraordinária. Ressalte-se que, segundo o STF, a vedação ao pagamento de parcela indenizatória durante a sessão legislativa extraordinária é **norma de reprodução obrigatória para os parlamentares estaduais**, o que é explicado pelo princípio da simetria.¹

HORA DE PRATICAR!



(CAMPREV – 2023) Os congressistas e servidores são proibidos de receber parcela indenizatória em decorrência da convocação para sessão legislativa extraordinária.

Comentários:

Conforme o art. 57, § 7º, da CF/88, é vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação. Questão correta.

(DPE-PR – 2014) Na sessão legislativa ordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese de medida provisória em vigor na data de convocação da reunião, que será automaticamente colocada na pauta, vedado pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

Comentários:

É na sessão legislativa extraordinária que o Congresso apenas delibera sobre a matéria para a qual foi convocado. Questão errada.

Estrutura do Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados, também conhecida como Câmara baixa, é a Casa Legislativa de **maior envergadura** no Poder Legislativo Federal, uma vez que é nela que, na maior parte das vezes, tem início o processo legislativo.² É composta por **representantes do povo**, eleitos pelo **sistema proporcional**, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal (art. 45, CF/88).

O sistema proporcional é utilizado nas eleições para **Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores**. Trata-se de um mecanismo de contabilização de votos por meio do qual cada partido político terá um número de representantes no parlamento proporcional ao número de

¹ Pleno, STF, ADI nº 4.509 MC. Rel. Min. Cármen Lúcia. 07.04.2011. No mesmo sentido: ADPF 836, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento virtual finalizado em 02.08.2021.

² CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª edição. Ed. Juspodium, 2012, pp. 1022.



eleitores que o apoiam. Se 20% dos eleitores apoiam um determinado partido, 20% das vagas no parlamento serão ocupadas por parlamentares a ele vinculados.

Segundo o STF, "o sistema de representação proporcional, por constituir conceito jurídico indeterminado, depende, para sua implementação, de prévia definição normativa a ser estabelecida pelo legislador ordinário no exercício do poder de regulação que lhe foi atribuído pelo ordenamento constitucional". Assim, foi necessário que uma lei estabelecesse **como seria implementado o sistema proporcional**.

Para viabilizar a implementação desse sistema, adota-se o **método do quociente eleitoral**, que consiste no cálculo de quantas cadeiras serão ocupadas por cada legenda partidária. Para isso, inicialmente, divide-se o total de votos válidos em candidatos pelo número de cargos em disputa, obtendo-se o **quociente eleitoral**. O total de votos obtidos por cada legenda partidária é dividido por esse quociente, chegando-se, finalmente, ao número de cadeiras por legenda (**quociente partidário**).

Suponha, por exemplo, que há 10 vagas para Deputado Federal no estado do Espírito Santo e 2.500.000 eleitores. Considerando que, em uma determinada eleição, há 2.300.000 votos válidos, o quociente eleitoral será de 230.000 eleitores. Se um determinado partido político tiver 1.150.000 votos válidos, ele irá eleger 5 deputados federais (os 5 mais votados do partido!). Perceba que, se um candidato desse partido político, sozinho, tiver recebido, por exemplo, 900.000 votos, ele terá "puxado" seus companheiros de partido, que acabam "pegando carona" em sua expressiva votação.

Segundo o art. 45, § 1º, o **número total de Deputados Federais**, bem como a **representação por Estado e pelo Distrito Federal**, será estabelecido por **lei complementar**. A representação deverá ser **proporcional à população**, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de 8 (oito) ou mais de 70 (setenta) Deputados.

FIQUE ATENTO!



Chamo sua atenção para alguns detalhes:

- 1) Atualmente, o número total de Deputados Federais, definido em **lei complementar**, é de 513.
- 2) A representação por unidade da federação é **proporcional à população** (e não ao número de eleitores!).
- 3) Os Territórios Federais têm o **número fixo de 4 Deputados Federais**, previsto na Constituição Federal. Assim, **está errado** dizer que o número de Deputados Federais **é proporcional à população dos Territórios**.

Ao estabelecer que as unidades da Federação terão, no mínimo 8 (oito) e no máximo 70 (setenta) Deputados Federais, a Constituição **atenuou o critério puro da proporcionalidade** entre a



população (representados) e os Deputados (representantes). Segundo Alexandre de Moraes, essa atenuação gera graves distorções, favorecendo Estados-membros com menor densidade demográfica em prejuízo dos mais populosos e contradizendo a regra do art. 14, que propugna pela igualdade do voto (“one man one vote”).³

Pelas características do sistema proporcional, fica bem claro que o voto é do partido (ou da federação ou coligação partidária)⁴; trata-se do chamado voto de legenda. Isso traz repercussões importantes, especialmente com relação à fidelidade partidária. No entendimento do STF, os partidos políticos e as federações partidárias têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema proporcional.

Assim, **perderá seu mandato** o Deputado que, sem razão legítima que o justifique, cancelar a sua filiação partidária ou transferir-se para outra legenda. Destaque-se, todavia, que **essa regra não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário**, sob pena de violação da soberania popular e das escolhas feitas pelo eleitor.⁵

O Supremo Tribunal Federal (STF) entende, porém, que **algumas situações excepcionais** (mudança significativa de orientação programática do partido ou comprovada perseguição política) **tornam legítimo o desligamento voluntário do partido**. Nesse caso, o parlamentar tem direito a instaurar, perante a Justiça Eleitoral, procedimento no qual possa demonstrar a ocorrência dessas situações, caso em que manterá a titularidade de seu mandato eletivo.

Senado Federal

O Senado Federal, também conhecido como Câmara alta, é a Casa legislativa que reforça a **forma federativa** de Estado. Segundo o art. 46, CF/88, o Senado Federal compõe-se de **representantes dos Estados e do Distrito Federal**, permitindo que esses entes federativos participem da formação da vontade nacional. Os Senadores são eleitos pelo **sistema majoritário simples**.

Pelo sistema majoritário simples, considera-se eleito o candidato com **maior número de votos nas eleições**, excluídos os votos em branco e os nulos, em um só turno de votação. Esse sistema eleitoral se aplica à eleição dos Senadores e dos prefeitos de Municípios com até 200.000 eleitores. Nas eleições para Presidente da República, Governador e prefeito de Municípios com mais de 200.000 eleitores, aplica-se o sistema majoritário absoluto (ou sistema majoritário de “dois turnos”).

Cada Estado e o Distrito Federal elegem **três Senadores**, com **mandato de oito anos** (art. 46, § 1º, CF). A representação de cada Estado e do Distrito Federal **renova-se de quatro em quatro anos**, alternadamente, por um e dois terços (art. 46, § 2º, CF). Assim, nas eleições de 2010, cada Estado elegeu 2 Senadores; em 2014, por sua vez, a eleição foi para 1 Senador em cada Estado. Em 2018, foram 2 Senadores por Estado.

³ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 998-999.

⁴ A Emenda Constitucional nº 97/2017 previu que, a partir das eleições de 2020, não serão admitidas coligações nas eleições proporcionais.

⁵ ADI 5081 / DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. Julg. 27.05.2015.



Considerando-se que o Brasil compõe-se de 26 Estados e do Distrito Federal, há um total de **81 Senadores** (3 por unidade da federação). É requisito de elegibilidade para o cargo possuir a **idade mínima de 35 anos** e ter a nacionalidade brasileira (nato ou naturalizado).

Cada senador é eleito com **2 (dois) suplentes** (art. 46, § 3º, CF). Caso ocorra **renúncia ou perda do mandato** de senador da República, deverá ser chamado para assumir a vaga no Senado Federal seu 1º suplente e, no impedimento deste, sucessivamente o 2º suplente. **Ocorrendo vaga e não havendo suplente**, será feita **eleição para preenchê-la se faltarem mais de 15 (quinze) meses** para o término do mandato.

HORA DE PRATICAR!



(DATAPREV – 2023) Por ser a Câmara dos Deputados casa legislativa de representação popular, existe proporcionalidade rígida e precisa na relação entre o voto dos eleitores em cada estado e o número de deputados que esses votos elegem.

Comentários:

O art. 45, § 1º, da CF/88 dispõe que o número de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, **procedendo-se aos ajustes necessários**. Logo, não há que se falar em proporcionalidade rígida. Questão errada.

(TELEBRAS – 2022) A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional, e o Senado Federal é formado por representantes das unidades da federação e do Distrito Federal, que são eleitos segundo o princípio majoritário.

Comentários:

A estrutura bicameral estabelecida ao Poder Legislativo pela CF/88 consta expressamente no art. 44, sendo definido em sua composição a Câmara dos Deputados, cujos parlamentares (Deputados Federais) são considerados como representantes do povo e eleitos pelo sistema proporcional, com variação da quantidade populacional, com no mínimo oito e no máximo setenta Deputados (Art. 45, § 1º), cabendo aos Territórios Federais eleger quatro Deputados (Art. 45, § 2º). Já o Senado Federal é formado por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo eleitos três parlamentares por cada um, com mandato de oito anos (CF/88, art. 46, § 1º), cuja representação será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Questão correta.

(TRT 3ª Região – 2015) Os Estados e o Distrito Federal elegerão seus Senadores em número proporcional à sua população, devendo cada unidade da Federação ter ao menos três e no máximo cinco Senadores.

Comentários:

O número de Senadores não é proporcional à população. Ao contrário, o número é fixo: cada Estado e o Distrito Federal elegem 3 Senadores, para mandato de 8 anos. Questão errada.



(TRT 3ª Região – 2015) Os Estados e o Distrito Federal elegerão seus Deputados em número proporcional à sua população, devendo cada unidade da Federação ter ao menos oito e no máximo setenta Deputados.

Comentários:

É isso mesmo! O número de Deputados Federais é proporcional à população dos Estados. O número mínimo é de 8 (oito) Deputados e o número máximo de 70 (setenta) Deputados. Questão correta.

Mesas Diretoras

Em cada uma das Casas Legislativas, existe uma Mesa Diretora, assim denominado o órgão responsável pela **condução dos trabalhos legislativos e administrativos**. Temos, portanto, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal e, ainda, a Mesa do Congresso Nacional.

A **Mesa do Congresso Nacional** é presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, **alternadamente**, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (art. 57, § 5º, CF). Já as **Mesas da Câmara e do Senado** são **eleitas**, respectivamente, pelos deputados e senadores, devendo assegurar-se, tanto quanto possível, a **representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares** que participam da respectiva Casa (art. 58, § 1º, CF).

O mandato dos cargos da Mesa é de **2 (dois) anos, vedada a recondução** para o mesmo cargo na eleição subsequente. Segundo o STF, essa vedação somente se aplica **dentro de uma mesma legislatura**, nada impedindo a recondução no âmbito de uma legislatura diferente.⁶

No que diz respeito às Casas Legislativas Estaduais (Assembleias Legislativas) e Municipais (Câmaras Municipais), o Supremo Tribunal Federal tem defendido o entendimento de que é permitida apenas **uma reeleição (ou recondução) sucessiva ao mesmo cargo** da mesa diretora, **independentemente de os mandatos consecutivos se referirem à mesma legislatura**⁷. A vedação à reeleição ou recondução aplica-se somente para o mesmo cargo da mesa diretora, não impedindo que membro da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, **desde que em cargo distinto**.

Portanto, as Constituições estaduais podem prever a reeleição de membros das mesas diretoras das assembleias legislativas para mandatos consecutivos, mas essa recondução é limitada a **uma única vez**.

Comissões

As Comissões Parlamentares são **órgãos criados pelas Casas Legislativas** para facilitar-lhes os trabalhos; possuem **natureza técnica** e são consideradas por muitos como o “coração” das Casas Legislativas.

⁶ STF, Pleno, MS nº 22.183-6, 12.12.1997.

⁷ ADIs 6684, 6707, 6709 e 6710 (Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Rel. p/ Ac. Min. Gilmar Mendes).



As Comissões são criadas por **cada Casa separadamente** ou **pelo Congresso Nacional**, na forma do regimento interno correspondente. Quando constituídas no âmbito de cada Casa, são compostas por deputados (no caso de Comissão da Câmara) ou senadores (no caso de Comissão do Senado). No Congresso, pode haver Comissões Mistas, compostas tanto por deputados como por senadores. É o caso da Comissão Mista que aprecia as medidas provisórias, por exemplo (art. 62, §9º, CF).

Na constituição de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a **representação proporcional** dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa (art. 58, §1º, CF).

As comissões podem ser permanentes ou temporárias. As **comissões permanentes integram a própria estrutura da Casa Legislativa** de que fazem parte, tendo suas competências definidas pelo regimento interno respectivo. Possuem caráter especializado, apreciando as proposições submetidas a seu exame e exercendo a fiscalização dos atos do poder público, no âmbito dos respectivos campos de atuação. Já as **comissões temporárias** são criadas para apreciar determinada matéria, **extinguindo-se** com o término da legislatura, quando realizam seu objetivo ou quando expira o prazo de sua duração.

A Constituição Federal relaciona, no art. 58, § 2º, atribuições que poderão ser realizadas pelas Comissões Parlamentares:

§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
- IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Sobre as atribuições das Comissões, chamo a atenção de vocês para dois pontos muito cobrados em prova:

- a) O inciso I trata do **procedimento legislativo abreviado**, que consiste na possibilidade de que um projeto de lei seja aprovado sem que precise ser apreciado pelo Plenário da Casa Legislativa. É o Regimento Interno de cada Casa que irá dispor sobre as matérias em que fica **dispensada a apreciação pelo Plenário**. Ressalte-se que, mesmo nas hipóteses em que é aplicável o procedimento legislativo abreviado, o projeto de lei pode ser votado em Plenário caso haja recurso de 1/10 dos membros da Casa Legislativa.
- b) O inciso III trata da competência das Comissões para **convocar Ministro de Estado** para **prestar informações** sobre assuntos inerentes a suas atribuições.



Sobre isso, deve-se ressaltar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, **poderão convocar** Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, **importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada**. Assim, o Ministro da Economia pode ser convocado por uma Comissão da Câmara para falar, por exemplo, sobre o aumento da inflação; caso ele não compareça, sem justificativa adequada, estará cometendo crime de responsabilidade.

Segundo o STF, norma estadual ou municipal não pode conferir a parlamentar, **individualmente**, o poder de requisitar informações ao Poder Executivo⁸.

Uma importante comissão temporária é a **Comissão Representativa do Congresso Nacional**, que atua durante o período de **recesso legislativo**. Vale lembrar que a sessão legislativa ordinária é composta de dois períodos legislativos (02 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro). O art. 58, §4º, CF/88 trata dessa comissão:

§ 4º - Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Também são comissões temporárias as “famosas” **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)**, que serão estudadas a seguir. Pela sua importância, as CPIs merecem um tópico separado.

Comissões Parlamentares de Inquérito

O trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) é uma das formas pelas quais o Poder Legislativo exerce sua **função típica de fiscalização**. Trata-se de **controle político-administrativo** exercido pelo Parlamento com a finalidade de, em busca da verdade, apurar acontecimentos e desvendar situações de interesse público.⁹ É mecanismo típico do sistema de freios e contrapesos, de controle do Poder Legislativo sobre os demais Poderes.

As CPIs têm como atribuição realizar a investigação parlamentar, produzindo o **inquérito legislativo**. Nesse sentido, CPI não julga, não acusa e não promove responsabilidade de ninguém. Sua função é **meramente investigatória**; todavia, suas conclusões, quando for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público para que ele promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

A Constituição Federal tratou das Comissões Parlamentares de Inquérito no art. 58, §3º, que determina o seguinte:

⁸ ADI 4700/DF. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 13.12.2021.

⁹ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, 6ª edição, 2011. pp. 886.



§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, **em conjunto ou separadamente**. Assim, podem existir CPIs da Câmara dos Deputados, CPIs do Senado ou, ainda, CPIs mistas.

Requisitos Constitucionais para a criação de CPIs:

A criação de uma CPI está sujeita ao cumprimento de certos **requisitos constitucionais**, os quais, enfatize-se, também são aplicáveis à criação de CPIs em outros âmbitos federativos (nos Estados e nos Municípios). Esses requisitos (pressupostos para a criação de CPI) **estão sujeitos ao controle jurisdicional**. É possível, por exemplo, que o Poder Judiciário invalide a criação de CPI que não cumpriu os requisitos constitucionais.

Os pressupostos para a criação de CPI são os seguintes:

a) Requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa:

O STF considera que as CPIs são um “direito das minorias”. É por isso que se exige o requerimento de apenas 1/3 dos membros da Casa Legislativa ou, no caso de comissão mista, um terço dos membros de cada uma das Casas. Segundo o Pretório Excelso, **preenchidos os requisitos** constitucionais do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, existe **direito público subjetivo de as minorias parlamentares** verem instaurado o inquérito parlamentar, com apoio no direito de oposição, legítimo consectário do princípio democrático.¹⁰

Ainda segundo o STF, é inconstitucional que se estabeleça o requerimento de criação de CPI à deliberação pelo Plenário. O requerimento por 1/3 dos membros da Casa Legislativa é suficiente para a instauração de CPI. Segundo o Ministro Eros Grau:

“em decorrência do pacto federativo, o modelo federal de criação e instauração das comissões parlamentares de inquérito constitui matéria compulsoriamente a ser observada pelas Casas Legislativas estaduais (...) daí porque se há de ter, na garantia da criação da comissão parlamentar de inquérito mediante requerimento de criação de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, a garantia da sua instalação independentemente de deliberação do plenário. A sujeição do requerimento de criação da comissão a essa maioria equivaleria a frustração da própria garantia. As minorias – vale dizer, um terço dos membros da Assembleia Legislativa – já não mais deteriam o direito à criação da comissão parlamentar de inquérito, que passaria a depender de decisão da maioria, tal como expressa no plenário”¹¹.

Ainda considerando que as CPIs são um direito das minorias, entende o STF que **a maioria legislativa, mediante inércia de seus líderes na indicação de membros para compor uma CPI, não**

¹⁰ STF, Pleno, MS 24831/DF; MS 24845/DF; MS 24846/DF.

¹¹ STF, Pleno, ADIn no 3619/SP.



pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários, do direito público subjetivo de ver instaurada investigação parlamentar em torno de fato determinado e por período certo.¹²

O STF entende, também, que **não há vedação constitucional** à norma regimental que estabeleça limites para o número de CPIs que pode ser criado simultaneamente. Em outras palavras, é válida norma do Regimento Interno da Casa Legislativa que estabeleça um **número máximo de CPIs que poderão funcionar ao mesmo tempo**.

b) Indicação de fato determinado a ser investigado:

O ato que instaura uma CPI deverá delimitar, precisamente, os fatos que serão objeto da investigação parlamentar. **Não se admite a criação de CPIs para investigações genéricas** ou, como diz o Ministro Gilmar Mendes, para devassas generalizadas, **sob pena de se produzir um quadro de insegurança e de perigo para as liberdades individuais**.¹³

É importante destacar que a **CPI pode investigar mais de um fato**, desde que todos os fatos investigados sejam determinados. Além disso, a regra que determina a necessidade de criação das comissões com objeto específico **não impede a apuração de fatos conexos ao principal**, ou, ainda, de outros fatos, inicialmente desconhecidos, **que surgirem durante a investigação**, bastando, para que isso ocorra, que haja um aditamento do objeto inicial da CPI¹⁴.

Ressalte-se que, para a doutrina e a jurisprudência, as **CPIs de um ente da federação não podem investigar fatos referentes aos demais**, devido ao pacto federativo. Desse modo, uma CPI federal não pode investigar questões relacionadas à gestão da coisa pública estadual, distrital ou municipal, por exemplo. Os poderes das CPIs criadas pelas Casas do Congresso Nacional não alcançam, portanto, fatos ligados estritamente à competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

c) Fixação de prazo certo para os trabalhos da CPI.

O ato que instaura uma CPI deve prever o prazo dentro do qual os seus trabalhos serão encerrados. No entanto, a locução "prazo certo", segundo o STF, **não impede prorrogações sucessivas dentro da legislatura**. Contudo, o final da legislatura sempre representará um **termo final** para as CPIs.

Segundo o STF, a **instauração** de Comissão Parlamentar de Inquérito depende **unicamente** do preenchimento dos requisitos previstos no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ou seja: (a) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; (b) a indicação de fato determinado a ser apurado; e (c) a definição de prazo certo para sua duração¹⁵.

Poderes de Investigação das CPIs:

Os **poderes de investigação das CPIs são limitados** pelo princípio da separação de poderes e pelo respeito aos direitos fundamentais. Apesar de a Constituição ter mencionado que as CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, há certas competências que estão sujeitas à **reserva de jurisdição**, isto é, são exclusivas do Poder Judiciário. Nesse sentido, é bastante relevante sabermos o que as CPIs podem e o que não podem fazer.

¹² MS 24.831, Rel. Min. Celso de Mello, Julg: 22.06.2005.

¹³ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, 6ª edição, 2011. pp. 886.

¹⁴ STF, HC nº 71.039/RJ, 0704.1994.

¹⁵ MS 37760 MC-Ref/DF, relator Min. Roberto Barroso, julgamento em 14.4.2021.



Segundo a jurisprudência do STF, as **CPIs têm competência** para:

a) **Convocar particulares e autoridades públicas para depor.**

A CPI pode convocar qualquer pessoa para depor (particulares, servidores públicos, Ministros de Estado e titulares de órgãos ligados à Presidência da República), na qualidade de **testemunhas** ou **indiciados**, desde que a oitiva seja necessária à investigação. Os membros do Poder Judiciário, todavia, **não estão obrigados** a se apresentar perante CPI com o intuito de **prestar depoimento sobre sua função jurisdicional**, sob pena de violação do princípio da separação de poderes.

Segundo o STF, a convocação deve ser feita **pessoalmente**, não sendo viável a intimação por via postal ou por comunicação telefônica.¹⁶ Destaque-se, ainda, que o privilégio de que gozam certas autoridades de, no processo penal, **marcarem dia e hora** para serem inquiridas também deve ser observado pela CPI.¹⁷ Os Ministros de Estado, por exemplo, gozam dessa prerrogativa de agendar o seu depoimento.

As **testemunhas**, uma vez convocadas por CPI, são obrigadas a comparecer, sendo cabível, inclusive, a **requisição de força policial** para promover-lhes a condução coercitiva. Em respeito ao princípio da não autoincriminação, **não cabe condução coercitiva do investigado**.

Os depoentes (testemunhas e indiciados) devem ter seus **direitos constitucionais respeitados pela CPI**: direito ao silêncio (art. 5º, LXIII, CF); direito ao sigilo profissional; direito de assistência por advogado; indenização por danos morais e direito à imagem etc. Entretanto, uma vez que os trabalhos da CPI têm caráter meramente inquisitório, ou seja, de reunião de provas para futura acusação a cargo do Ministério Público, **não se assegura ao depoente o direito ao contraditório** na fase de investigação parlamentar.

Enfatize-se que o STF firmou o entendimento de que o **privilégio contra a autoincriminação se aplica a qualquer pessoa**, independentemente de ser ouvida na condição de testemunha ou de investigada¹⁸. Assim, o indiciado ou testemunha tem o direito ao silêncio e de não produzir prova contra si mesmo (*nemo tenetur se detegere*), embora esteja obrigado a comparecer à sessão na qual será ouvido, onde poderá, ou não, deixar de responder às perguntas que lhe forem feitas.¹⁹

O depoente em CPI pode ter a **assistência de um advogado**. Nas reuniões da CPI, o **advogado poderá comunicar-se pessoal e diretamente com o seu cliente**, bem como **adverti-lo sobre o direito ao silêncio**. Poderá, ainda, **reclamar**, verbalmente ou por escrito, quando houver comportamento arbitrário ou desrespeito aos princípios constitucionais, legais e regimentais por parte da CPI. Segundo o STF, as CPIs não podem impedir, dificultar ou frustrar o exercício das prerrogativas de ordem profissional que foram outorgadas pela lei ao advogado.²⁰

Há precedente no STF de que, se uma CPI deseja tomar o **depoimento de um índio**, deverá fazê-lo dentro da área indígena, em dia e hora previamente acordados com a comunidade e com

¹⁶ STF, HC 71.421. Rel. Min. Celso de Mello. 03.05.1994.

¹⁷ HC-MC 87.230. Rel. Min. Joaquim Barbosa. 28.11.2005.

¹⁸ HC nº 79.812/SP, Plenário, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 16/12/01 e HC nº 92.371-MC/DF, decisão monocrática, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 3/9/07.

¹⁹ Nesse sentido: HC nº 94.082-MC/RS, DJE de 24/3/08; HC nº 92.371-MC/DF, DJ de 3/9/07; HC nº 92.225-MC/DF, DJ de 14/8/07.

²⁰ MS 23.576/DF. Rel. Min. Celso de Mello. Julgamento: 02.10.2000.



a presença de representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e de um antropólogo com conhecimento da mesma comunidade.²¹

b) **Realização de perícias e exames necessários à dilação probatória**, bem como requisição de documentos e busca de todos os meios de prova legalmente admitidos.²²

A investigação parlamentar somente será possível se as CPIs puderem se utilizar de instrumentos que lhe permitam realizar suas atribuições. Nesse sentido, as CPIs podem requerer, **entre outras diligências**, exames grafotécnicos, análises contábeis, coleta de provas, acareações e auditorias.²³

c) **Determinar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do investigado**:

As quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico podem ser determinadas por CPI, **não estando abrangidas por cláusula de reserva de jurisdição**. No entanto, deve-se destacar que isso não coloca as informações em domínio público; ao contrário, a **CPI torna-se depositária do segredo**²⁴, constituindo comportamento altamente censurável a transgressão, por seus membros, do dever jurídico de respeito e preservação do sigilo concernentes aos dados a ela transmitidos.²⁵

É importante ter cuidado para não confundir “quebra do sigilo telefônico” com “interceptação das comunicações telefônicas”. A **quebra do sigilo telefônico**, medida que pode ser determinada por CPI, consiste em ter **acesso aos registros telefônicos**, isto é, aos dados relativos às comunicações telefônicas (horário da chamada, número do telefone, duração da chamada, etc). A interceptação telefônica, por sua vez, consiste em ter acesso ao conteúdo da conversa; ao contrário da quebra de sigilo telefônico, a **interceptação telefônica não pode ser determinada por CPI**.

Qualquer **medida restritiva de direitos** determinada por CPI (incluindo a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico) **deve ser fundamentada**, sob pena de nulidade da decisão. Além disso, há que se observar o **princípio da colegialidade**, segundo o qual a restrição a direitos deve ser determinada pela maioria absoluta dos membros da CPI; não se admite, portanto, que o Presidente da CPI, sozinho, possa determinar medida restritiva de direitos.

Segundo o STF, **CPIs estaduais também podem determinar a quebra do sigilo bancário**. Entende a Corte Suprema que impedir a utilização desse instrumento pelos legislativos estaduais implicaria a criação de “*elemento adicional de apoucamento das já institucionalmente fragilizadas unidades integrantes da Federação*.”²⁶ Observa-se que, na mesma decisão, o Ministro Joaquim Barbosa deixou claro que a prerrogativa de quebra do sigilo bancário **não se estende às CPIs municipais**.

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) **não têm competência** para:

a) **Decretar prisões, exceto em flagrante delito**. Entende o STF que o “*ordenamento constitucional brasileiro, ressalvadas as situações de flagrância penal ou de prisão na vigência do*

²¹ HC 80.240. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. 20.06.2001

²² STF, HC no 71.039/RJ, 07.04.1994.

²³ MASSON, Nathalia. *Manual de Direito Constitucional*, Ed. Juspodium, Salvador: 2013, pp. 554.

²⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, 6ª edição, 2011. pp. 899.

²⁵ MS 23.454, Rel. Min. Marco Aurélio. 19.08.1999.

²⁶ STF, Pleno. ACO nº 730/RJ. Rel. Min. Joaquim Barbosa.



*estado de defesa, somente deferiu competência para ordenar a privação da liberdade individual aos órgãos que, posicionados na estrutura institucional do Poder Judiciário, acham-se investidos de função jurisdicional. A Comissão Parlamentar de Inquérito, desse modo, exatamente por não dispor da prerrogativa magna de julgar, não parece possuir, como efeito consequencial, competência para determinar, "ex auctoritate propria", a prisão de qualquer pessoa".*²⁷

b) **Determinar a aplicação de medidas cautelares**, tais como indisponibilidade de bens, arrestos, sequestro, hipoteca judiciária ou, ainda, proibição de ausentar-se da comarca ou do país.

c) **Proibir ou restringir a assistência jurídica aos investigados**. A Constituição Federal consagrou, em seu art. 133, a indispensabilidade e a imunidade do advogado como princípios constitucionais. Nas palavras do eminente Ministro Marco Aurélio, *"a assistência por profissional da advocacia constitui um direito, até mesmo natural, do cidadão, estando pedagogicamente previsto no campo normativo. A admissibilidade integra o devido processo legal na substância"*²⁸.

d) **Determinar a anulação de atos do Poder Executivo**, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

e) **Determinar a quebra do sigilo judicial**, pois nem mesmo o Judiciário detém essa competência. Assim, *"o sigilo imposto a processo sujeito a segredo de justiça é oponível a Comissão Parlamentar de Inquérito"*.²⁹

f) **Determinar a interceptação telefônica**, por ser esse ato reservado à competência jurisdicional.

g) **Determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos**. A inviolabilidade domiciliar, garantida pelo art. 5º, XI, CF/88, não pode ser violada por ato de CPI. Há necessidade de ordem judicial para que se possa realizar a busca e apreensão domiciliar de documentos.

h) **Apreciar atos de natureza jurisdicional** (decisões judiciais), sob pena de se ferir a separação de Poderes.

i) **Convocar o Chefe do Poder Executivo**. Esse impedimento deriva do art. 50, CF/88, que **não menciona** a possibilidade de o Chefe do Poder Executivo ser convocado para prestar informações à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal ou a qualquer uma de suas comissões. Poderão ser convocados para prestar informações ao Poder Legislativo, sob pena de crime de responsabilidade, os **Ministros de Estado** ou **quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República**.

HORA DE PRATICAR!



²⁷ HC 71279 RS, DJ 23/03/1994.

²⁸ HC 98667 DF, DJe-077 28/04/2009.

²⁹ MS 27483 DF. Rel. Min. Cezar Peluso, 14.08.2008.



(TJ-SC – 2023) CPI instalada no âmbito do Poder Legislativo municipal pode proceder à quebra de sigilo fiscal.

Comentários:

Segundo o entendimento majoritário, as CPIs instaladas por câmaras municipais não podem quebrar o sigilo fiscal. Questão errada.

(TCE-RJ – 2022) A Câmara dos Deputados convocou o ministro da educação a prestar pessoalmente informações relativas a erros na impressão de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ministro da educação recebeu o pedido, porém não compareceu na data aprazada, por entender que essa convocação violava a CF.

A ausência injustificada do ministro da educação configura crime de responsabilidade, a ser julgado com exclusividade pelo Senado Federal.

Comentários:

O art. 50 da CF/1988 estabelece como crime de responsabilidade o não comparecimento de Ministro de Estado convocado pela Câmara, Senado ou suas comissões. Contudo, ao Senado compete somente processar e julgar os crimes de responsabilidade cometidos por Ministros de Estado conexos com os do Presidente da República (art. 52, I, CF). No caso de crimes de responsabilidade exclusivamente de Ministros de Estado, a competência é do **Supremo Tribunal Federal** (art. 102, I, "c", CF). Questão errada.

(PGE-RJ – 2022) Uma CPI instalada em Poder Legislativo municipal pode promover a quebra de sigilo bancário.

Comentários:

No que se refere aos poderes investigatórios das CPIs municipais, não se deve admitir a mesma amplitude conferida às comissões federais e estaduais. Em face da inexistência de Poder Judiciário municipal, não podem ser atribuídos poderes de investigação próprios de autoridade judicial a uma CPI instaurada nesse âmbito, sob pena ser atribuída ao Município uma competência que a Constituição não lhe outorga. Questão errada.

(PGFN - 2015) Segundo entendimento do STF, é ilegítima a rejeição de criação de CPI pelo plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressa votação majoritária, porquanto a Constituição protege a prerrogativa institucional de investigar, especialmente a dos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos.

Comentários:

A CPI é um direito das minorias. Por isso, segundo o STF, é inconstitucional que se submeta o requerimento de instauração de CPI ao Plenário. Questão correta.

(PC-DF – 2015) As comissões da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal podem convocar ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente ligados à presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações a respeito de assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

Comentários:

Segundo o art. 50, CF/88, *"a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre*



assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada". Questão correta.

(SEAP-DF – 2015) As comissões parlamentares de inquérito detêm os poderes de investigação típicos da autoridade judicial, o que inclui, conforme o STF, competência para determinar interceptação telefônica.

Comentários:

As CPIs não podem determinar interceptação telefônica. Essa medida somente pode ser determinada pelo Poder Judiciário. Questão errada.

(PGE-PR – 2015) Por possuírem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, as CPIs poderão decretar indisponibilidade de bens dos investigados.

Comentários:

As CPIs não podem determinar a aplicação de medidas cautelares, como a decretação de indisponibilidade de bens. Questão errada.

(PGE-PR – 2015) Devido à separação de poderes e aos freios e contrapesos, a CPI poderá convocar magistrado com o fito de investigar ato jurisdicional, ou seja, avaliar as razões de decisão judicial.

Comentários:

As CPIs não poderão apreciar atos de natureza jurisdicional, sob pena de ser violado o princípio da separação de poderes. Questão errada.

(MPE-GO – 2014) As minorias parlamentares, embora constitucionalmente protegidas no exercício da oposição, não têm legítima pretensão, amparável pelo Poder Judiciário, à instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, ainda que logrem preencher o requisito de o mínimo de um terço previsto no art. 58, § 3º, da Constituição da República, sob pena de subversão, em evidente abuso de direito, do princípio formal da maioria, basilar de todo regime democrático.

Comentários:

A criação de CPIs é um direito das minorias parlamentares, que têm legítima pretensão à sua instauração. Havendo o requerimento de 1/3 dos membros da Casa Legislativa, a CPI será instalada. Questão errada.



ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Atribuições do Congresso Nacional

As atribuições do Congresso Nacional estão previstas no art. 48 e no art. 49. No art. 48, estão as atribuições que **dependem de sanção** do Presidente da República. São atribuições que dependem, portanto, da **edição de lei**. O art. 49, por sua vez, relaciona as atribuições que **independem de sanção** do Presidente, efetivadas mediante **decreto legislativo**. É fundamental que saibamos, para a prova, diferenciar as atribuições que dependem de lei daquelas que dependem da edição de decreto legislativo!

Vejamos, primeiro, o que dispõe o art. 48, CF/88:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;
- VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII - concessão de anistia;
- IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;
- X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;
- XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- XII - telecomunicações e radiodifusão;
- XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.



O art. 48, acima transcrito, consiste em rol meramente exemplificativo, havendo outras atribuições fora dessas hipóteses. Sobre esse dispositivo, vale destacar o seguinte:

a) A criação, transformação e extinção de cargos públicos depende de lei (art. 48, X). No entanto, a **extinção de cargos públicos que estiverem vagos** será feita por **decreto autônomo**.

b) A fixação dos **subsídios dos Ministros do STF depende de lei** (art. 48, XV), a qual é de iniciativa privativa do próprio STF.

Vejamos, agora, as atribuições do art. 49, que são matérias da **competência exclusiva** do Congresso Nacional e que, conforme já dissemos, são reguladas por meio de **decreto legislativo**, dispensada a **sanção** do Presidente da República.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;



- XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição.

Sobre as atribuições do art. 49, CF/88, destacamos o seguinte:

a) O Congresso Nacional tem competência para **aprovar tratados internacionais** mediante **decreto legislativo** (art. 49, I). Após a aprovação pelo Congresso Nacional, o Presidente da República está autorizado a ratificar o tratado (ato internacional) e a editar decreto executivo, internalizando o tratado em nosso ordenamento jurídico. É a partir do decreto executivo que o tratado entra em vigor no plano interno.

A ratificação é o ato por meio do qual o Estado se compromete definitivamente a cumprir o tratado; a assinatura, ao contrário, é apenas um consentimento provisório, dependente de ulterior confirmação.

b) O estado de defesa e a intervenção federal são decretados pelo Presidente da República e, só depois, submetidos ao Congresso Nacional. Ressalte-se que o Congresso Nacional **poderá aprovar ou suspender** a decretação de estado de defesa (art. 49, IV).

c) A **sustação dos atos normativos** do Poder Executivo que **exorbitem** do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V) é um mecanismo de controle e fiscalização, pelo Legislativo, dos atos do Executivo, dando efetividade ao sistema de freios e contrapesos. Esse sistema, criado pela doutrina norte-americana, prevê a interferência legítima de um Poder sobre o outro, nos limites estabelecidos constitucionalmente. Tem como objetivo garantir o equilíbrio necessário à concretização da soberania popular, evitando o exercício arbitrário das funções pelos Poderes.

d) A **fixação dos subsídios** do Presidente e do Vice-Presidente, bem como dos Ministros de Estado, é feita mediante **decreto legislativo** (art. 49, VIII).

e) O **juízo das contas** do Presidente da República compete ao Congresso Nacional (art. 49, IX). Destaque-se que **é competência do TCU apreciar** as contas do Presidente. O Presidente da República deverá prestar contas ao Congresso, anualmente, até 60 dias após a abertura da sessão legislativa (art. 84, XIV).

f) Cabe ao Congresso Nacional decretar o **estado de calamidade pública de âmbito nacional**.

O inciso XXVIII, que versa sobre decretação de calamidade pública, foi incluído no texto constitucional pela Emenda nº 109/2021. Essa emenda, que veicula importantes aspectos pertinentes ao Direito Financeiro, teve sua edição motivada pelo cenário de **deterioração das contas públicas** causado pela pandemia do vírus SARS-CoV-2 e da doença por ele provocada (Covid-19). Essa modificação no texto constitucional vem sendo conhecida como "**PEC Emergencial**". Cabe ao Presidente da República **propor ao Parlamento a decretação** (art. 167-B).



Uma vez decretada a calamidade pública, uma série de regras constitucionais passam a ser flexibilizadas. Passa a vigorar um **regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações**.

A título exemplificativo, a chamada "**regra de ouro**", prevista no art. 167, inciso III, fica dispensada de ser observada durante todo o exercício financeiro em que vigorar a calamidade pública (art. 167-E). No mesmo sentido, podem ser adotados **processos simplificados de contratação de pessoal**, em caráter temporário e emergencial, e de **obras, serviços e compras** que assegurem, **quando possível**, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 167-C). Nessas últimas hipóteses, as medidas valem apenas com o **propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública** e de seus efeitos, **no seu período de duração**.

Vejamos agora a redação do art. 50 da CF/88, que trata das convocações de autoridades que podem ser feitas pelas Casas do Congresso Nacional, bem como por qualquer de suas Comissões:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Note que as Casas podem convocar **Ministro de Estado**, quaisquer **titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República** ou o **Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços** (sendo este último incluído por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, conhecida como "Reforma Tributária"). Note que o dispositivo constitucional não cita a possibilidade de convocação do próprio Presidente da República, mas sim de seus Ministros ou de titulares de órgãos subordinados diretamente ao Presidente.

HORA DE PRATICAR!



(FUB – 2022) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.



Comentários:

Trata-se de competência exclusiva do Congresso Nacional que prescinde de sanção presidencial. Está prevista no art. 49, inciso I, da Constituição Federal. Referidas competências do art. 49 são exercidas, via de regra, por decreto legislativo. Questão errada.

(TCE-SC – 2022) Nos termos da CF, compete ao chefe do Poder Executivo federal decretar estado de calamidade pública de âmbito nacional referente à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (covid-19).

Comentários:

A Emenda Constitucional nº 109/2021 autorizou o Congresso Nacional a decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional por conta da pandemia de covid-19, nos termos do inciso XVIII do art. 49 da CF/88.

(IBAMA – 2021) O aproveitamento dos recursos hídricos, a pesquisa e a lavra de riquezas mineiras em terras indígenas só podem ser efetivados mediante autorização do Senado Federal, ouvidas as comunidades afetadas.

Comentários:

Trata-se de competência exclusiva do Congresso Nacional prevista no art. 49, inciso XVI, da CF/88. Não se trata, portanto, de competência do Senado Federal. Questão errada.

(TCE-SC – 2021) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Comentários:

Segundo o art. 49, inciso I, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Não há que se falar em sanção do presidente da República nesse caso. Questão errada.



ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Atribuições da Câmara dos Deputados:

O art. 51 relaciona as **competências privativas** da Câmara dos Deputados, as quais são disciplinadas mediante **Resolução**. As resoluções são atos normativos primários, que possuem hierarquia de lei, mas que **independem de sanção** do Presidente da República.

Vejam o que dispõe o texto constitucional:

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- III - elaborar seu regimento interno;
- IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Apesar de o art. 51 denominar as atribuições nele arroladas como privativas, podemos considerá-las como sendo competências exclusivas, por serem **indelegáveis e exercidas sem qualquer interferência ou participação indireta** de outro Poder ou órgão.

Sobre as atribuições do art. 51, podemos destacar o seguinte:

a) O Presidente da República e o Vice-Presidente da República são julgados pelo STF (nos crimes comuns) ou pelo Senado Federal (nos crimes de responsabilidade). Em qualquer desses casos, haverá necessidade de **prévia autorização da Câmara dos Deputados**, mediante votos de 2/3 dos seus membros (art. 51, I). Trata-se de **juízo de admissibilidade**, de natureza política.

A autorização da Câmara dos Deputados para a instauração de processo contra Ministro de Estado somente se aplica no caso de **crime conexo** com o do Presidente da República.

b) O inciso IV pode ser dividido em **duas partes**. Na primeira, compete privativamente à Câmara dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia e criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços; tais matérias serão objeto de resolução. Na segunda parte, fica claro que **Câmara tem iniciativa privativa** para apresentar projeto de lei para a **fixação da remuneração de seus servidores**. Essa última é a única, entre as atribuições do art. 51, que não é desempenhada mediante resolução.



ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Atribuições do Senado Federal

As **competências privativas** do Senado Federal estão arroladas no art. 52 da Constituição. Tais matérias são disciplinadas mediante **resolução** do Senado Federal, sendo **dispensada a sanção** do Presidente da República.

Embora o texto constitucional chame-as de competências privativas, estas são, na realidade, exclusivas, por serem indelegáveis e exercidas sem a interferência ou participação de qualquer outro Poder ou órgão. Vejamos o art. 52:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;



VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Sobre o art. 52, destacamos o seguinte:

a) Nos crimes de responsabilidade, o Senado Federal irá julgar as seguintes autoridades: i) Presidente da República; ii) Vice-Presidente da República; iii) Ministros do STF; iv) membros do CNJ e do CNMP; v) Procurador-Geral da República; e vi) Advogado-Geral da União (art. 52, I e II).

Os Ministros de Estado são julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo STF. No entanto, em se tratando de crime de responsabilidade conexo com o do Presidente, o julgamento será feito pelo Senado Federal.

b) O Senado Federal tem a competência para aprovar previamente a nomeação de importantes autoridades da República (art. 52, III e IV). Esse procedimento de aprovação é a famosa "sabatina". Citamos, como exemplo, a nomeação dos Ministros do STF, que depende de aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.



JURISPRUDÊNCIA



No âmbito dos Estados, o STF entende ser **vedado** à legislação estadual submeter à **aprovação prévia da Assembleia Legislativa** a nomeação de dirigentes de **Autarquias, Fundações Públicas, Presidentes de Empresas de Economia Mista, Interventores de Municípios, bem como de titulares de Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado**, por afronta à separação de poderes¹.

- c) O Senado Federal **autoriza operações externas de natureza financeira** realizadas pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 52, VI). Um exemplo seria a concessão de um empréstimo pelo Banco Mundial ao estado de Minas Gerais para que possa ser realizada uma obra de infraestrutura.
- d) O Senado Federal tem a **iniciativa privativa** para apresentar projeto de lei que **fixa a remuneração de seus servidores** (art. 52, XIII). Trata-se da única competência, entre as arroladas no art. 52, que **não é exercida por meio de resolução**.

HORA DE PRATICAR!



(Pref. Boa Vista-RR – 2023) O presidente da República pode indicar ministros para o Tribunal de Contas da União, devendo essa indicação ser aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto e após arguição pública.

Comentários:

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “b”, combinado com o art. 73, § 2º, inciso I, tudo da CF/88, é competência privativa do Senado Federal aprovar, por voto secreto e após arguição pública, a indicação do Presidente da República para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Questão correta.

(TJDFT – 2015) É competência do Senado Federal sustar ato regulamentar emitido por agência reguladora que crie obrigação não prevista em lei.

Comentários:

¹ ADI 2167, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Red. p/ Ac. Min. Alexandre de Moraes, j. 03.06.2020.



É competência do **Congresso Nacional** sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (art. 49, V). Questão errada.

(TRT 8ª Região – 2015) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

Comentários:

Essa é uma competência do Congresso Nacional, conforme art. 48, XI. É uma competência exercida por meio de lei, ou seja, será necessária a sanção do Presidente da República. Questão correta.

(TRT 8ª Região – 2015) Compete ao Senado Federal avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Comentários:

De fato, essa é uma competência do Senado Federal (art. 52, XV, CF/88). Questão correta.

(PC-DF – 2015) Cabe ao Congresso Nacional autorizar o presidente da República a se ausentar do país quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Comentários:

Segundo o art. 49, III, CF/88, é competência do Congresso Nacional *“autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias”*. Questão correta.

(MPE-SP – 2015) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dentre outras matérias da competência da União, dispor sobre concessão de anistia; criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

Comentários:

É competência do Congresso Nacional, com sanção do Presidente, dispor sobre concessão de anistia (art. 48, VIII) e criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública (art. 48, XI). Questão correta.

(MPE-SP – 2015) É da competência exclusiva do Congresso Nacional escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

Comentários:

É isso mesmo. O Congresso Nacional tem competência para escolher 2/3 (dois terços) dos membros do TCU (art. 49, XIII). Questão correta.

(MPE-SP – 2015) Compete privativamente ao Congresso Nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

Comentários:

É a Câmara dos Deputados que autoriza (por 2/3 dos seus membros) a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente e os Ministros de Estado (art. 51, I). Questão errada.



ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

A Carta da República estabelece, na Seção V, Capítulo I, Título IV, imunidades e vedações aos parlamentares, a fim de garantir, ao Poder Legislativo como um todo e a seus membros, **independência e liberdade** no exercício de suas funções constitucionais. A essas regras, a doutrina convencionou chamar de **estatuto dos congressistas**.

Busca-se, com isso, proteger os parlamentares contra abusos e pressões de outros Poderes, conferindo-lhes liberdade de convicção, pensamento e ação. Como se pode perceber, tal proteção é imprescindível à própria existência da democracia.

Imunidades Parlamentares

As imunidades parlamentares **não são privilégios**; caracterizam-se, na verdade, como **garantias funcionais** que visam permitir que os membros do Poder Legislativo exerçam seu mandato com independência, livres de abusos e pressões de outros Poderes. São **prerrogativas de ordem pública** e, portanto, **irrenunciáveis**. As imunidades parlamentares são um pressuposto da própria democracia, uma vez que protegem os congressistas contra a ingerência de outros Poderes.

É importante salientar que, segundo o STF, as imunidades **não se estendem aos suplentes**. Isso acontece porque elas decorrem do efetivo exercício da função parlamentar, não são prerrogativas da pessoa. Em outras palavras, elas são objetivas (e não subjetivas).

As imunidades parlamentares podem ser de dois tipos: **imunidade material** e **imunidade formal**.

Imunidade Material

A **imunidade material** (substancial ou de conteúdo) visa garantir aos parlamentares liberdade de opinião, palavras e votos. Segundo o art. 53, CF/88, os Deputados e Senadores **são invioláveis, civil e penalmente**, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Assim, os congressistas não podem ser responsabilizados, civil e penalmente, pelas opiniões, palavras e votos que proferirem **no exercício da função**.

PRESTE MAIS ATENÇÃO!



Apesar de a CF/88 mencionar expressamente apenas a inviolabilidade civil e penal dos Deputados e Senadores, a doutrina e o STF entendem que a imunidade material **descarta toda e qualquer forma de responsabilização**. Assim, os congressistas também não podem ser responsabilizados no **campo administrativo e político** pelas opiniões, palavras e votos que proferirem no exercício da função parlamentar.

A proteção conferida aos parlamentares pela imunidade material exige que exista uma relação entre a conduta praticada e o exercício do mandato; em outras palavras, há que existir uma



conexão entre a manifestação oral do parlamentar e o exercício da função, sem o que não cabe se falar em imunidade material.

Segundo o STF, quando a manifestação do parlamentar ocorre no recinto do Congresso Nacional, há a **presunção absoluta** de que está relacionada ao exercício parlamentar, portanto estará abrangida pela imunidade material. Nesse sentido, considera-se que o **depoimento prestado por congressista a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)** está gravado pela cláusula da inviolabilidade material.

Por outro lado, caso as palavras sejam proferidas pelo parlamentar **fora do Congresso Nacional**, será necessário **perquirir o seu vínculo** com a atividade de representação política.¹

Nesse sentido, considera o STF que *"a cláusula de inviolabilidade constitucional, que impede a responsabilização penal e/ou civil do membro do Congresso Nacional, por suas palavras, opiniões e votos, também abrange, sob seu manto protetor, as entrevistas jornalísticas, a transmissão, para a imprensa, do conteúdo de pronunciamentos ou de relatórios produzidos nas Casas Legislativas e as declarações feitas aos meios de comunicação social, eis que tais manifestações – desde que vinculadas ao desempenho do mandato – qualificam-se como natural projeção do exercício das atividades parlamentares"*.²

Perceba que, quando um Deputado ou Senador concede uma entrevista a um jornal, esse ato naturalmente estará protegido pela imunidade material, constituindo-se a entrevista em projeção do exercício da atividade parlamentar. Diferente, todavia, é a **situação do "deputado-jornalista"**, apresentando o seu programa de televisão. Nessa situação, está ele atuando como jornalista (e não como deputado!), motivo pelo qual **não estará protegido pela imunidade material**. Segundo o STF:

*"A imunidade material prevista no art. 53, caput, da Constituição não é absoluta, pois somente se verifica nos casos em que a conduta possa ter alguma relação com o exercício do mandato parlamentar. Embora a atividade jornalística exercida pelo querelado não seja incompatível com atividade política, há indícios suficientemente robustos de que as declarações do querelado, além de exorbitarem o limite da simples opinião, foram por ele proferidas na condição exclusiva de jornalista."*³

Segundo o STF, a imunidade material alcança todas as manifestações dos congressistas em que se identifique uma **conexão entre o ato praticado e a qualidade de mandatário político**. Nesse sentido, a Corte reconheceu que o **encaminhamento ao Ministério Público de notícia criminis contra autoridades judiciais e administrativas** por suspeita de práticas ilícitas em prejuízo de autarquia federal, embora não constitua exercício do mandato parlamentar *stricto sensu*, guarda inequívoca relação de pertinência com o poder de controle do Parlamento sobre a administração da União e estará, portanto, abrangido pela imunidade material.⁴

A imunidade material possui **eficácia temporal permanente**, perpétua, pois persiste mesmo após o término do mandato. Isso quer dizer que o parlamentar não pode ser responsabilizado (civil ou penalmente), **nem mesmo após o término do mandato**, pelas palavras, opiniões e votos que tiver

¹ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, 6ª edição, 2011. pp. 929.

² Inq 2.332-AgR, Rel. Min. Celso de Mello. 10-2-2011.

³ Inq 2.134, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 23-3-2006,

⁴ RE 210.917-RJ. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. 18.06.2001.



proferido durante o período em que era congressista. É claro, todavia, que as manifestações que proferir após o mandato não estarão mais albergadas pela imunidade material.

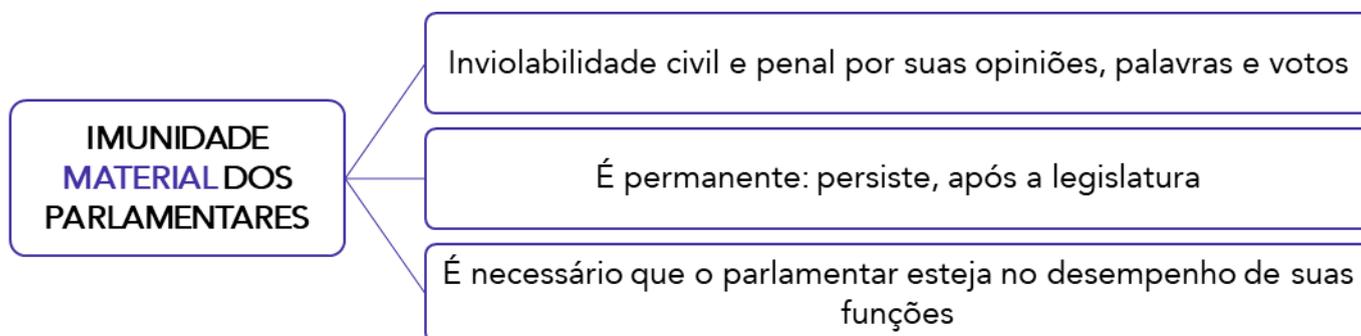
INDO MAIS FUNDO!



Atentar contra a democracia e o Estado de Direito **não configura** exercício da função parlamentar a invocar a imunidade constitucional prevista no art. 53, caput, da Constituição Federal. (...) A CF não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (...), nem tampouco a realização de manifestações nas redes sociais visando ao rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais – separação de Poderes (...), com a consequente instalação do arbítrio [Inq 4.781 Ref. Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 17/02/2021].

A liberdade de expressão não alcança a prática de **discursos dolosos**, com intuito manifestamente difamatório, de juízos depreciativos de mero valor, de injúrias em razão da forma ou de críticas aviltantes [Pet 8242 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Red. Ac. Min. Gilmar Mendes, j. em 3.5.2022].

Por fim, cabe destacar que, por abranger apenas os atos praticados no exercício da função, a **imunidade material** tem como termo inicial a data da posse.



Imunidade Formal

A **imunidade formal** (processual ou de rito) garante aos parlamentares **duas prerrogativas** distintas:

- impossibilidade de ser preso ou de permanecer preso;
- possibilidade de sustação do andamento da ação penal.

No que se refere à prisão, dispõe a Carta Magna que, **desde a expedição do diploma**⁵, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em **flagrante delito de crime**

⁵ A diplomação é ato anterior à posse, por meio do qual a Justiça Eleitoral atesta que o candidato foi eleito.



inafiançável (art. 53, § 2º, CF). Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de 24 horas à Casa respectiva para que, pelo voto aberto da maioria dos seus membros (ou seja, maioria absoluta), resolva sobre a prisão. Ressalte-se que, no entendimento do STF, a vedação constitucional à prisão dos congressistas abrange somente as prisões cautelares (prisão em flagrante, temporária e preventiva). Assim, **é plenamente possível** que o parlamentar seja preso em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**.⁶

Com isso, pode-se dizer que somente é possível aplicar ao parlamentar a pena de privação da liberdade em dois casos: i) flagrante de crime inafiançável; e ii) sentença judicial transitada em julgado, segundo jurisprudência do STF.

INDO MAIS FUNDO!



Embora não possa decretar a prisão preventiva de parlamentar, o STF reconheceu a **possibilidade** de que o **Poder Judiciário aplique medidas cautelares** diversas da prisão, as quais estão relacionadas no art. 319 do Código de Processo Penal (CPP). Como exemplos de medidas cautelares, citamos a "*suspensão do exercício de função pública*", a "*obrigação de recolhimento domiciliar no período noturno*" e a "*proibição de se ausentar do País*".

Caso a medida cautelar aplicada ao parlamentar **impossibilite o exercício do mandato**, direta ou indiretamente, o STF deverá encaminhar sua decisão, no prazo de 24 horas, à Casa Legislativa respectiva, a fim de que esta delibere sobre a medida cautelar.⁷ A **Casa Legislativa irá resolver sobre a medida cautelar**, por maioria dos seus membros (maioria absoluta), em votação aberta. Aplica-se, portanto, a mesma regra da prisão do parlamentar em flagrante de crime inafiançável.

Outra prerrogativa relacionada à imunidade formal é a possibilidade de sustação do andamento da ação penal, que **não se confunde com a licença prévia**, instituto que vigorava até a promulgação da EC nº 35/2001. Exigia-se, até 2001, autorização prévia da Casa Legislativa para o prosseguimento da ação perante o STF. Após a EC nº 35/2001, a situação reverteu-se drasticamente: oferecida a denúncia ou queixa-crime contra o parlamentar, **o STF poderá recebê-la, independentemente de prévia licença** da Casa Legislativa a que ele pertence.

Depois do recebimento da denúncia ou queixa-crime, no caso de **crime cometido após a diplomação do parlamentar**, o Supremo dará ciência à Casa respectiva, para que ela se manifeste. Abre-se, então, a possibilidade de **sustação do andamento da ação penal**, mediante pedido feito por **partido político com representação na Casa Legislativa**.

O pedido de sustação **pode ser feito a qualquer tempo**, desde o recebimento da denúncia ou queixa-crime até a decisão final do STF. Todavia, o pedido formulado por partido político deverá

⁶ Inq 510-DF, Rel. Min. Celso de Mello. 01.02.1991.

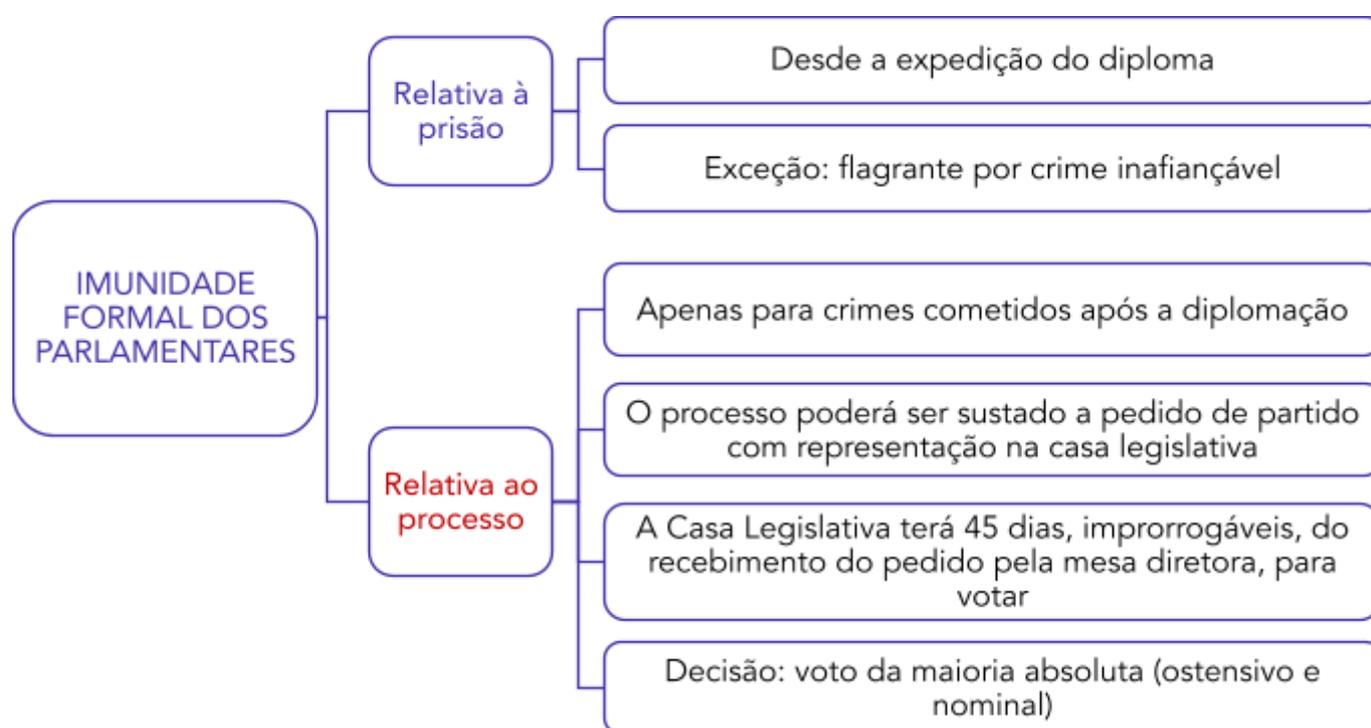
⁷ ADI 5526/DF, Rel. orig. Min. Edson Fachin, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes. Julgamento: 11/10/2017.



ser apreciado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado (conforme o caso) dentro de 45 dias de seu recebimento pela Mesa Diretora. A Casa poderá, então, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da **maioria de seus membros**⁸ (maioria absoluta), **sustar o andamento da ação penal**. A sustação do processo suspende⁹ a prescrição, enquanto durar o mandato.

Vale enfatizar que a sustação do andamento da ação penal somente se aplica a **crimes cometidos após a diplomação**. Dessa forma, crimes cometidos antes da diplomação não poderão ter o andamento de seu processo sustado pela Casa Legislativa.

É importante ressaltar que a imunidade material protege o parlamentar mesmo depois do mandato. Já a **imunidade formal é limitada no tempo**, protegendo o parlamentar após a diplomação e enquanto durar o mandato. Segundo o STF, o termo "ad quem" do mandato (ou seja, o seu final) equivale ao início da próxima legislatura (STF, RTJ, 107:911-912).



INDO MAIS FUNDO!



⁸ Falar em maioria dos membros equivale a dizer "maioria absoluta".

⁹ Note que, nesse caso, há suspensão (e não interrupção!) da prescrição. Na interrupção, quando o prazo volta a correr, é contado do zero novamente. Já na suspensão, começa a contar de onde parou. Esse conceito é relevante para o Direito Civil, sendo aqui exposto apenas para ajudar na fixação do art. 53, § 5º, da Constituição.

Para ilustrar a prisão de parlamentar por crime cometido em flagrante delito, é interessante notar a decisão do STF que determinou a prisão do Deputado Federal Daniel Silveira, na data de 17/02/2021.

Veja um trecho da ementa do Referendo do Plenário da Corte ao mandado de prisão expedido pelo Ministro Alexandre de Moraes, com alguns destaques nossos (Inq 4.781):

1. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, art. 5º, XLIV; 34, III e IV), nem tampouco a realização de manifestações nas redes sociais visando ao rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais – Separação de Poderes (CF, art. 60, §4º), com a consequente, instalação do arbítrio. 2. Não incidência da imunidade parlamentar prevista no caput, do art. 53, da Constituição Federal. A jurisprudência da CORTE é pacífica no sentido de que a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta; não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas. Precedentes. 3. As condutas praticadas pelo parlamentar foram perpetradas em âmbito virtual, por meio da publicação e divulgação de vídeos em mídia digital ("YouTube") durante todo o dia, com constante interação do mesmo, situação que configura crime permanente enquanto disponível ao acesso de todos, ainda que por curto espaço de tempo, permitindo a prisão em flagrante do agente. [...] 5. Necessidade de que a Câmara dos Deputados, nos termos do §2º, do art. 53, da Constituição Federal, resolva, pela maioria absoluta de seus membros, em votação nominal e aberta, sobre a prisão do parlamentar. 6. DECISÃO REFERENDADA. Manutenção da prisão em flagrante do parlamentar por crime inafiançável.

Portanto, na ocasião, o STF entendeu que a conduta do parlamentar se mostrou contrária ao Estado Democrático de Direito, incidindo em tipificações penais previstas na Lei Federal nº 7.170/73 (Lei de Segurança Nacional). Os crimes imputados são inafiançáveis.

No ano de 2015, o STF fez uso do mesmo expediente e decretou a prisão cautelar de parlamentar por flagrante delito (Senador Delcídio do Amaral, à época).

Prerrogativa de Foro

Os parlamentares (Deputados e Senadores) gozam da prerrogativa especial de serem processados e julgados criminalmente perante o Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo de tal prerrogativa é permitir que os parlamentares tenham um julgamento imparcial, livre de pressões políticas, servindo como instrumento de proteção ao mandato popular contra perseguições penais indevidas.

Embora esse seja um objetivo meritório, com o passar dos anos, a existência do foro por prerrogativa de função acabou gerando graves consequências para o sistema de justiça criminal, que se tornou disfuncional, lento e ineficaz.



Devido ao grande número de parlamentares envolvidos em ilícitos penais, o STF passou a não conseguir dar vazão aos processos, transmitindo à sociedade a ideia de que ter foro por prerrogativa de função seria sinônimo de impunidade. Criou-se uma "classe especial" de cidadãos, com deveres e responsabilidades distintos dos cidadãos comuns perante a justiça criminal, violando-se o mais básico dos princípios republicanos: a igualdade.

Em virtude desse contexto, que gerou grande descontentamento e pressão populares, o STF reinterpretou o instituto do foro por prerrogativa de função dos parlamentares, promovendo verdadeira mutação constitucional, a fim de impedir que ele se tornasse um escudo para a prática de ilícitos penais.

Durante muito tempo, o STF seguiu à risca a literalidade do texto constitucional, segundo o qual "os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (STF)" (art. 53, § 1º, CF/88). Não importava se o crime tivesse sido praticado antes ou após a diplomação. Também não interessava se o crime estivesse ou não relacionado ao exercício da função parlamentar. A interpretação literal conduzia à ideia de que, uma vez recebida a diplomação, o parlamentar seria sempre processado e julgado pelo STF.

Essa interpretação foi completamente modificada na Ação Penal nº 937, na qual o STF restringiu o alcance do foro por prerrogativa de função dos parlamentares. Segundo a nova interpretação da Corte Suprema, o foro por prerrogativa de função somente se aplica aos crimes praticados durante o exercício do cargo e que tenham relação com as funções desempenhadas pelo parlamentar. Para o STF, o foro por prerrogativa de função, por ser uma exceção ao princípio da igualdade e ao princípio republicano, deve ser interpretado restritivamente.

Assim, se o parlamentar tiver cometido crime antes da diplomação, ele não será processado e julgado pelo STF, mas sim pela primeira instância do Poder Judiciário. Da mesma forma, caso o parlamentar, já em exercício, cometa crime que não se relacione ao exercício do mandato, estará sujeito a julgamento na primeira instância do Poder Judiciário.

Cabe destacar que o foro especial dos parlamentares perante o STF abrange apenas as infrações penais comuns. Entende a doutrina que os Deputados e Senadores não cometem crime de responsabilidade; não há que se falar, portanto, em julgamento de congressista pela prática desse tipo de infração. Nas ações civis (como, por exemplo, a ação popular), por sua vez, os Deputados e Senadores não farão jus a foro por prerrogativa de função. Assim, eventuais ações civis contra parlamentares deverão ser ajuizadas perante a Justiça Comum.

Até a Ação Penal nº 937, todos os inquéritos criminais que tivessem os congressistas como indiciados deveriam tramitar perante o STF. Com a nova interpretação dada pela Corte, irão tramitar perante o STF apenas os inquéritos criminais relativos a crimes praticados por parlamentares no exercício do cargo (após a diplomação) e relacionados às funções por eles desempenhadas. Nesses casos, a abertura de inquérito dependerá de autorização prévia do STF, que exercerá a função de supervisão judicial. Destaque-se que o inquérito será conduzido pela Polícia Federal ou pela Procuradoria-Geral da República.

Por outro lado, se o crime tiver sido praticado antes da diplomação ou se não estiver relacionado com o mandato parlamentar, a abertura de inquérito não necessita de autorização do STF. As investigações poderão ser conduzidas pela Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público Estadual ou Ministério Público Federal, a depender da natureza do crime.

Um problema que sempre se enfrentou, relacionado ao foro por prerrogativa de função, foi o constante deslocamento de competência do STF para a primeira instância do Poder Judiciário, e



vice-versa. São muitos os casos em que um réu processado na primeira instância se elegeu Deputado Federal ou Senador, implicando na remessa do processo para o STF. Ou, ainda, situações em que um parlamentar processado perante o STF renunciou ao cargo para que o processo fosse enviado à primeira instância, retardando uma decisão do Poder Judiciário.

Caso bastante conhecido foi o do Deputado Federal Natan Donadon, que **renunciou ao cargo na véspera do julgamento** de ação penal pelo STF, o que configurou nítido **abuso de direito**. Em tese, a renúncia faria com que o processo fosse enviado à primeira instância, protelando a sua responsabilização penal. Todavia, entendeu o STF que, embora o ato de renúncia seja legítimo, ele *"não se presta a ser utilizado como subterfúgio para deslocamento de competências constitucionalmente definidas, que não podem ser objeto de escolha pessoal"*.¹⁰ Assim, por ter ocorrido nítido abuso de direito, o STF manteve a sua competência para julgar o congressista, mesmo após a sua renúncia.

Para evitar o "sobe e desce" de processos e dar maior segurança jurídica ao sistema, o STF firmou o entendimento, na Ação Penal nº 937, de que, **uma vez encerrada a fase de instrução, não haverá mais a modificação da competência**. Ao contrário, a competência irá se perpetuar, ou seja, será definitivamente fixada uma vez que tenha sido encerrada a fase de instrução.

Por exemplo, suponha que o Deputado Federal José seja réu em processo penal no STF. Se ele **deixar o cargo antes de a instrução terminar**, a competência irá se deslocar para a primeira instância do Poder Judiciário. Por outro lado, caso ele **deixe o cargo após o término da instrução**, será **mantida a competência do STF**. Ressalte-se que se considera terminada a instrução com a publicação do despacho de intimação para a apresentação das alegações finais.

INDO MAIS FUNDO!



No caso concreto julgado pela Ação Penal nº 937, discutiu-se **apenas** a limitação do foro por prerrogativa de função de **Deputados Federais e Senadores**. Entretanto, as premissas desse caso têm sido aplicadas pelo STJ e por Tribunais de Justiça para limitar o foro por prerrogativa de função de outros agentes políticos.

O STJ, por exemplo, já teve a oportunidade de remeter à primeira instância da Justiça Comum ação penal contra Governador que havia, em tese, cometido crimes antes de assumir o cargo.¹¹

Um tema objeto de controvérsias diz respeito às situações em que, **em um mesmo processo**, há **vários acusados** (concurso de agentes), mas **apenas um ou alguns** deles possuem foro por prerrogativa de função. Como exemplo, cita-se a Operação Lava Jato, que investiga diversos parlamentares, mas também cidadãos que não detêm prerrogativa de foro.

¹⁰ AP 396/RO. Rel. Min. Carmen Lúcia. 28.10.2010.

¹¹ AP nº 866. STJ. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. 08.05.2018.



Atualmente, o STF entende que a **regra geral** é a de que haverá o **desmembramento do processo**. Suponha, por exemplo, que 4 (quatro) cidadãos tenham praticado o crime de lavagem de dinheiro, sendo que um deles é Deputado Federal. Apenas o Deputado Federal é que será processado e julgado pelo STF; os outros serão processados e julgados na Justiça Comum (1ª instância).

Todavia, o entendimento do STF nem sempre foi assim. Na Ação Penal nº 470 (o conhecido caso do "Mensalão"), dos 40 acusados, 34 não possuíam direito ao foro por prerrogativa de função. Apesar disso, todos os acusados foram julgados pelo STF, ou seja, não ocorreu o desmembramento do processo.

Aplicou-se ao caso o conteúdo da **Súmula nº 704**, do STF:

"Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados."

O que significa isso?

Significa que, se o réu é parlamentar e, conseqüentemente, detentor de foro especial por prerrogativa de função, isso **poderá** ter como resultado a **atração para o STF da competência para julgar cidadãos comuns** que praticaram **crimes conexos com os do parlamentar**.

Conforme já afirmamos, a **regra geral é a de que o processo sofrerá desmembramento**, cabendo ao STF processar e julgar apenas aqueles indivíduos que detêm prerrogativa de foro. No entanto, excepcionalmente, também é possível que seja aplicada a Súmula nº 704/STF, que **não foi cancelada**.

Caberá ao STF decidir se o processo será ou não desmembrado. O **não desmembramento (exceção)** somente deverá ocorrer quando o julgamento em separado puder resultar em **prejuízo à prestação jurisdicional**.

Outras prerrogativas

Além das imunidades que acabamos de estudar, os parlamentares apresentam **3 (três) importantes prerrogativas**: i) a isenção do dever de testemunhar; ii) a necessidade de prévia licença para incorporação às Forças Armadas; e iii) a imunidade parlamentar durante o estado de sítio.

A **isenção do dever de testemunhar** dos parlamentares é garantida pela CF/88 em seu art. 53, § 6º. Reza o texto constitucional que os deputados e senadores **não serão obrigados a testemunhar** sobre **informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato**, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

No que se refere à necessidade **de licença para incorporação às Forças Armadas**, determina a CF/88 que ela deverá se dar previamente ao ato, mesmo que o parlamentar seja militar e houver guerra (CF, art. 53, § 7º). Trata-se, de acordo com a doutrina, de mais uma imunidade, uma vez que livra o parlamentar de uma obrigação constitucionalmente imposta (CF, art. 143).

Por fim, a CF/88 garante aos parlamentares a **manutenção de suas imunidades material e formal durante o estado de sítio** (CF, art. 53, § 8º). Essas imunidades só **poderão ser suspensas** mediante o **voto de dois terços dos membros da Casa respectiva**. A suspensão das imunidades, nesse caso, será aplicada apenas aos atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional e que



sejam incompatíveis com a execução da medida. Note que não há possibilidade de suspensão dessas imunidades no estado de defesa.

Incompatibilidades dos parlamentares:

Segundo o art. 54 da Carta Magna, os Deputados e Senadores não poderão:

a) Desde a **expedição do diploma**:

- Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, **salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes**;
- Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "*ad nutum*", em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

b) Desde a **posse**:

- Ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de **favor decorrente de contrato** com **pessoa jurídica de direito público**, ou **nela exercer função remunerada**;
- Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "*ad nutum*", em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;
- Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades acima citadas;
- Ser titulares de **mais de um cargo ou mandato público eletivo**.

Perda do mandato

As hipóteses de perda do mandato de parlamentares estão previstas no art. 55, CF/88.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;
- VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

Em alguns casos (art. 55, I, II e VI), a perda do mandato **deve ser votada** pela Casa Legislativa. Trata-se de situações em que a perda não será automática; ao contrário, deverá ser decidida pela **maioria absoluta da Casa Legislativa**, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. Até a EC nº 76/2013, essa votação era secreta; a partir da nova emenda constitucional, passou-se a decidir pela perda do mandato em **votação aberta**.



São casos em que a perda do mandato é votada pela Casa Legislativa: i) quando o parlamentar incorrer em alguma das incompatibilidades do art. 54; ii) quando houver falta de decoro parlamentar; ou iii) quando o parlamentar sofrer condenação criminal transitada em julgado.

Segundo o art. 55, § 1º, da Constituição Federal, são **incompatíveis com o decoro parlamentar**, além dos casos descritos no Regimento Interno das Casas Legislativas, o **abuso das prerrogativas** asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a **percepção de vantagens indevidas**.

Questão polêmica diz respeito à **condenação criminal transitada em julgado** de um parlamentar. Será que, após a condenação criminal de um parlamentar pelo STF, haverá a **perda automática** do mandato?

Não há, atualmente, uma posição segura do STF a respeito do tema, uma vez que existe **divergência** entre a Primeira e a Segunda Turmas da Corte.

A 1ª Turma do STF tem entendido o seguinte¹²:

a) Caso o Deputado Federal ou Senador tenha sido condenado a **mais de 120 dias em regime fechado**, haverá **perda automática** do mandato. O parlamentar não poderá, afinal, frequentar o Congresso Nacional durante todo esse período e, como consequência, incorrerá na hipótese de perda do mandato prevista no art. 55, III, CF/88 ("*deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada*").

b) Caso o Deputado Federal ou Senador tenha sido condenado à pena em **regime aberto ou semiaberto**, a perda do mandato **não será automática**. Caberá ao Plenário da Casa Legislativa **deliberar acerca da perda do mandato** do parlamentar.

A 2ª Turma do STF¹³, por outro lado, adota um posicionamento mais favorável aos parlamentares, entendendo que a perda do mandato sempre **dependerá de deliberação da Casa Legislativa**. Em outras palavras, a perda do mandato **não será automática**. Mesmo que o STF tenha condenado criminalmente o parlamentar, será possível que ele conserve o mandato se assim for decidido pela Casa Legislativa.

Nas hipóteses do art. 55, III, IV e V, a **perda do mandato do parlamentar será declarada pela Mesa**, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

É o que acontece quando o parlamentar **deixa de comparecer a 1/3 das sessões ordinárias** da Casa Legislativa, salvo licença ou missão por ela autorizada. Ou, ainda, quando há **perda ou suspensão dos direitos políticos**. Também haverá perda declarada pela mesa quando a **Justiça Eleitoral decretar a perda do mandato** do parlamentar.

Destaque-se que, na perda do cargo por decretação da Justiça Eleitoral, **não se exige o trânsito em julgado da sentença**. Segundo o STF, a atribuição da Mesa da Casa a que pertence o parlamentar nos casos previstos nos incisos III a V do art. 55 da CF/88 limita-se a declarar a perda do mandato, dando posse a quem deverá ocupar o cargo, uma vez que o registro do

¹² AP 694/MT. Rel. Min. Rosa Weber. Julgamento: 02.05.2017.

¹³ AP 996/DF. Rel. Min. Edson Fachin. Julgamento: 29.05.2018.



parlamentar já terá sido cassado pela Justiça Eleitoral, não podendo subsistir, dessa forma, o mandato eletivo.¹⁴

Esquemmatizando:

<i>Perderá o mandato o Deputado ou Senador...</i>	
<ul style="list-style-type: none">- Que infringir qualquer das proibições do art. 54 da Constituição;- Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;- Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado¹⁵.	A perda do mandato dependerá de juízo do Plenário da Casa Legislativa (decisão política)
<ul style="list-style-type: none">- Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;- Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;- Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição.	A perda será declarada pela Mesa da Casa Legislativa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

No art. 56, a CF/88 traz situações em que **não haverá perda do mandato** do parlamentar:

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

É bastante comum o caso do art. 56, I. O parlamentar afasta-se, por exemplo, para ocupar o cargo de Ministro de Estado, sendo, então, **convocado o suplente**. O parlamentar afastado não perderá o cargo de Senador ou Deputado Federal, podendo, inclusive, **optar pela remuneração relativa ao mandato**.

Pergunta interessante que se deve fazer nessa situação é a seguinte: o congressista que se afastou para ocupar o cargo de Ministro terá direito às imunidades parlamentares? Segundo o STF, o afastamento de parlamentar para ocupar cargo no Poder Executivo resultará na **suspensão das imunidades parlamentares** (imunidade material e imunidade formal).¹⁶

Ressalte-se, ainda, que o Deputado Federal ou Senador afastado para ocupar cargo no Poder Executivo **está sujeito a procedimento disciplinar** perante sua Casa Legislativa **em virtude de quebra de decoro parlamentar**. Isso se deve ao fato de que ele não perdeu sua condição de

¹⁴ (STF, Pleno, MS 27613/DF. 28.10.2009).

¹⁵ Inq 105-DF. Rel Min. Néri da Silveira. RTJ 99/487-491.

¹⁶ Inq 3.357, rel. Min. Celso de Mello, j. 25-3-2014, dec. monocrática, DJE de 22-4-2014.



parlamentar, estando apenas afastado do exercício de suas funções e investido, temporária e precariamente, em cargo executivo.¹⁷

INDO MAIS FUNDO!



Em 2016, o STF suspendeu o exercício do mandato do Dep. Federal Eduardo Cunha, em sede cautelar penal. A defesa do parlamentar alegou, então, que isso deveria implicar na suspensão do processo de cassação do mandato por quebra de decoro.

O que o STF decidiu?

Segundo a Corte, a **suspensão do exercício do mandato por decisão do STF** em sede cautelar penal **não gera o direito à suspensão do processo de cassação do mandato** por quebra de decoro parlamentar.¹⁸

Em outras palavras, mesmo com a suspensão do exercício do mandato, **deverá ter seguimento o processo por quebra de decoro parlamentar**. Admitir o contrário significaria beneficiar a conduta reprovável que gerou a suspensão do exercício do mandato.

Imunidades dos Deputados Estaduais, Deputados Distritais e Vereadores

De acordo com o art. 27, § 1º, da CF/88, aos **Deputados Estaduais** (e Deputados Distritais) serão **aplicadas as regras previstas na Constituição Federal** sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas. Assim, pode-se afirmar que os Deputados Estaduais gozam de **imunidade formal** e **imunidade material**.

O tema foi discutido pelo STF, que reconheceu que as imunidades de Deputados Federais e Senadores **foram estendidas em sua integralidade** aos Deputados Estaduais.¹⁹ Seria incompatível com o pacto federativo reconhecer, sem expressa previsão constitucional, uma proteção reduzida aos integrantes do Poder Legislativo estadual.

Os Vereadores, por sua vez, têm regramento próprio, expresso na Constituição Federal de 1988. Os Vereadores **não têm imunidade formal** (processual), mas **apenas imunidade material**. Eles serão invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, mas **apenas na circunscrição do Município**. O âmbito de aplicação da imunidade material dos Vereadores é, portanto, mais restrito.

¹⁷ STF, MS 25.579/DF. Rel. Min. Joaquim Barbosa. 19.10.2005.

¹⁸ MS 34.327/DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. 08.09.2016.

¹⁹ ADI 5823, Rel. Min. Marco Aurélio. Julgamento em 08.05.2019.





(DPE-RS – 2023) Jonas, deputado federal, no curso do mandato parlamentar, praticou o crime de corrupção passiva, solicitando vantagem indevida para atuar em um determinado sentido no Congresso Nacional. A Procuradoria Geral da República denunciou Jonas e o processo transcorreu de forma adequada. Finda a audiência de instrução e julgamento, foi publicado o despacho, determinando que as partes apresentassem alegações finais.

Ato contínuo, Jonas renunciou ao cargo de deputado federal e foi nomeado membro do Tribunal de Contas do Estado Alfa, após a observância de todas as formalidades constitucionais e legais. Nesse cenário, considerando as disposições constitucionais e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, a competência para julgar o crime de corrupção passiva, supostamente perpetrado por Jonas, é do Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

Comentários:

Nota-se que Jonas cometeu um crime em razão de seu cargo de deputado federal e no curso do mandato parlamentar. Isso, por si só, é suficiente para que o foro competente para julgá-lo seja o Supremo Tribunal Federal, nos termos da tese definida na AP 937, do STF, e no art. 102, inciso I, alínea b, da CF/88. Ainda segundo o entendimento do STF, a renúncia ao cargo de deputado federal não desloca a competência para a primeira instância, porquanto já havia sido encerrada a instrução processual. Portanto, a competência para julgar Jonas pelo crime de corrupção passiva é do Supremo Tribunal Federal. Questão errada.

(PC-DF – 2015) Suponha-se que Paulo seja deputado federal e tenha sido arrolado como testemunha em um inquérito policial. Nesse caso, Paulo será obrigado a testemunhar, mesmo a respeito de informações recebidas em razão do exercício do mandato.

Comentários:

Segundo o art. 53, § 6º, "os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações". Questão errada.

(PC-DF – 2015) Suponha-se que um senador da República tenha sido flagrado, pela polícia, cometendo crime inafiançável. Nesse caso, a autoridade policial deverá liberar o senador, pois não se permite a prisão em flagrante nesta hipótese.

Comentários:

Os membros do Congresso Nacional poderão, sim, ser presos em flagrante de crime inafiançável. Questão errada.

(SEAP-DF – 2015) As imunidades de deputados ou senadores subsistirão durante o estado de sítio, mas poderão ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da respectiva Casa nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional e que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Comentários:



É exatamente o que prevê o art. 53, § 8º. Questão correta.

(Procurador AL-GO – 2015) Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, a partir de sua posse.

Comentários:

Os Deputados e Senadores, *desde a expedição do diploma*, serão submetidos a julgamento perante o STF. Questão errada.

(Procurador AL-GO – 2015) A imunidade material parlamentar não exclui a tipicidade do fato praticado pelo Deputado ou Senador consistente na manifestação, escrita ou falada, que ocorra no exercício da função.

Comentários:

A imunidade material *exclui a tipicidade* de quaisquer manifestações feitas por Deputados e Senadores no exercício de suas funções. Questão errada.

(TCM-GO – 2015) A perda do mandato do Deputado ou Senador que, depois de empossado, se mantém como sócio controlador de empresa que goza de favor decorrente de contrato com seu Estado de origem, será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de partido político representado no Congresso Nacional.

Comentários:

Quando o parlamentar violar uma das proibições do art. 54, CF/88, a *perda do mandato será decidida (votada)* pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal. Nesse caso, não cabe mera declaração pela Mesa da respectiva Casa Legislativa. Questão errada.

(TCM-GO – 2015) É constitucionalmente válida a perda de mandato por quebra de decoro imposta a Deputado ou Senador que esteja regularmente licenciado, por atos praticados na constância da licença.

Comentários:

Mesmo licenciado, o Deputado ou Senador continua devendo *obediência ao estatuto constitucional do congressista*, portanto está sujeito à perda de mandato por quebra de decoro parlamentar. Questão correta.



FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E OPERACIONAL

Os controles interno e externo

Os dinheiros públicos sofrem duas formas de controle: i) o **controle interno**, realizado no âmbito de cada Poder; e ii) o **controle externo**, de competência do Poder Legislativo. Veja o que dispõe a Constituição sobre o controle interno:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O controle interno é **realizado dentro de cada Poder**. No Poder Executivo, o controle interno é realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU); no Judiciário, é realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Determina a Carta Magna que os **responsáveis pelo controle interno**, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, **deverão cientificar o Tribunal de Contas da União (TCU)**, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, CF/88).

O controle externo é exercido por **órgão que não integra a estrutura** daquele que será fiscalizado. Trata-se do controle exercido pelo Poder Legislativo sobre os demais Poderes, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Os **controles interno e externo são realizados de forma complementar**. Por exemplo, a fiscalização pela CGU da aplicação de recursos públicos federais em uma rodovia não impossibilita que o TCU proceda a essa mesma fiscalização. Nesse sentido, entende o STF que a Controladoria-Geral da União (CGU) tem atribuição para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais repassados, nos termos de convênios, aos Municípios. Não seria essa, portanto, uma atribuição exclusiva do TCU¹.

É importante destacar que **pode haver participação popular no controle externo**. Segundo a Constituição, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art. 74, § 2º, CF).

¹ RMS 25943/DF, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 24.11.2010.



A Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional

A fiscalização contábil, orçamentária, patrimonial e operacional da União e das entidades da Administração Direta e Indireta tem como **responsável o Congresso Nacional**, com o **auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU)**. Nos Estados, são as Assembleias Legislativas as responsáveis pela fiscalização, auxiliadas pelos Tribunais de Contas dos Estados.

Veja um importante entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esse assunto:

TOME NOTA!



De acordo com o STF, o poder de fiscalização da ação administrativa do Poder Executivo é outorgado aos órgãos coletivos de cada Câmara do Congresso Nacional, no plano federal, e da Assembleia Legislativa, no dos Estados; nunca, aos seus membros individualmente, salvo, é claro, quando atuem em representação de sua Casa ou comissão (ADI 3.046, DJ de 28.05.2004).

A fiscalização realizada pelo Legislativo tem como objeto a **legalidade**, a **legitimidade**, a **economicidade**, a **aplicação das subvenções** e a **renúncia de receitas** (art. 70, *caput*, CF/88) e como fundamentos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, entre outros. Portanto, são quatro as facetas dessa fiscalização:

- a) **Fiscalização da legalidade**: compreende a análise da obediência do administrador à lei. Verifica-se a validade dos atos administrativos em face do ordenamento jurídico.
- b) **Fiscalização financeira**: refere-se à aplicação das subvenções, à renúncia de receitas, às despesas e às questões contábeis;
- c) **Fiscalização da legitimidade**: representa a análise da aceitação, pela população, da gestão da coisa pública.
- d) **Fiscalização da economicidade**: compreende a análise de custo/benefício das ações do Poder Público. No que se refere à fiscalização da economicidade, entende a doutrina que os controles externo e interno poderão, além da legalidade, avaliar também o mérito da despesa, ou seja, a própria discricionariedade do administrador. Poderão, portanto, avaliar o **mérito de atos administrativos**.

Os Tribunais de Contas

Os Tribunais de Contas são **órgãos independentes e autônomos, sem subordinação hierárquica** a qualquer dos Poderes da República. Sua autonomia é garantida constitucionalmente. Embora estejam de certo modo vinculados ao Poder Legislativo, **não exercem função legislativa**, mas de fiscalização e controle, de natureza administrativa.

A missão desses órgãos é **orientar** o Poder Legislativo no exercício do controle externo. Embora o titular do controle externo seja o Poder Legislativo, são os Tribunais de Contas os órgãos que,



tecnicamente, realizam essa atividade. Cabe destacar que a atuação dos Tribunais de Contas alcança **toda a Administração Pública** (direta e indireta), **de todos os Poderes**.

Devido à relevância de sua atividade, a CF/88 confere **autonomia** e **independência** aos Tribunais de Contas.

Acerca disso, reconhecia-se que esses órgãos poderiam, inclusive, realizar o controle de constitucionalidade de leis. Esse controle de constitucionalidade não se dava em abstrato (lei em tese), mas sim no caso concreto (via de exceção). Por meio dele, poderia a Corte de Contas deixar de aplicar um ato por considerá-lo incompatível com a Constituição.

O enunciado da Súmula 347 do STF, que trata sobre o controle de constitucionalidade por parte dos Tribunais de Contas, tem a seguinte redação: "*O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público*". Vale notar também que essa súmula foi editada no ano de 1963.

Todavia, pode-se afirmar que atualmente a referida súmula está **superada** e **não mais prevalece**. **Apesar de não ter sido expressamente revogada**, seu conteúdo não tem tido mais eficácia prática em algumas decisões do STF.

Em recente julgamento (MS 35.410), o STF afirmou que o TCU, "*órgão sem função jurisdicional, não pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal com efeitos erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal*"². Tal decisão vai ao encontro de uma tese que já vinha ganhando força no âmbito do STF³, sempre no sentido de afastar a competência de exercício de controle de constitucionalidade por parte do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas da União

Há divergência doutrinária a respeito da natureza jurídica do Tribunal de Contas da União (TCU). Alguns autores consideram que o TCU integra o Poder Legislativo. Porém, a posição majoritária é a de que **o TCU é órgão independente**, que não integra nenhum dos Poderes da República. Trata-se de **órgão de natureza político-administrativa**, de estatura constitucional, responsável pelo controle externo da Administração Pública. Devido à enorme importância de suas funções, a Constituição Federal de 1988 concedeu ao TCU **autonomia funcional, administrativa, financeira e orçamentária**.

O Tribunal de Contas da União (TCU) é **composto de 9 (nove) Ministros**. Tem sede no Distrito Federal e **jurisdição em todo o território nacional**. Seus Ministros dispõem das mesmas prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos **Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**. Para sua investidura, é necessário o cumprimento dos requisitos enumerados no art. 73, §1º, da CF:

- a) Mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;
- b) Idoneidade moral e reputação ilibada;
- c) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

² MS 35.410, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 06.05.2021.

³ Vide o MS 25.888 e MS 27.796.



d) Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados acima.

A escolha de um terço (três) desses Ministros cabe ao Presidente da República, com posterior aprovação dos nomes pelo Senado Federal. Dois desses Ministros deverão ser escolhidos alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo TCU, segundo critérios de antiguidade e merecimento. Os outros dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional, na forma de seu regimento interno.

Antes de prosseguirmos, é importante pontuar que o Ministério Público junto ao TCU **não dispõe de fisionomia institucional própria** e, não obstante as expressivas garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus procuradores pela própria Constituição (art. 130), encontra-se consolidado na "intimidade estrutural" dessa Corte de Contas. Dessa forma, o Ministério Público junto ao TCU **não integra** o Ministério Público da União. Por simetria, o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas dos Estados também não integra o Ministério Público estadual.

FIQUE ATENTO!



O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas encontra-se **estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas** e **não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa** para as leis que definem sua estrutura organizacional.

Por integrar a organização administrativa do Tribunal de Contas, a Constituição Federal não concedeu ao órgão **Ministério Público especial** as garantias institucionais de autonomia administrativa e orçamentária, nem a iniciativa legislativa para as regras concernentes à criação e à extinção de seus cargos e serviços auxiliares, à política remuneratória de seus membros, aos seus planos de carreira e, especialmente, à sua organização e ao seu funcionamento (ADI 3804/AL, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 03.12.2021).

Os Ministros do TCU têm as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de acordo com o art. 73, § 3º, da CF. Logo, têm como garantias a **vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de seus subsídios**. Também se lhes aplicam as regras do art. 40 da CF/88 referentes à aposentadoria e pensão.

Destaca-se, ainda, que o **auditor, quando em substituição a Ministro**, terá as **mesmas garantias e impedimentos do titular** e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal (art. 73, § 4º, da CF/88). Como o auditor é substituto do Ministro, a ele se aplica a **exigência de idade mínima de 35 anos**. Nesse sentido, entende o STF (ADI 373/PI, DJ de 6.5.1994) que é razoável a exigência desse limite de idade para ingresso no cargo de Auditor de Tribunal de Contas estadual, uma vez que as normas estabelecidas para o TCU na CF/88 se aplicam, de regra, aos Tribunais de Contas dos Estados.

O art. 70 da Constituição, como vimos anteriormente, determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração



direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Determina também, em seu parágrafo único, que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Desse modo, o controle das contas públicas é de competência do Congresso Nacional, que o exercerá com auxílio do TCU (art. 71, *caput*, CF). Vamos ler esse artigo?

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

No que se refere às contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, a competência do TCU é para julgá-las. Isso vale, inclusive, para as contas dos demais poderes da República (Poder Legislativo e Poder Judiciário) e para as contas do Ministério Público. Assim, é o TCU o responsável por julgar as contas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Já no que concerne às contas do Presidente da República, cabe à Corte apenas apreciá-las, mediante parecer prévio, elaborado no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento, de caráter meramente opinativo. O julgamento, então, será realizado pelo Congresso Nacional.

Outro ponto de destaque é que entende o STF (MS 25.092, DJ de 17.3.2006) que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da Administração Indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas, não obstante os seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista. No mesmo sentido, entende a Corte (MS 21.644, DJ 8.11.1996) que entidades de direito privado se sujeitam à fiscalização do Estado quando dele recebem recursos, devendo seus dirigentes prestar contas dos valores recebidos. Além disso, também os conselhos profissionais (Conselhos Federais e Conselhos Regionais de classe profissional), por terem natureza autárquica, devem prestar contas ao TCU (MS 21.797, DJ 18.5.2001). Continuemos a análise do artigo...

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;



Os atos de admissão de pessoal na Administração Pública, direta e indireta, serão apreciados, quanto à legalidade, pelo Tribunal de Contas da União. Isso **não se aplica**, todavia, **às nomeações para cargo de provimento em comissão**. O **provimento de cargos em comissão não é apreciado pelo TCU**.

Os atos de **concessão de aposentadorias, reformas e pensões** também são apreciados pelo TCU. Entretanto, as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório não são apreciadas pela Corte de Contas.

Na apreciação dos atos iniciais de concessão de aposentadoria, reforma e pensões, a **análise do TCU restringe-se aos aspectos de legalidade do ato**, não podendo a Corte de Contas fazer análise de mérito (conveniência e oportunidade). Além disso, a atuação do TCU restringe-se ao registro do ato, não cabendo à Corte anulá-lo ou convalidá-lo. Havendo vícios no ato, a Corte poderá apenas indeferir o pedido de registro, comunicando o fato ao órgão/entidade para as providências cabíveis. Caberá a estes anular ou convalidar o ato.

Destaca-se que o registro de aposentadorias **não se aplica aos benefícios obtidos por meio do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**, mas apenas aos obtidos por meio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), dos servidores estatutários. Assim, os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista têm apenas seus atos de admissão apreciados pelo TCU, sendo as aposentadorias e pensões apreciadas no âmbito do RGPS.

Sobre a **concessão de aposentadoria**, destaca-se, ainda, que, segundo o STF, ela se configura em **ato administrativo complexo**, aperfeiçoando-se somente com o registro perante o Tribunal de Contas. Em outras palavras, para que alguém seja efetivamente aposentado, é necessário:

- a) a concessão da aposentadoria pelo órgão onde o servidor exerce suas atribuições e;
- b) o registro realizado pelo Tribunal de Contas.

Após a concessão da aposentadoria pelo órgão, o servidor já poderá usufruí-la, **mas não estará efetivamente aposentado**, uma vez que ainda cabe manifestação do Tribunal de Contas, que **poderá conceder ou negar** o registro. Havendo negativa do Tribunal de Contas, é possível até mesmo que o servidor retorne à atividade.

Nos processos perante o TCU, **deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa** sempre que da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado. Porém, **não se assegura o contraditório e ampla defesa** na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. É esse o entendimento consignado na Súmula Vinculante nº 03:

ATENÇÃO, DECORE!



Súmula Vinculante n. 03

“Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Segundo o STF, há um prazo decadencial de 5 anos para que o TCU aprecie a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Após 5 anos da chegada do processo na Corte de Contas, haverá “**concessão tácita**” da aposentadoria. Em outras palavras, o TCU tem o prazo máximo de 5 anos para apreciar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Por último, um importante entendimento do STF refere-se à **impossibilidade** de o Tribunal de Contas **suprimir vantagem pecuniária incluída nos proventos de servidor por decisão judicial transitada em julgado** (MS 25.460, DJ de 10.2.2006). Esse tipo de decisão, segundo a Corte, só pode ser modificada por meio de ação rescisória.

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

Com base no art. 71, inciso VI, o STF entendeu que o **TCU não tem competência** para fiscalizar a **aplicação dos recursos recebidos a títulos de royalties** decorrentes da extração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural, pelos Estados e Municípios. Trata-se de competência dos Tribunais de Contas Estaduais, e não do TCU, tendo em vista que o art. 20, § 1º, da Constituição, qualificou os **royalties como receita própria dos Estados, Distrito Federal e Municípios**⁴. O TCU fiscaliza os recursos repassados pela União aos entes federativos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

⁴ MS 24.312-RJ, Rel. Min. Ellen Gracie, 19.02.2003.



IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Os atos administrativos podem ser **sustados diretamente pelo TCU**, sendo comunicada a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Já no que se refere aos **contratos administrativos**, a **sustação caberá ao Congresso Nacional**, que solicitará ao Executivo a anulação desses atos. Caso essas medidas **não sejam adotadas no prazo de noventa dias**, o TCU adquirirá competência **para decidir a respeito**, podendo determinar a sustação do contrato.

Entende o STF que o **TCU tem legitimidade para expedir medidas cautelares** para prevenir a ocorrência de lesão ao erário ou a direito alheio, bem como para garantir a efetividade de suas decisões. Isso decorre da **teoria de poderes implícitos**, segundo a qual, a toda competência prevista constitucionalmente, correspondem, ainda que implicitamente, as prerrogativas necessárias para lhe dar efetividade (MS 26.547/DF, 23.05.2007).

Entretanto, **não tem a Corte de Contas**, segundo o STF, **poder para decretar quebra de sigilo bancário** (Notícias STF, 17.12.2007). Isso acontece porque o TCU é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não se confunde com este. Cabe ao Legislativo, não ao TCU, determinar a invasão dos dados bancários.

Há que se mencionar, todavia, que o **TCU tem competência** para **requisitar informações relativas a operações de crédito originárias de recursos públicos**. Esse foi o entendimento firmado pelo STF no âmbito do MS 33.340/DF. No caso concreto, o TCU havia requisitado ao BNDES informações relativas a operações de crédito.

Mas atenção! Não é que o TCU possa determinar a quebra do sigilo bancário. Segundo o STF, **"as operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidas pelo sigilo bancário"**. Há uma relativização do sigilo dessas informações frente ao interesse de toda a sociedade de conhecer o destino dos recursos públicos.

Também **não tem o TCU função jurisdicional** (de **"dizer o direito"**). Entende o Pretório Excelso que o TCU não é um tribunal administrativo no sentido francês, dotado de poder de solução dos conflitos em última instância. O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede que haja essa equiparação, além do que os poderes desse órgão estão devidamente delimitados constitucionalmente no artigo 71.⁵

⁵ MS 29599 DF, DJe-030, p. 15/02/2011.



§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

A Constituição Federal atribuiu às decisões do TCU que resultem na imputação de débito ou multa **eficácia de título executivo extrajudicial**. Isso significa que a decisão do TCU já servirá como fundamento para um processo de execução contra aquele que sofreu a penalidade. A **execução dessas decisões**, todavia, não compete ao TCU, mas sim **à Advocacia-Geral da União**.

JURISPRUDÊNCIA



É legal e constitucionalmente fundada a **desconsideração da pessoa jurídica pelo TCU**, de modo a **alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público**, observados o contraditório e a ampla defesa. (MS 35.920/ED, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 30.10.2023, p. 14.11.2023)

Segundo o STF, **é admissível a criação de Procuradorias na estrutura dos Tribunais de Contas**, as quais poderão ser responsáveis pela representação judicial e consultoria e assessoramento jurídico das Cortes de Contas. Entretanto, essas Procuradorias **não têm competência para cobrar judicialmente** multas aplicadas em definitivo pelos Tribunais de Contas, uma vez que esses órgãos não são responsáveis por executar em juízo suas próprias decisões.⁶

TOME NOTA!



Compete ao Tribunal de Contas da União **efetuar o cálculo** das quotas referentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme o art. 161, parágrafo único, da CF/88.

Os Tribunais de Contas também **estão sujeitos ao controle do Poder Legislativo**. Em **âmbito federal**, o TCU tem o dever de encaminhar ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, o que irá viabilizar um controle político pelo Parlamento. No relatório anual, o Tribunal deve apresentar a análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.

⁶ ADI 4.070/RO, rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 19.12.2016.



E quem fiscaliza o TCU? Segundo a Lei Orgânica do TCU (Lei Federal nº 8.443/92, art. 90), a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo **Congresso Nacional**, na forma definida no seu regimento comum.

Em **nível estadual**, é possível prever que o **Poder Legislativo seja o responsável** pelo julgamento das contas do TCE, a depender do que está previsto na Constituição Estadual. Nesse sentido, entende o STF que *"surge harmônico com a Constituição Federal diploma revelador do controle pelo Legislativo das contas dos órgãos que o auxiliam, ou seja, dos tribunais de contas"*⁷. Apenas como exemplo, a Constituição do Rio de Janeiro prevê que as contas do TCE/RJ serão julgadas pela Assembleia Legislativa.

O TCU e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

A CF/88 criou um mecanismo especial de **fiscalização dos indícios de despesas não autorizadas**, como forma de **assegurar a obediência à lei orçamentária**. Trata-se de fiscalização realizada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) com o auxílio do TCU.

Determina a Constituição, em seu artigo 72, que a CMO, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, **poderá solicitar à autoridade governamental responsável** que, no prazo de cinco dias, **preste os esclarecimentos necessários**. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao TCU pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias. Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

Os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios

Reza o art. 75 da Constituição Federal que as normas estabelecidas para o TCU se **aplicam, no que couber**, à organização, composição e fiscalização dos **Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal**, bem como dos **Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios**. Trata-se de uma aplicação do princípio da simetria.

Entretanto, a Constituição estabelece, também, algumas particularidades para essas Cortes de Contas. Segundo a Carta Magna, os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal são compostos de **sete conselheiros** (art. 75, parágrafo único, CF). Em decorrência do princípio da simetria, sua nomeação segue os mesmos critérios estabelecidos pela CF/88 (art. 73, § 1º). Nesse sentido, sobre a proporção das vagas a serem preenchidas pela escolha do Executivo e do Legislativo (1/3 e 2/3, respectivamente, no modelo federal), entende o STF que:

FIQUE ATENTO!



⁷ ADI 1.175, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 19.12.2006.



Súmula 653 do STF:

“No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo Chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro à sua livre escolha.”

Note-se ainda que os vencimentos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados deverão ter como parâmetro aqueles dos **desembargadores do Tribunal de Justiça** (ADI 396, DJ de 5.8.2005).

Os Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) são responsáveis pelo **controle externo da Administração Pública estadual**, direta e indireta. O poder de controle do TCE **alcança**, inclusive, o **Poder Legislativo estadual**. Segundo o STF, **é inconstitucional** norma da Constituição Estadual que atribui à Assembleia Legislativa a competência para analisar e julgar as contas do Poder Legislativo.⁸ Isso acontece porque o controle de contas do Poder Legislativo estadual é atribuição do TCE.

“E a quem o Tribunal de Contas Estadual prestará contas, professora?”

Excelente pergunta! À **Assembleia Legislativa do Estado**. Entende o STF (ADI 687, DJ 10.02.2006) que o Tribunal de Contas está obrigado, por expressa determinação constitucional, a encaminhar, ao Poder Legislativo a que se acha institucionalmente vinculado, tanto relatórios trimestrais quanto anuais de suas próprias atividades, com o objetivo de expor a situação das finanças públicas administradas por esses órgãos.

Passaremos, agora, à análise da **fiscalização do Município**. Veja o que determina o art. 31 da Constituição acerca da fiscalização dos Municípios:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Verifica-se, portanto, que a fiscalização do Município **será feita pelo Legislativo Municipal** (controle externo) e pelo **Executivo Municipal** (controle interno), na forma da lei. No controle externo, a Câmara Municipal contará com o auxílio dos **Tribunais de Contas do Estado ou do Município** ou dos **Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios**, onde houver. Note, entretanto, a vedação feita pela Constituição em outro parágrafo do mesmo artigo:

§ 4º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

A Constituição Federal de 1988 **proíbe que sejam criados órgãos de contas municipais**. Eles até existem, mas só aqueles que foram criados previamente à Constituição de 1988: o TCM-SP e o TCM-RJ. Depois da CF/88, nenhum órgão de contas municipal foi criado, pois isso é proibido pela Carta Magna.

⁸ ADI 1779. Rel. Min. Ilmar Galvão. Julgamento: 01.08.2001.



Podem ser criados, todavia, **órgãos estaduais** com competência para o controle externo da Administração Pública de **todos os municípios de um determinado estado**. São os Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios. É o caso, por exemplo, do TCM-GO, que é órgão estadual com competência sobre todos os Municípios de Goiás.

Caso não exista um órgão de contas municipal (criado antes da CF/88) ou um órgão de contas estadual com competência sobre todos os Municípios do estado, o controle externo da Administração Pública municipal **caberá ao Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Em síntese, o controle externo da Administração Pública municipal poderá ser feito por 3 (três) tipos de órgãos diferentes:

- a) **Órgão de contas municipal**: Aplica-se quando há órgãos de contas municipais **criados antes da CF/88**. É o caso do TCM-RJ e TCM-SP.
- b) **Órgão de contas estadual com competência sobre todos os Municípios do estado**: São órgãos de contas estaduais, mas que têm como tarefa o controle externo da Administração Pública dos Municípios do estado. É o caso do TCM-GO, TCM-BA e TCM-PA.
- c) **Tribunal de Contas do Estado (TCEs)**: Naqueles estados em que não existirem os órgãos de contas a que fizemos alusão anteriormente, o controle externo da Administração Pública municipal será competência do TCE.

Segundo o STF, os **Estados têm autonomia** para decidir se o controle externo das Administrações Municipais será feito por Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) ou por Tribunal de Contas Estadual (TCE), materializando-se tal decisão por norma constitucional estadual. Assim, a Constituição Federal de 1988 **não proíbe a extinção de Tribunais de Contas dos Municípios** por emenda à Constituição Estadual.⁹ Com base nesse entendimento, o STF julgou constitucional a extinção do TCM-CE por emenda à Constituição Estadual. A Corte ainda destacou que **não há necessidade de participação dos Municípios** no processo legislativo referente a essa matéria.

Art. 31, § 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Ainda quanto ao trabalho dos Tribunais de Contas estaduais em relação à apreciação das contas dos agentes públicos municipais, é relevante citar um entendimento do STF. Segundo a tese fixada pela Corte, o "*Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal*"¹⁰. Significa dizer que, caso o TCE aplique uma multa a uma determinada pessoa, o **Município** é quem deverá atuar no sentido de executar o crédito a que tem direito.

Para entender o tema "julgamento das contas do Prefeito", será necessário que se saiba a diferença entre **contas de governo e contas de gestão**.

⁹ ADI 5.763/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 26.10.2017.

¹⁰ RE 1.003.433, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ Ac. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 15.09.2021.



As **contas de governo** têm **caráter político** e são de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo. São julgadas pelo Poder Legislativo, cabendo aos Tribunais de Contas tão somente apreciá-las. É o que se extrai do art. 71, I, CF/88:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Já as **contas de gestão** têm **caráter técnico** e são de responsabilidade dos administradores públicos. São julgadas pelos Tribunais de Contas. É o que se extrai do art. 71, II, CF/88:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

Em alguns Municípios, notadamente nos menores, pode haver uma particularidade. O **Prefeito**, ao contrário do Presidente da República e dos Governadores, pode também ser ordenador de despesas e, portanto, **ser responsável pelas contas de governo e pelas contas de gestão**. Assim, havia controvérsias quanto à competência para o julgamento das contas de governo e contas de gestão em nível municipal.

Apenas para esclarecer, ordenador de despesas é a autoridade cujos atos resultam em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos públicos. Nos Municípios menores, às vezes por ausência de pessoal, o Prefeito acaba desempenhando também essa função ao invés de delegá-la a outro agente público da Administração.

Pois bem, no RE nº 846.826, o STF pacificou o entendimento de que tanto as contas de governo quanto as contas de gestão do Prefeito serão **julgadas** politicamente pela **Câmara Municipal**. Os Tribunais de Contas elaboram um **parecer prévio**, mas que tem caráter **meramente opinativo**.

Há que se destacar, porém, que o parecer dos Tribunais de Contas sobre as contas do Prefeito **somente deixará de prevalecer pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara Municipal**. Em outras palavras, supondo que o Tribunal de Contas tenha recomendado a rejeição das contas do Prefeito, o quórum exigido para que esse parecer seja afastado será de 2/3 dos membros da Câmara Municipal. Temos, então, um quórum qualificado para que o parecer do Tribunal de Contas não prevaleça.



INDO MAIS FUNDO!



A LC nº 64/90 prevê que ficarão **inelegíveis** os gestores públicos que tenham suas **contas rejeitadas** por decisão irrecorrível de órgão competente.

Suponha, então, que o Tribunal de Contas tenha rejeitado as contas do Prefeito. A Câmara Municipal fica inerte e não julga as contas. O que acontecerá? Será isso suficiente para que o Prefeito fique inelegível?

Não se admite o “julgamento ficto” das contas do Prefeito. Isso quer dizer que a rejeição pelo Tribunal de Contas não é suficiente para tornar o Prefeito inelegível. É preciso que a Câmara Municipal decida nesse sentido, **não sendo possível obrigá-la a julgar em tempo razoável** as contas do Prefeito.

HORA DE PRATICAR!



(AL-MA – 2023) O controle é compreendido como um instrumento da democracia. A existência de uma estrutura formal para controle das finanças públicas, eficiente, eficaz e efetiva é um fato comum em um Estado democrático organizado. Neste âmbito, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, é finalidade do controle externo.

Comentários:

De acordo com o art. 74, inciso III, da CF/88, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, é uma incumbência do sistema de controle **interno**. Questão errada.

(TCE-SC – 2022) Segundo o STF, não pode o Tribunal de Contas da União afastar incidentalmente a aplicação de lei federal sob o argumento de inconstitucionalidade.

Comentários:

O Supremo Tribunal Federal, em diversas decisões monocráticas, tem questionado a competência defendida pelo TCU para declarar inconstitucionais leis ou atos normativos do Poder Público, sob o argumento de que a Súmula 347 foi editada em 13/12/1963. Questão correta.

(TCE-RJ – 2022) Cabe ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação de recursos públicos repassados pela União, mediante ajuste, a estado, ao Distrito Federal ou a município.

Comentários:



A questão decorre diretamente do art. 71, inciso VI, da CF/88. Questão correta.

(TCE-SC – 2021) As normas constitucionais alusivas às competências institucionais do Tribunal de Contas da União são de observância compulsória pelas constituições dos estados-membros.

Comentários:

A questão vai ao encontro do art. 75 da CF/88, que estabelece que as normas estabelecidas para o TCU se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Questão correta.

(PGM - Fortaleza – 2017) Os municípios não gozam de autonomia para criar novos tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

Comentários:

A Carta Magna veda que os municípios criem novos tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais (art. 31, § 4º, CF). Os Estados, entretanto, podem criar um órgão de controle externo denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios para auxiliarem as Câmaras de Vereadores no controle externo. Questão correta.

(TCE-PE – 2017) Os tribunais de contas não exercem fiscalização quanto à legalidade e à legitimidade dos atos administrativos praticados pelo Poder Judiciário, que tem autonomia administrativa e financeira.

Comentários:

Os Tribunais de Contas exercem, sim, a fiscalização dos atos administrativos praticados pelo Poder Judiciário. Enquanto o CNJ realiza o controle interno do Poder Judiciário, os Tribunais de Contas exercem o controle externo. Questão errada.

(TCE-PE – 2017) Decisão de tribunal de contas estadual de impor multa a responsável por irregularidades no uso de bens públicos possui eficácia de título executivo e pode ser executada por iniciativa do próprio tribunal de contas do estado ou do Ministério Público local.

Comentários:

As decisões dos Tribunais de Contas de que resulte a aplicação de multa têm eficácia de título executivo extrajudicial. A execução é feita pela Advocacia Pública (e não pelo próprio Tribunal de Contas ou Ministério Público). Questão errada.

(Procurador de Curitiba – 2015) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

Comentários:

É o Congresso Nacional que *julga* as contas do Presidente da República. O TCU apenas aprecia as contas do Presidente. Questão errada.

(TJDFT – 2015) O TCU e, pelo princípio da simetria, os tribunais de contas estaduais, têm legitimidade para requisitar, diretamente, informações que importem a quebra de sigilo bancário.

Comentários:

Os Tribunais de Contas não podem requisitar informações que importem a quebra de sigilo bancário. Questão errada.



(MPT – 2015) Dentre os requisitos previstos na Constituição da República para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União estão os referentes a notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e de administração pública, devendo ter mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.

Comentários:

É requisito constitucional para o cargo de Ministro do TCU *mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional* que exija notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública. Questão errada.

(MPT – 2015) O Tribunal de Contas da União não tem competência para fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais.

Comentários:

É competência do TCU fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo (art. 71, V). Questão errada.

(MPCM – 2015) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Comentários:

É exatamente o que prevê a Súmula Vinculante nº 03. Questão correta.

(SAPeJUS-GO – 2015) Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas do presidente da República, podendo o Congresso Nacional suspender a decisão, caso discorde dela.

Comentários:

É o Congresso Nacional que julga as contas do Presidente da República. Questão errada.

(TCE-MG – 2015) Considere que a constituição de um determinado Estado da Federação prevê, além do Tribunal de Contas do Estado, a existência de um Conselho Estadual de Contas dos Municípios, encarregado de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício de seu poder de controle externo. Na hipótese, é correto afirmar que a referida norma constitucional é inconstitucional, porque fere a regra da Constituição da República que proíbe a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

Comentários:

Não há qualquer inconstitucionalidade na criação de um *órgão estadual* com a tarefa de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício do controle externo. O que a CF/88 veda é a criação de órgãos municipais com essa tarefa. Questão errada.

(TCM-SP – 2015) Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.

Comentários:

A atuação dos Tribunais de Contas *não é subordinada* ao Poder Legislativo. Suas decisões não estão, portanto, sujeitas à revisão pelo Poder Legislativo. Questão errada.



QUESTÕES COMENTADAS

Poder Legislativo

1. CEBRASPE/CGE-RJ/2024

A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, estados, servidores públicos, competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do STF.

Ainda que o repasse de recursos federais aos estados ocorra sem prévia celebração de convênio, mantém-se a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para a fiscalização e aplicação desses recursos.

Comentário Completo:

Pessoal, a questão trata do TCU e suas atribuições, quando auxilia tecnicamente o Congresso Nacional no exercício do controle externo da Administração Pública Federal. Nesse contexto, é importante conhecer o inciso VI do art. 71 da CRFB/88, vejamos:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

Dessa maneira, a fiscalização de qualquer recurso repassado pela União, mesmo que sem prévia celebração de convênio, compete ao TCU. Assim, podemos concluir que a assertiva está CERTA.

Gabarito: Item correto.

2. CEBRASPE/CGE-RJ/2024

No que se refere ao controle da atividade financeira do Estado e às atribuições dos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

A fiscalização dos tribunais de contas é exercida por iniciativa própria ou por iniciativa do Poder Legislativo.

Comentário Completo:

Pessoal, a questão trata do **Tribunal de Contas da União**. O TCU é um órgão que auxilia o Poder Legislativo no controle externo. Todavia, aqui vale um destaque. Mesmo atuando em conjunto com esse Poder, não há uma relação de hierarquia entre eles.

Em outras palavras, não existe subordinação. O referido Tribunal possui autonomia funcional, administrativa e financeira. Além disso, o TCU detém o poder de realizar por iniciativa própria inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial,



nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, conforme disposição do art. 71, inciso IV da CRFB/88:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

IV - realizar, por **iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal**, de Comissão técnica ou de inquérito, **inspeções e auditorias** de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

Assim, podemos constatar que a assertiva está CERTA!

Gabarito: Item correto.

3. CEBRASPE/CBM-PA/2024

De acordo com a CF, a competência para autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio, nos casos de declaração de estado de guerra, pertence

- a) ao Conselho de Defesa Nacional.
- b) à Câmara dos Deputados.
- c) ao Congresso Nacional.
- d) ao Conselho da República.
- e) ao Senado Federal.

Comentário Completo:

A questão abordou as **Atribuições do Congresso Nacional**. Conforme o art. 84, inciso IX da CRFB/88, compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

A competência para decretação do estado de sítio é do Presidente da República. Para isso, ele deverá ouvir previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional e solicitar autorização ao Congresso Nacional, vejamos:

Art. 49. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:

(...)

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, **autorizar o estado de sítio**, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

Após breve explanação, podemos afirmar que para o Presidente da República decretar estado de sítio, deverá, primeiramente, ter a aprovação do Congresso Nacional.



Logo, temos que o nosso gabarito é a LETRA C!

Entretanto, vamos analisar a seguir o erro das demais alternativas.

(...)

LETRA A. INCORRETA. A alternativa está errada, porque apesar de ser obrigatória a manifestação do Conselho de Defesa Nacional, esta tem caráter meramente opinativo, sendo de competência do Congresso Nacional autorizar a decretação do estado de sítio.

LETRA B. INCORRETA. Não compete à Câmara dos Deputados autorizar a decretação do estado de sítio, cabe ao Congresso Nacional.

LETRA C. CORRETA. É o nosso gabarito! De acordo com o art. 49, inciso IV, o Congresso Nacional precisa autorizar o estado de sítio.

LETRA D. INCORRETA. Apesar de ser obrigatória a manifestação do Conselho da República, esta tem caráter meramente opinativo, sendo de competência do Congresso Nacional autorizar a decretação do estado de sítio.

LETRA E. INCORRETA. Não compete ao Senado Federal autorizar a decretação do estado de sítio, cabe apenas ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 49, inciso IV da CRFB/88.

Gabarito: Letra C.

4. FCC/TRT 11ª Região/2024

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente

- a) ao Senado Federal aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- b) ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- c) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- e) à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Comentário Completo:



A questão versa sobre o **Poder Legislativo**, tendo abordado especialmente **as atribuições do Senado Federal**. O art. 52 da CRFB/88 é o dispositivo responsável por elencar as matérias que são de competência exclusiva do Senado Federal.

As matérias são disciplinadas por meio de resolução, norma que não necessita de sanção do Presidente da República. Dentre elas, podemos encontrar a atribuição de aprovar, pela maioria absoluta e por voto secreto a exoneração do PGR, antes mesmo do término de seu mandato.

É importante esclarecer que tal competência ocorre de ofício, sem necessidade de manifestação de pessoa interessada. Vale à leitura da disposição constitucional:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

Diante de todo o exposto, o nosso gabarito é a LETRA A!

(...)

LETRA A. CORRETA. De cara, temos o nosso gabarito! De fato, compete ao Senado Federal, aprovar **por maioria absoluta e por voto secreto**, a exoneração, de ofício, do PGR antes do término de seu mandato, nos termos do art. 52, inciso XI da CRFB/88.

LETRA B. INCORRETA. Está equivocada a alternativa, pois a competência é do Senado Federal, de acordo com o inciso IV do art. 52, vejamos: "aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente".

LETRA C. INCORRETA. A competência é privativa da Câmara dos Deputados, conforme art. 51, inciso I da CRFB/88: "autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado".

LETRA D. INCORRETA. Na verdade, estamos diante de uma atribuição do Senado Federal, nos termos do art. 52, X da CRFB/88: "X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal".

LETRA E. INCORRETA. A alternativa está errada, porque compete privativamente ao Senado Federal – Art. 52, XV da CRFB/88: "avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios".

Gabarito: Letra A.

5. FCC/TRT 12ª Região/2023

De acordo com a Constituição Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União

a) integram o Tribunal de Contas da União, no total de 9 Ministros, sendo todos escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo 2 alternadamente dentre



auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, segundo critérios de antiguidade e merecimento.

b) serão nomeados dentre brasileiros natos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, com idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, com mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os citados conhecimentos.

c) serão escolhidos: 1/3 pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo 2 alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Federal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e 2/3 pelo Senado Federal.

d) terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e integram, no total de 9 Ministros, o Tribunal de Contas da União, que tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território nacional.

e) serão nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade que cumprirem os requisitos necessários e terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, observadas as normas previstas na Constituição Federal com relação à aposentadoria e pensão.

Comentário Completo:

A questão trata do **Tribunal de Contas da União** e dos **requisitos para se tornar Ministro**. O TCU é composto por 09 Ministros, cargo que para o indivíduo preencher deve cumprir uma série de requisitos dispostos no §1º do art. 73 da CRFB/88, confira:

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, **integrado por nove Ministros**, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão **nomeados dentre brasileiros** que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - **mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;**

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Importante saber que, desde a EC nº 20/98, os Ministros do TCU passaram a gozar das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, vejamos a previsão constitucional:

Art. 73, §3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as **mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros**



do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

Após breve explanação, podemos identificar que o nosso gabarito é a LETRA E!

(...)

LETRA A. INCORRETA. Na verdade, 1/3 dos Ministros do Tribunal de Contas da União são escolhidos pelo Presidente da República, enquanto 2/3 são escolhidos pelo Congresso Nacional, de acordo com o art. 73, § 2º da CRFB/88.

LETRA B. INCORRETA. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros (não precisam ser natos) com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade (não 65 anos), conforme o art. 73, §1º inciso I da CRFB/88.

LETRA C. INCORRETA. Na verdade, 1/3 dos Ministros do TCU são escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal (não do Congresso Nacional), enquanto 2/3 são escolhidos pelo Congresso Nacional (não pelo Senado Federal) (art. 73, § 2º da CRFB/88).

LETRA D. INCORRETA. A alternativa está errada, porque os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do STJ (não STF), como prevê o § 3º do art. 73 da CRFB/88.

LETRA E. CORRETA. É a exata previsão do art. 73, §1º, I e §3º da CRFB/88, vejamos:

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, **integrado por nove Ministros**, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - **mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;**

§3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as **mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça**, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

Gabarito: Letra E.

6. (FGV/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2023) Com o objetivo de desonerar certo setor econômico, João, Deputado Federal, apresentou projeto de lei reduzindo a alíquota concernente a um imposto de competência da União, o que acarretaria a correlata redução da carga tributária.

Ao analisar a constitucionalidade formal da referida proposição, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados concluiu corretamente que

a) a matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República, por versar sobre tributos.



b) trata-se de matéria de iniciativa privativa dos membros do Congresso Nacional, logo, João poderia apresentar o projeto.

c) João tem legitimidade para apresentar o projeto, mas deve instruí-lo com estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

d) a matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República, considerando que, ao acarretar a redução da receita, impacta no orçamento.

e) a espécie legislativa escolhida por João está errada, considerando que a matéria deveria ser disciplinada em lei complementar.

Comentário Completo:

A questão versa sobre as **Atribuições do Congresso Nacional**. Elas estão disciplinadas nos art. 48 e 49 da CRFB/88. Dentre elas, podemos encontrar a competência para dispor sobre matéria relativa ao sistema tributário, vejamos:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - **sistema tributário**, arrecadação e distribuição de rendas;

O detalhe é que o art. 113 do ADCT determina que proposição legislativa que **crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita** deverá ser **acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro**.

Assim, após breve explanação, podemos observar que o nosso gabarito é a LETRA C!

(...)

LETRA A. INCORRETA. A alternativa está errada, porque se trata de atribuição do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, I da CRFB/88.

LETRA B. INCORRETA. Não se trata de matéria privativa dos membros do Congresso Nacional. Cabe ao CN criar as leis de competência da União com a sanção do Presidente, conforme o art. 48, caput da CRFB/88.

LETRA C. CORRETA. É o nosso gabarito! De fato, João tem legitimidade para apresentar o projeto, mas deve instruí-lo com estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, de acordo com o art. 48, I da CRFB/88 e art. 113 do ADCT.

LETRA D. INCORRETA. A alternativa está errada, porque de acordo com o entendimento firmado pelo STF, o Chefe do Executivo não tem iniciativa exclusiva para tratar de matéria tributária, vejamos:



Tributário. Processo legislativo. Iniciativa de lei. 2. Reserva de iniciativa em matéria tributária. Inexistência. 3. Lei municipal que revoga tributo. Iniciativa parlamentar. Constitucionalidade. 4. Iniciativa geral. Inexiste, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária. 5. Repercussão geral reconhecida. 6. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência. (STF. ARE 743480 RG, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/10/2013)

LETRA E. INCORRETA. A alternativa está errada, uma vez que a matéria tratada no projeto de lei não é reservada à Lei Complementar.

Gabarito: Letra C.

7. (FGV/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2023) O Congresso Nacional editou a Resolução nº X, por meio da qual realizou uma delegação legislativa ao Presidente da República, autorizando-o a disciplinar os aspectos afetos à consolidação das leis. Com base na referida Resolução, foi editada a Lei Delegada nº Y. Apesar de o Chefe do Poder Executivo ter observado os estritos termos da delegação, o Congresso Nacional considerou que a disciplina estabelecida não era a mais adequada, destoando de outros padrões predominantes em diversos Estados de Direito. Por tal razão, editou o Decreto Legislativo nº W, sustando os efeitos da Lei Delegada nº Y.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação a cada um dos aspectos da narrativa, analisados isoladamente, que

- a) não apresenta nenhuma irregularidade.
- b) apresenta irregularidade apenas em relação ao objeto da Resolução nº X.
- c) apresenta irregularidade apenas em relação à sustação dos efeitos da Lei Delegada nº Y.
- d) apresenta irregularidade apenas em relação ao não referendo da Lei Delegada nº Y pelo Congresso Nacional.
- e) apresenta irregularidades apenas em relação ao objeto da Resolução nº X e à sustação dos efeitos da Lei Delegada nº Y.

Comentário Completo:

Vamos testar os conhecimentos sobre o **Poder Legislativo e Processo Legislativo**. E, para resposta a essa questão, penso que vale analisarmos o enunciado por partes:

Parte 1: O Congresso Nacional editou a Resolução nº. X, por meio da qual realizou uma delegação legislativa ao Presidente da República, autorizando-o a disciplinar os aspectos afetos à consolidação das leis. Com base na referida Resolução, foi editada a Lei Delegada nº Y.



O art. 59 da CRFB/88, em seu parágrafo único, disciplina que a elaboração, redação, alteração e **consolidação de leis** deve ser realizada **por lei complementar**. Ocorre que, as matérias reservadas à lei complementar não serão objeto de delegação:

Art. 68 da CRFB/88: As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º **Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional**, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a **matéria reservada à lei complementar**, nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Portanto, há irregularidade em relação ao objeto da Resolução nº X!

Parte 2: Apesar de o Chefe do Poder Executivo ter observado os estritos termos da delegação, o Congresso Nacional considerou que a disciplina estabelecida não era a mais adequada, destoando de outros padrões predominantes em diversos Estados de Direito. Por tal razão, editou o Decreto Legislativo nº W, sustando os efeitos da Lei Delegada nº Y.

O art. 49, elenca as matérias que serão trabalhadas por decretos legislativos (norma prevista no art. 59, VI da CRFB/88), que não depende de sanção do Chefe do Poder Executivo Federal. Assim, são matérias da competência exclusiva do Congresso Nacional. Dentre elas, podemos encontrar a competência de sustar os atos normativos do Poder Executivo, vejamos:

Art. 49. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:

V - **sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.**

Perceba que a lei delegada só pode ter seus efeitos sustados no que extrapolar seus limites. Logo, também existe irregularidade com relação à sustação dos efeitos da Lei Delegada nº Y.

Diante do exposto, podemos afirmar que o nosso gabarito é a LETRA E!

(...)

LETRA A. INCORRETA. Nenhuma irregularidade? A alternativa está errada, pois apresenta irregularidades em relação ao objeto da Resolução X e à sustação dos efeitos da Lei Delegada Y.

LETRA B. INCORRETA. Também apresenta irregularidade quanto à sustação dos efeitos da Lei Delegada nº. Y.



LETRA C. INCORRETA. A alternativa está errada, porque também apresenta irregularidade em relação ao objeto da Resolução nº X.

LETRA D. INCORRETA. Existem 2 tipos de delegação no processo de aprovação das leis delegadas:

a) **Delegação típica:** o Congresso Nacional limita-se a atribuir ao Presidente a competência para editar lei sobre determinada matéria. O Presidente irá, então, elaborar, promulgar e publicar a lei delegada, sem qualquer intervenção do Congresso nesse procedimento. Costuma ser a regra!

b) **Delegação atípica:** a resolução do Congresso Nacional prevê que o projeto de lei delegada elaborado pelo Presidente deverá ser apreciado pelo Poder Legislativo antes de ser convertido em lei.

LETRA E. CORRETA. É o nosso gabarito! O art. 59, parágrafo único da CRFB/88 disciplina que a elaboração, redação, alteração e **consolidação de leis** deve ser realizada **por lei complementar**. Nos termos do art. 68, §1º da CRFB/88, as **matérias reservadas à lei complementar, não serão objeto de delegação**. Portanto, apresenta irregularidade em relação ao objeto da Resolução nº X. No mais, segundo o art. 49, V da CRFB/88, a lei delegada só pode ter seus efeitos suspensos no que extrapolar seus limites. Logo, demonstra irregularidade com relação à suspensão dos efeitos da Lei Delegada nº Y.

Gabarito: Letra E.

8. (FGV/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2023) O Presidente da República encaminhou, ao Poder Legislativo, proposição fixando os seus subsídios, os do Vice-Presidente da República e os dos Ministros de Estado para o exercício financeiro seguinte. Após regular discussão, foi aprovado substitutivo no âmbito da Casa Legislativa iniciadora, chancelado pela Casa revisora, que aumentou os valores inicialmente propostos, considerados módicos pelos parlamentares. O Presidente da República, ao receber a proposição, a vetou, sendo o veto rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Por fim, o Presidente da República promulgou a Lei nº X, que veio a ser publicada.

À luz da sistemática constitucional afeta à fixação dos subsídios do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros, é correto afirmar, em relação às fases descritas na narrativa, que

- a) todas estão certas.
- b) todas apresentam incorreções.
- c) apenas apresenta incorreção em relação à promulgação.
- d) apenas apresenta incorreção em relação à rejeição do veto.
- e) apenas apresenta incorreção em relação ao substitutivo apresentado.

Comentário Completo:



As atribuições do Congresso Nacional estão disciplinadas pelos arts. 48 e 49 da CRFB/88. Inclusive, a fixação dos subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, bem como dos Ministros dos Estados é de sua competência. Vale a leitura:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Dessa maneira, é de competência exclusiva do Congresso Nacional fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, bem como dos Ministros de Estado.

Tal atribuição se trata de competência política do Congresso Nacional, que é exercida de forma exclusiva, através de decreto legislativo, isto é, não há qualquer tipo de interferência do Poder Executivo no exercício da referida atribuição, de modo que a iniciativa é dos próprios parlamentares, não havendo necessidade de sanção presidencial.

Logo, podemos observar que todas as fases descritas no enunciado apresentam incorreções. O nosso gabarito é a LETRA B!

Abaixo disponibilizo comentários específicos para cada alternativa.

(...)

LETRA A. INCORRETA. A alternativa está errada, porque todas as situações descritas no enunciado apresentam irregularidades.

LETRA B. CORRETA. Conforme o art. 49, VIII da CRFB/88, é da competência exclusiva do Congresso Nacional fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado. Portanto, não há qualquer tipo de interferência do Poder Executivo no exercício da referida atribuição. Logo, todas as fases indicadas apresentam incorreções.

LETRA C. INCORRETA. Não está incorreta apenas em relação à promulgação.

LETRA D. INCORRETA. A rejeição do veto não é a única incorreção.

LETRA E. INCORRETA. O substitutivo apresentado não é a única incorreção.

Gabarito: Letra B.

9. (VUNESP/PREF. SP/2023) De acordo com o disposto na Constituição Federal, a competência para convocar plebiscito é.

A) do Congresso Nacional, e não se exige a sanção do Presidente da República.

B) do Congresso Nacional, e depende da sanção do Presidente da República.



- C) do Senado Federal, e não se exige a sanção do Presidente da República.
- D) da Câmara dos Deputados, e depende da sanção do Presidente da República.
- E) do Presidente da República, dependendo da concordância do Tribunal Superior Eleitoral.

Comentário Completo:

Questão interessante que versa sobre as **Atribuições do Congresso Nacional**. Conforme disposto no art. 49, XV da CRFB/88, é de competência exclusiva do Congresso Nacional convocar plebiscito, confira a íntegra do referido dispositivo:

Art. 49. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:

XV - autorizar referendo e **convocar plebiscito**.

No referido caso, não se exige a sanção do Presidente da República, nos termos do art. 48, caput da CRFB/88, olha só:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a **sanção** do Presidente da República, **não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52**, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Portanto, o gabarito é a LETRA A!

Letra A. CORRETA. Conforme disposto no art. 49, XV da CRFB/88, é de competência exclusiva do Congresso Nacional convocar plebiscito. O art. 48 estabelece que a medida independe de sanção do Presidente da República.

Letra B. INCORRETA. O erro está em afirmar que depende da sanção do Presidente da República. Cuidado, pegadinha da banca examinadora.

Letra C. INCORRETA. Senado Federal? Negativo. É do Congresso Nacional.

Letra D. INCORRETA. Não é competência apenas da Câmara dos Deputados.

Letra E. INCORRETA. A competência é do Congresso Nacional e não do Presidente da República.

Gabarito: Letra A.

10. VUNESP/TCM SP/2023

Considere que Pedro é brasileiro, tem 30 (trinta) anos de idade, possui idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos contábeis e 5 (cinco) anos de efetiva atividade profissional que exige os conhecimentos de contabilidade mencionados. Pedro deseja ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Pedro



- a) poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, bem como terá as mesmas garantias dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) somente poderia ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União se ele tivesse mais de 50 (cinquenta) anos de idade.
- c) não poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, pois não possui a idade mínima exigida, bem como não comprovou deter 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional que exija seus conhecimentos de contabilidade.
- d) somente poderia ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União se ele tivesse mais de 15 (quinze) anos de exercício efetivo de função pública.
- e) poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, bem como terá as mesmas prerrogativas e impedimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Comentário Completo:

Pessoal, a questão trata do **Tribunal de Contas da União** e dos requisitos para exercer o cargo de Ministro na Corte de Contas.

Inicialmente, cabe destacar que o TCU é um órgão que auxilia o Legislativo Federal no controle externo. Mesmo atuando em conjunto com esse Poder, não há uma relação hierárquica entre eles. Em outras palavras, não existe subordinação. O Tribunal de contas detém autonomia funcional, administrativa e financeira. Vejamos:

As cortes de contas seguem o exemplo dos tribunais judiciários no que concerne às garantias de independência, sendo também detentoras de autonomia funcional, administrativa e financeira, da quais decorre, essencialmente, a iniciativa reservada para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e funcionamento, conforme interpretação sistemática dos arts. 73, 75 e 96, II, d, da Constituição Federal. (ADI 4.418, rel. min. Dias Toffoli, j. 15-12-2016, P, DJE de 3-3-2017)

O **TCU** é composto por **09 Ministros**, cargo que para o indivíduo preencher deve cumprir uma série de requisitos dispostos no §1º do art. 73 da CRFB/88, a saber:

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - **mais de trinta e cinco** e menos de setenta anos de idade;



II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, **contábeis**, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - **mais de dez anos** de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Importante destacar que, desde a EC nº. 20/98, os Ministros do TCU passaram a gozar das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

art. 73, § 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as **mesmas garantias**, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens **dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça**, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

Dessa maneira, podemos concluir que a alternativa correta é Letra C.

No entanto, vamos analisar cada afirmativa a seguir.

(...)

Letra A. INCORRETA. A alternativa está errada, porque Pedro não preenche todos os requisitos. Ele não possui a idade mínima, ou seja, não tem mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade. Ao mesmo tempo, não tem mais de 19 (dez) anos de exercício de efetiva atividade profissional que exija seus conhecimentos contábeis. Olha só a previsão do art. 73 da CRFB/88:

Art. 73. § 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - **mais de trinta e cinco** e menos de setenta anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - **mais de dez anos** de exercício de função ou **de efetiva atividade profissional** que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Ainda, a Constituição determina que os Ministros do TCU possuem as mesmas garantias dos Ministros do STJ, conforme §3º do art. 73.

Letra B. INCORRETA. Alternativa está totalmente equivocada, já que a idade mínima para investidura no cargo é de mais de 35 (trinta e cinco) anos (inciso I do §1º do art. 73 da CRFB/88).



Letra C. CORRETA. Está totalmente de acordo com o dispositivo constitucional. De fato, Pedro não poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do TCU, uma vez que não possui a idade mínima exigida, bem como não comprovou possuir 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional que exija seus conhecimentos de contabilidade. Portanto, é o nosso gabarito para a questão!

Letra D. INCORRETA. Cuidado, pois é necessária a comprovação do exercício de 10 (dez) anos de atividade profissional que exija seus conhecimentos de contabilidade e não o desempenho de 15 (quinze) anos da referida atividade. Trata-se de previsão do inciso IV do §1º do art. 73 da CRFB/88.

Letra E. INCORRETA. Pedro não poderá ser nomeado para o exercício do cargo de Ministro do TCU, porque não preenche todos os requisitos exigidos no §1º do art. 73 da CRFB/88

Gabarito: Letra C.

11.(FUNDATEC / Câmara de Triunfo – 2018) De acordo com o Art. 44 da Constituição Federal de 1988, o Poder Legislativo no Brasil é exercido pelo(a):

- a) Tribunal de Contas da União.
- b) Procuradoria-Geral da República.
- c) Congresso Nacional.
- d) Conselho da República.
- e) Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

De acordo com o art. 44 da Carta Magna, o Poder Legislativo é exercido pelo **Congresso Nacional**, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O gabarito é a letra C.

12.(FUNDATEC / PC-RS – 2018) Assinale a alternativa que corresponde à competência exclusiva do Congresso Nacional.

- a) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) Dispor sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- c) Concessão de anistia.
- d) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição; b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território; d) Presidente e diretores do Banco Central; e) Procurador-Geral da República; f) titulares de outros cargos que a lei determinar.
- e) Incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.

Comentários:



As **competências exclusivas** do Congresso Nacional estão previstas no art. 49 da Constituição. São efetivadas por meio de **decreto legislativo** e **independem da sanção do Presidente da República**.

Letra A: correta. Trata-se de competência exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, IV, da Constituição.

Letra B: errada. **Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República**, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado (art. 48, II, CF).

Letra C: errada. A concessão de anistia é matéria de competência do Congresso Nacional prevista no art. 48 da Carta Magna, que depende de sanção do Presidente da República.

Letra D: errada. Trata-se de competência privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, da Carta Magna.

Letra E: errada. A incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas é matéria de competência do Congresso Nacional que depende da **edição de lei, com sanção do Presidente da República** (art. 48, VI, CF).

O gabarito é a letra A.

13.(FEPESE / CELESC–Advogado – 2018) É correto afirmar sobre a organização dos poderes:

- a) Os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos antes da diplomação.
- b) A partir da posse, os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Recebida a denúncia contra membros do Congresso Nacional, os autos serão suspensos enquanto durar o mandato.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- e) A sustação do processo penal contra parlamentar, enquanto durar o mandato, deverá ser analisada pela respectiva Casa dentro de vinte e quatro horas.

Comentários:

Letra A: errada. **Desde a expedição do diploma**, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, **salvo em flagrante de crime inafiançável**. (art. 53, § 2º, CF)

Letra B: errada. Os Deputados e Senadores submetem-se a julgamento perante o STF **desde a expedição do diploma**. Ressalte-se que a **diplomação é ato anterior à posse**, por meio do qual a Justiça Eleitoral atesta que o candidato foi eleito.

Letra C: errada. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, **por crime ocorrido após a diplomação**, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, **poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação**. (art. 53, § 3º, CF)

Letra D: correta. Trata-se da **imunidade material** dos congressistas, prevista no *caput* do art. 53 da CF/88.



Letra E: errada. O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de *quarenta e cinco dias* do seu recebimento pela Mesa Diretora. (art. 53, § 4º, CF).

O gabarito é a letra D.

14.(FUNCAB / PC-PA – 2016) Charles de Montesquieu (1689 - 1755), político, filósofo, escritor francês, é autor da célebre obra "O Espírito das Leis". Neste livro, o referido pensador teoriza sobre a separação dos poderes. No que respeita ao Poder Legislativo, segundo a Constituição, é correto afirmar:

a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

b) O numero total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de cinco ou mais de sessenta Deputados.

c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

d) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.

e) Cabe ao Congresso Nacional . independentemente da sanção do Presidente da República, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o art. 46, "caput", da Constituição.

Letra B: errada. O número mínimo de Deputados Federais é de oito, e o máximo é de setenta (art. 45, § 1º, CF).

Letra C: errada. Os Deputados Federais são eleitos pelo sistema proporcional (art. 45, "caput", CF).

Letra D: errada. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores (art. 46, § 1º, CF).

Letra E: errada. Essas matérias são disciplinadas por lei formal, com a sanção do Presidente da República (art. 48, II, CF).

O gabarito é a letra A.

15.(FUNCAB / PC-PA – 2016) Sobre a competência do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.



c) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.

d) Compete exclusivamente ao Congresso nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

e) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

Comentários:

Letra A: errada. Trata-se de competência privativa do Senado Federal (art. 52, IV, CF).

Letra B: errada. O julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República, bem como dos relatórios sobre a execução dos planos de governo é de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, IX, CF).

Letra C: errada. Essa é uma competência privativa do Senado Federal (art. 52, VII, CF).

Letra D: errada. Trata-se de competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51, I, CF).

Letra E: correta. É o que determina o art. 52, III, "b", da Constituição.

O gabarito é a letra E.

16.(FUNCAB / CRF-RO – 2015) Conforme a Constituição Federal vigente as comissões parlamentares de inquérito:

a) podem ser constituídas para investigação de quaisquer fatos ocorridos em território brasileiro, sendo derivadas da atribuição investigatória do Congresso Nacional no plano financeiro-orçamentário.

b) têm autonomia para investigar fatos diversos daquele que motivou sua instauração, havendo liberdade ampliada decorrente da independência dos poderes.

c) têm que se constituir por termo certo, não podendo ser permanentes mas podendo gozar de prorrogações de seu prazo inicial até o limite máximo de duas legislaturas.

d) submetem-se, além dos pressupostos materiais, ao requisito formal de que o pedido de sua instalação seja formulado por um terço dos membros do órgão instituidor.

e) titularizam a investigação político-administrativa e seus poderes incluem a averiguação dos fatos, o processo e o julgamento de indiciados, bem como a oitiva de testemunhas.

Comentários:

Letra A: errada. As CPI's podem investigar quaisquer fatos ocorridos no território brasileiro. No entanto, suas atribuições *não estão relacionadas ao plano financeiro-orçamentário* do Congresso Nacional.

Letra B: errada. O ato que instaura CPI deve delimitar precisamente os fatos que serão objeto da investigação parlamentar.

Letra C: errada. As CPI's são constituídas para funcionar por prazo certo, ou seja, são temporárias. O STF reconhece a possibilidade de *prorrogações sucessivas do prazo de duração*



das CPI's dentro da mesma legislatura. No entanto, o final da legislatura sempre representará um *termo final* para as CPI's.

Letra D: correta. A instauração de CPI depende do *requerimento de 1/3 dos membros da Casa Legislativa* (Câmara dos Deputados ou Senado Federal).

Letra E: errada. As CPI's não têm competência para processar e julgar indiciados. Elas apenas realizam o inquérito legislativo.

O gabarito é a letra D.

17.(FUNCAB / PC-PA – 2016) Com relação aos Deputados Federais e Senadores, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

b) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares em tempo de guerra, não dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.

d) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

e) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de um terço dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Comentários:

Letra A: errada. É o contrário disso. A Carta Magna confere aos congressistas a garantia de que eles *não* serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações (art. 53, § 6º, CF).

Letra B: errada. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e *ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença* da Casa respectiva (art. 53, § 7º, CF).

Letra C: errada. Uma das hipóteses de perda de mandato do congressista é o não comparecimento, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada (art. 55, III, CF).

Letra D: correta. Vejamos o que dispõe o art. 56, da CF/88:

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;



II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

Letra E: errada. Para a suspensão da imunidade dos congressistas durante o estado de sítio, é necessário o voto de *dois terços* dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida (art. 53, § 8º, CF).

O gabarito é a letra D.

18.(FUNCAB / ANS – 2015) No que tange às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar.

a) Um dos pressupostos materiais das Comissões Parlamentares de Inquérito é o prazo certo, o qual demonstra o intervalo de tempo necessário para a conclusão das apurações dos fatos. Nesta linha, o entendimento da Suprema Corte é no sentido de não admitir prorrogações sucessivas na mesma legislatura.

b) A constituição das comissões Parlamentares de Inquérito será mediante requerimento de dois terços dos membros da Casa Legislativa.

c) A atividade das Comissões Parlamentares de Inquérito é submetida a dois pressupostos materiais: prazo certo e fato indeterminado.

d) As comissões Parlamentares de Inquérito não possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

e) As Comissões Parlamentares de Inquérito são limitadas pela competência, conteúdo e matéria da investigação político-administrativa. Assim, suas atribuições são restringidas à indagação probatória, não lhe competindo o processo e julgamento de indiciados e testemunhas.

Comentários:

Letra A: errada. O STF *admite* que a duração das CPI's seja objeto de *prorrogações sucessivas* dentro da mesma legislatura.

Letra B: errada. A constituição das CPI's depende do requerimento de *1/3 dos membros* da Casa Legislativa.

Letra C: errada. A instauração de CPI depende da *indicação de fato determinado* que será objeto da investigação parlamentar.

Letra D: errada. As CPI's possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Letra E: correta. A competência das CPI's é limitada: elas *não tem competência para processar e julgar indiciados*. Ademais, o conteúdo e a matéria da investigação político-administrativa são limitados, uma vez que o ato que instaura a CPI deve delimitar os fatos que serão objeto da investigação.

O gabarito é a letra E.

19.(FUNCAB / SEDS-TO – 2014) Sobre Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

a) Na estrutura do Poder Legislativo brasileiro, deputados e senadores são eleitos pelo voto direto, por sistema proporcional.



- b) Segundo a Constituição, aos membros do Poder Legislativo Municipal não são asseguradas imunidades formais e nem materiais.
- c) Segundo o STF, Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar prisão preventiva.
- d) Segundo o STF, as imunidades parlamentares podem ser objeto de renúncia.

Comentários:

A letra A está incorreta. De fato, os deputados são eleitos pelo sistema proporcional. Os senadores, entretanto, são eleitos pelo sistema majoritário.

A letra B está incorreta. Os vereadores possuem *imunidade material*. O inciso VIII do art. 29 da CF/88 garante a eles inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

A letra C está correta. De fato, as CPIs não podem determinar prisão preventiva.

A letra D está incorreta. As imunidades parlamentares são irrenunciáveis.

O gabarito é a letra C.

20.(FUNCAB / SEFAZ-BA – 2014) NÃO é competência privativa do Senado Federal:

- a) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade;
- b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República;
- c) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;
- d) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

Comentários:

As letras A, C e D reproduzem competências do Senado Federal, conforme previsão do art. 52 da Constituição Federal:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

A letra B reproduz uma *competência da Câmara dos Deputados*, prevista no art. 51, I, da CF/88.

O gabarito é a letra B.



21. (FUNCAB / ANS – 2013) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar.

- a) Somente poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, separadamente.
- b) A Comissão Parlamentar de Inquérito somente será instaurada para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- c) Para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, em uma das casas do parlamento, exige-se o requerimento de dois quintos de seus membros.
- d) As conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito deverão ser encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- e) As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais.

Comentários:

Letra A: errada. As CPI's podem ser criadas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, *em conjunto ou separadamente*.

Letra B: correta. É isso mesmo! As CPI's são instauradas para a *apuração de fato determinado* e por *prazo certo*.

Letra C: errada. A abertura de CPI depende de *requerimento de 1/3 dos membros* da Casa Legislativa (Câmara dos Deputados ou Senado Federal).

Letra D: errada. As conclusões da CPI deverão ser *encaminhadas ao Ministério Público* para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Letra E: errada. As CPI's terão poderes de investigação próprios das *autoridades judiciais*.

22. (FUNCAB / PC-RJ – 2012) O art. 58, § 3º, da Constituição Federal de 1988 consagrou, no Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito. No que se refere ao poder investigatório da Comissão, é correto afirmar:

- a) Pode ouvir testemunhas, inclusive com a possibilidade de condução coercitiva.
- b) Não pode quebrar o sigilo bancário, fiscal e de dados de pessoa que esteja sendo investigada.
- c) Pode determinar quaisquer buscas e apreensões imprescindíveis à elucidação do objeto da investigação, desde que fundamente sua decisão.
- d) Pode determinar a aplicação de medidas cautelares, tais como indisponibilidade de bens, arrestos e sequestros, na hipótese de fundado receio de remessa para o exterior dos bens, públicos ou privados, adquiridos pela organização criminosa investigada.
- e) No interesse da investigação, possuem competência para decretar todas as espécies de prisões cautelares, desde que haja prejuízo para a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.

Comentários:

Letra A: correta. A CPI *pode convocar* particulares e autoridades públicas para depor, seja na condição de testemunha ou indiciado. É possível a condução coercitiva de testemunha.

Letra B: errada. A CPI pode determinar a quebra do *sigilo bancário, fiscal e telefônico*.



Letra C: errada. A CPI *não pode determinar a busca e apreensão*. Somente o Poder Judiciário poderá fazê-lo.

Letra D: errada. A CPI *não pode* determinar a aplicação de medidas cautelares.

Letra E: errada. A CPI só pode decretar prisão em flagrante delito.

O gabarito é a letra A.

23.(FUNCAB / PC-RJ – 2012) Acerca das Reuniões ou Sessões do Poder Legislativo, qual das hipóteses abaixo NÃO possui previsão constitucional?

- a) Sessão Extraordinária.
- b) Sessão Ordinária.
- c) Sessão Conjunta.
- d) Sessão Preparatória.
- e) Sessão Interventiva.

Comentários:

Dentre as reuniões enumeradas acima, *não existe "sessão interventiva"*. No caso de decretação de intervenção federal, o Congresso Nacional será convocado para sessão extraordinária. O gabarito é a letra E.

24.(FUNCAB / PC-RO – 2012) A respeito das comissões parlamentares de inquérito, a Constituição Federal dispõe que:

- a) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- b) visam a apurar fato determinado e são instituídas para vigorar por prazo indeterminado, a critério de seu presidente.
- c) dependem de iniciativa popular para sua criação, ou requerimento da maioria simples dos parlamentares.
- d) não podem quebrar o sigilo fiscal do investigado sem prévia autorização judicial.
- e) sua instalação depende do requerimento de dois terços dos parlamentares membros da respectiva casa, ou das duas, em caso de CPI mista.

Comentários:

Letra A: correta. De fato, as CPI's terão *poderes de investigação próprios das autoridades judiciais*.

Letra B: errada. As CPI's devem ser *instauradas por prazo certo* (e não por prazo indeterminado!).

Letra C: errada. A abertura de CPI não é feita por iniciativa popular. Ao contrário, depende de *requerimento de 1/3 dos membros* da Casa legislativa (Câmara dos Deputados ou Senado Federal).

Letra D: errada. As CPI's podem determinar a quebra do sigilo fiscal e bancário.

Letra E: errada. Segundo o STF, a instauração de CPI's é um direito das minorias e, portanto, depende de *requerimento de apenas 1/3 dos membros* da Casa Legislativa.



O gabarito é a letra A.

25.(FUNCAB / PC-ES – 2013) Acerca do Poder Legislativo e de seus membros, é INCORRETO afirmar:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Compete ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador -Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- c) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- d) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- e) Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Comentários:

Letra A: correta. Trata-se de competência privativa da Câmara dos Deputados, prevista no art. 51, IV, CF/88.

Letra B: correta. O Senado Federal tem competência para processar e julgar todas essas autoridades *nos crimes de responsabilidade* (art. 52, II).

Letra C: errada. Os membros do Congresso Nacional, *desde a expedição do diploma*, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

Letra D: correta. É o que dispõe o art. 54, II, alínea "a". Os Deputados e Senadores não poderão, *desde a posse*, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada

Letra E: correta. É o que está previsto no art. 54, I, "a". Os parlamentares, *desde a expedição do diploma*, não podem manter contrato com entidades da Administração Pública, a não ser que o contrato obedeça a cláusulas uniformes.

O gabarito é a letra C.

26.(FUNCAB / ANS – 2013) Aponte a afirmativa correta, sobre a organização do Poder Legislativo, prevista na Constituição Federal.

- a) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa compete, privativamente, à Câmara dos Deputados.



b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado é da competência exclusiva do Congresso Nacional.

c) Os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

d) Os deputados e senadores não poderão, desde a posse, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

e) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Comentários:

Letra A: errada. O *Congresso Nacional é que detém a competência exclusiva* para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V).

Letra B: errada. A *Câmara dos Deputados* é que possui competência privativa para autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado (art. 51, I). Trata-se de *juízo de admissibilidade política* realizado pela Câmara dos Deputados.

Letra C: errada. Trata-se de vedação imposta aos deputados e senadores *desde a posse* (art. 54, II, "a").

Letra D: errada. Trata-se de vedação imposta aos deputados e senadores *desde a expedição do diploma* (art. 54, I, "a").

Letra E: correta. O Senado Federal tem competência privativa para processar e julgar todas essas autoridades nos *crimes de responsabilidade*.

O gabarito é a letra E.

27.(FUNCAB / PC-RJ – 2012) Acerca da organização do Poder Legislativo, é correto o que se afirma em:

a) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

b) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar, por dois terços dos seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

d) Compete privativamente ao Senado Federal apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.



e) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Comentários:

Letra A: correta. É exatamente o que dispõe o art. 53, § 6º, CF/88. Os Deputados e Senadores *não serão obrigados a testemunhar* sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Letra B: errada. A *Câmara dos Deputados* possui competência privativa para autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado (art. 51, I).

Letra C: errada. A competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa é do *Congresso Nacional* (art. 49, V).

Letra D: errada. Segundo o art. 49, XII, é da *competência exclusiva do Congresso Nacional* apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

Letra E: errada. As imunidades dos parlamentares subsistem mesmo durante o estado de sítio. Poderão, todavia, ser *suspensas mediante o voto de 2/3 (dois terços)* dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

O gabarito é a letra A.

28. (FUNCAB / SUDECO – 2013) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo e tem, dentre outras, a competência constitucional de apreciar:

- a) as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias de seu recebimento.
- b) as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta.
- c) as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta.
- d) a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres aos Estados.
- e) as sanções previstas em lei, aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.

Comentários:

Essa questão exigia que o candidato tivesse lido com atenção o enunciado e que percebesse que a banca queria saber o que deve ser *apreciado* pelo TCU.

Letra A: correta. Segundo o art. 71, I, compete ao TCU *apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República*, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta



dias a contar de seu recebimento. Atenção: o TCU não julga as contas do Presidente da República; ao contrário, apenas as aprecia.

Letra B: errada. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para *julgar as contas* dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta (art. 74, II).

Letra C: errada. O TCU tem competência para *fiscalizar* as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta (art. 74, V).

Letra D: errada. O TCU tem competência para *fiscalizar* a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres aos Estados (art. 74, VI).

Letra E: errada. Compete ao TCU *aplicar* as sanções previstas em lei, aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.

O gabarito é a letra A.

29.(FUNCAB / MPE-RO – 2012) Conforme previsto na Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.
- b) executar os programas de governo.
- c) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão.
- d) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- e) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias.

Comentários:

Compete ao TCU *apreciar*, para fins de registro, a *legalidade dos atos de admissão de pessoal*, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão. Todas as outras são competências do *controle interno* dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (art. 74). A resposta, portanto, é a letra D.

30.(FUNCAB / Pref. Porto Velho – 2009) No que concerne a organização de poderes do Estado assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Legislativo, exercido pelo Senado Federal, é composto por representantes do povo e dos Estados da Federação e do Distrito Federal.
- b) A instauração de processo contra o Presidente da República deve ser precedida de autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) As Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem ser criadas por prazo indeterminado.
- d) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) É vedada a instituição de sistema de controle interno nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, segundo o princípio da separação de poderes.

Comentários:



Letra A: errada. O Senado Federal é composto por *representantes do Estados e do Distrito Federal*. Os Deputados Federais é que são representantes do povo.

Letra B: correta. É isso mesmo. Segundo o art. 51, I, *compete privativamente à Câmara dos Deputados* autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

Letra C: errada. As CPI's serão instauradas por *prazo certo* (e não por prazo indeterminado!).

Letra D: errada. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) *não é órgão do Poder do Judiciário*.

Letra E: errada. O art. 74, CF/88 prevê o *estabelecimento de sistemas de controle interno* pelo Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

O gabarito é a letra B.

31.(FUNDATEC / Câmara de Imbé-Advogado – 2012) Segundo a Constituição Federal, entre outras, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I. Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a trinta dias.

II. Fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observadas as normas constitucionais pertinentes.

III. Fixar os subsídios do Presidente e do Vice- Presidente da República e dos Ministros de Estado, observadas as normas constitucionais pertinentes.

IV. Escolher os nove membros do Tribunal de Contas da União.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários:

A primeira assertiva está errada. Compete ao Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente a se ausentarem do País, quando a ausência *exceder 15 dias*. (art. 49, III).

A segunda assertiva está correta. Compete ao Congresso Nacional fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores . (art. 49, VII).

A terceira assertiva está correta. Compete ao Congresso Nacional fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado. (art. 49, inciso VIII).

A quarta assertiva está errada. O Congresso Nacional escolhe 2/3 dos membros do TCU (art.49, XIII). O outro 1/3 é escolhido pelo Presidente da República.

O gabarito é a letra B.



32.(FUNDATEC / Câmara de Imbé–Advogado – 2012) Segundo as disposições da Constituição Federal, entre outras, é da competência exclusiva do Senado Federal:

- I. Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- II. Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
- IV. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários:

Todas as assertivas estão corretas. Compete privativamente ao Senado:

- a) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (art. 52, V)
- b) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 52, VI)
- c) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal (art. 52, VII)
- d) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art.52, IX).

Portanto, o gabarito é a letra E.

33.(FUNDATEC / PGE-RS – 2011) No âmbito do Congresso Nacional, as Comissões Parlamentares de Inquérito:

- I. Serão criadas mediante requerimento de um terço dos membros de cada uma de suas Casas, em conjunto ou separadamente, que deverá ser aprovado pelo respectivo plenário.
- II. Sua composição deve contemplar, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
- III. A possibilidade de realizar quebra do sigilo telefônico não se inclui entre os “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” que lhes são atribuídos pela Constituição da República.



Destas afirmações, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, estão corretas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

Comentários:

A primeira assertiva está errada. A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) depende de requerimento de 1/3 dos membros de *qualquer uma* das Casas Legislativas. Ou seja, não é necessário que tenhamos requerimento de 1/3 dos membros de cada uma das Casas Legislativas.

A segunda assertiva está correta. Na composição das CPI's, deve haver *representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares* que participam da respectiva Casa Legislativa.

A terceira assertiva está errada. As CPI's podem determinar a *quebra de sigilo telefônico*.

O gabarito é a letra B.

34.(FUNIVERSA / SAPeJUS-GO – 2015) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa correta.

- a) Podem, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), determinar a realização de interceptações telefônicas.
- b) Não se encontram constitucionalmente autorizadas a convocar ministro de Estado, tendo em vista que se trata de atribuição exclusiva do Congresso Nacional como um todo ou de uma de suas Casas Legislativas.
- c) Poderão, segundo o teor literal da CF, ter por objeto fato indeterminado, desde que por prazo certo.
- d) Terão, segundo o teor literal da CF, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.
- e) Não estão autorizados a apreciar programas de obras regionais e setoriais de desenvolvimento, segundo o STF, em razão da separação dos Poderes.

Comentários:

Letra A: errada. As CPI's não podem determinar interceptação telefônica. Essa é uma matéria sujeita à reserva de jurisdição. As CPI's têm poder, todavia, para determinar a quebra do sigilo telefônico.

Letra B: errada. As CPI's têm competência para convocar Ministros de Estado.

Letra C: errada. As CPI's devem ter por objeto fato determinado. A investigação deve se dar por prazo certo.



Letra D: correta. A CF/88 prevê que as CPI's possuem poderes próprios das autoridades judiciais. Os regimentos internos das Casas Legislativas também preveem poderes das CPI's.

Letra E: errada. Segundo o art. 58, § 2º, VI, CF/88, as comissões têm competência para apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

O gabarito é a letra D.

35.(FUNIVERSA / SEPLAG-DF – 2009) As CPIs são formadas a partir de requerimento de parte dos integrantes da Casa Legislativa. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a falta de indicação de integrantes da CPI pelos líderes partidários não pode impedir o início do seu funcionamento, sob pena de afronta ao direito público subjetivo das minorias legislativas.

Comentários:

De fato, as CPIs são formadas a partir do requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa. Além disso, para o STF, a criação de CPIs é um direito das minorias. Por isso, **a maioria legislativa**, mediante inércia de seus líderes na indicação de membros para compor uma CPI, **não pode frustrar o exercício**, pelos grupos minoritários, do direito público subjetivo de ver instaurada investigação parlamentar em torno de fato determinado e por período certo. Questão correta.

36.(FUNIVERSA / PC-DF – 2009) A inviolabilidade profissional justifica a ausência de advogados para comparecerem como testemunhas ou indiciados perante as CPIs.

Comentários:

Não há tal proteção aos advogados. Estes podem, sim, comparecer como testemunhas ou indiciados perante as CPIs. Todavia, não são obrigados a depor sobre fatos a respeito dos quais devam guardar sigilo profissional. Gozam, ainda, do direito à não autoincriminação. Questão errada.

37.(FUNIVERSA / PC-DF – 2009) A imunidade formal dos parlamentares obsta, inclusive, sua prisão decorrente de sentença judicial transitada em julgado.

Comentários:

O STF entende que a imunidade formal dos parlamentares não impede que estes sejam presos devido a **sentença judicial transitada em julgado**. Questão errada.

Fiscalização Operacional	Contábil,	Orçamentária,	Patrimonial	e
---------------------------------	------------------	----------------------	--------------------	----------

38.(FUNDATEC / IGP-RS – 2017) Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.



- b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas da União.
- c) O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por 11 ministros e tem jurisdição em todo território nacional.
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos em um terço pelo Presidente da República e dois terços pelo Congresso Nacional.

Comentários:

Letra A: errada. O julgamento das contas do Presidente da República compete ao Congresso Nacional (art.49, IX, CF). Compete ao Tribunal de Contas da União *apreciar* as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento (art. 71, I, CF).

Letra B: errada. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo *Congresso Nacional*, mediante *controle externo*, e pelo *sistema de controle interno* de cada Poder (art. 70, "caput", CF).

Letra C: errada. O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por *nove* ministros e tem jurisdição em todo território nacional (art. 73, "caput", CF).

Letra D: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do *Superior Tribunal de Justiça* (art. 73, § 3º, CF).

Letra E: correta. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos (art. 73, § 2º, CF):
i) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; ii) dois terços pelo Congresso Nacional.

O gabarito é a letra E.



QUESTÕES COMENTADAS

Poder Legislativo

1. (IBFC / Pref. de Conde-PB – 2019) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das competências privativas da Câmara dos Deputados.

- a) Processar e julgar o Presidente e o Vice- Presidente da República nos crimes de responsabilidade
- b) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
- c) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente
- d) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios

Comentários:

Letra A: errada. Trata-se de competência do Senado Federal (art. 52, I, CF).

Letra B: correta. É o que dispõe o art. 51, II, da Carta Magna:

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - **Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;**

III - Elaborar seu regimento interno;

IV - Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

V - Eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Letra C: errada. Compete privativamente ao **Senado Federal** aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV, CF).



Letra D: errada. . Compete privativamente ao **Senado Federal** autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (art. 52, V, CF).

O gabarito é a letra B.

2. (IBFC / Pref. de Conde-PB – 2019) Sobre a perda do mandato dos Deputados e Senadores, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que não perderá o mandato.

- a) Caso seja investido no cargo de Governador de Território
- b) Caso perca ou tenha suspensos os direitos políticos
- c) Caso deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer
- d) Caso o procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar

Comentários:

O art. 56 da Carta Magna dispõe que não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - **Investido no cargo de** Ministro de Estado, **Governador de Território**, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - Licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

O gabarito é a letra A.

3. (IBFC / Prefeitura de Divinópolis – 2018) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal
- b) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas
- c) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão
- d) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta

Comentários:

Letras A, C, D e E: erradas. Essas alternativas reproduzem matérias de competência do Congresso Nacional, mas para as quais a Carta Magna não exige sanção do Presidente da República. Vejamos o que dispõe o art. 49 da CF/88:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...)



IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas; (...)

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; (...)

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão (...).

Letra B: correta. Trata-se de matéria de competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, nos termos do art. 48, I, da CF:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas (...).

O gabarito é a letra B.

4. (IBFC / TJ-PE – 2017) Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), analise os itens abaixo:

I) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas conjuntamente, pelas duas casas do Congresso Nacional.

II) Para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, é necessária a apresentação de requerimento de um quarto dos membros da respectiva Casa Legislativa e servirá para apurar fato determinado.

III) As Comissões Parlamentares de Inquérito não têm prazo determinado e, se for o caso, suas conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, com a determinação para que promova ação penal buscando responsabilizar criminalmente os infratores.

IV) As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, inclusive, determinar o cumprimento de medidas cautelares patrimoniais e pessoais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas III é correto.
- b) Apenas I é correto.
- c) Apenas I e IV são corretos.
- d) Apenas II e IV são incorretos.
- e) I, II, III e IV são incorretos.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. As CPIs são criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.



A **segunda assertiva** está errada. A instalação de CPI depende do requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Casa Legislativa. Trata-se um direito das minorias.

A **terceira assertiva** está errada. As CPIs investigam fato determinado e por prazo certo. Não se pode dizer, portanto, que as CPIs “*não têm prazo determinado*”.

A **quarta assertiva** está errada. As CPIs não podem aplicar medidas cautelares patrimoniais e pessoais.

O gabarito é a letra B.

5. (IBFC / CBM-BA – 2017) Assinale a alternativa correta sobre o Congresso Nacional nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

- a) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pela Câmara dos Deputados sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- b) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- d) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pela Câmara dos Deputados sendo que cada legislatura terá a duração de oito anos.
- e) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de seis anos.

Comentário:

De acordo com o art. 44 da CF, o Poder Legislativo é exercido pelo **Congresso Nacional**, que se compõe da **Câmara dos Deputados** e do **Senado Federal** e cada legislatura tem a duração de **quatro anos**. O gabarito é a letra C.

6. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) O Deputado Federal ou o Senador perderá o mandato se, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes
- b) O Senador perderá o mandato se, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum” em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público
- c) O Deputado Federal perderá o mandato se, desde a expedição do diploma, for proprietário ou controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público
- d) O Senador perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada



e) O Deputado Federal ou o Senador perderá o mandato se praticar atos de abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou percepção de vantagens indevidas, sendo tais atos considerados incompatíveis com o decoro parlamentar.

Comentários:

As hipóteses de perda do mandato de parlamentares estão previstas no art. 55, CF/88:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;
- VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

Note que o inciso I do art. 55 faz referência a algumas proibições constantes do art. 54 da Constituição. Quais são elas?

Segundo o art. 54, da Carta Magna, os Deputados e Senadores não poderão:

a) Desde a expedição do diploma:

- Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, **salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes**;
- Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

b) Desde a posse:

- Ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de **favor decorrente de contrato** com **pessoa jurídica de direito público**, ou **nela exercer função remunerada**;
- Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;
- Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades acima citadas;



- Ser titulares de **mais de um cargo ou mandato público eletivo**.

Veja que a única assertiva incorreta é a C. A vedação ao Deputado Federal de ser proprietário ou controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público se dá desde a **posse**, que ocorre em momento posterior à diplomação.

7. (IBFC / EBSEH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre o Congresso Nacional para assinalar a alternativa correta.

- a) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 24 de dezembro
- b) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 5 de fevereiro a 10 de julho e de 5 de agosto a 28 de dezembro
- c) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de dezembro
- d) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro
- e) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro

Comentários:

Questão muito decoreba! Cobra-se, aqui, o conhecimento do período de trabalho normal do Congresso Nacional, em que ocorre a **sessão legislativa ordinária**. Segundo o art. 57, *caput*, da CF/88, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de **2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro**. Destaca-se que cada sessão legislativa ordinária compreende **dois períodos legislativos** (02/02 a 17/07 e 01/08 a 22/12). Os intervalos entre esses períodos são chamados **recessos parlamentares**. O gabarito é a letra E.

8. (IESES / TJ-CE – 2017) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Segundo a CF/88 cada Estado e o Distrito Federal elegerão:

- a) 2 (dois) senadores.
- b) 4 (quatro) senadores.
- c) 3 (três) senadores.
- d) 5 (cinco) senadores.

Comentários:

Cada Estado e o Distrito Federal elegerão **três Senadores**, com mandato de oito anos (art. 46, § 1º, CF). O gabarito é a letra C.



9. (IESES / TJ-CE – 2017) No que se refere a seguridade social, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

() Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos e desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

() Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido até a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de seus membros, poderá, até a decisão final, arquivar o andamento da ação.

() As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de defesa, só podendo ser cassadas mediante o voto de maioria dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados no recinto do Congresso Nacional, que sejam compatíveis com a execução da medida.

() Os Deputados e Senadores não poderão desde a candidatura serem proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

() Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

a) V – F – F – F – V

b) V – F – V – F – F

c) F – V – V – F – V

d) V – F – F – V – V

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. É o que determina o art. 53 da Carta Magna, que trata das imunidades dos Deputados e Senadores.

A **segunda assertiva** está errada. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, **sustar o andamento da ação** (art. 53, § 3º, CF).

A **terceira assertiva** está errada. As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o **estado de sítio**, só podendo ser **suspensas** mediante o voto de **dois terços** dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados **fora do recinto** do Congresso Nacional, que sejam **incompatíveis** com a execução da medida (art. 53, § 8º, CF).

A quarta **assertiva** está errada. Os Deputados e Senadores não poderão desde a **posse** ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada (art. 54, II, “a”, CF).

A **quinta assertiva** está correta. Trata-se de **imunidade formal** conferida aos parlamentares no art. 53, § 2º, da Constituição.



O gabarito é a letra A.

10. (IESES / TJ-RO – 2017) A Câmara dos Deputados deu início ao processo que determinará se o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ou não investigar o presidente Michel Temer pelo crime de corrupção passiva, a partir da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A Constituição Federal determina que, para ser autorizada a abertura da investigação contra um presidente da República, são necessários:

- a) Três quintos dos membros da casa.
- b) Três quartos dos membros da casa.
- c) Dois terços dos membros da casa.
- d) Um terço dos membros da Casa.

Comentários:

São necessários **dois terços** dos membros da Câmara dos Deputados. O art. 51, I, da Constituição dispõe que compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado. O gabarito é a letra C.

11. (IBFC / MGS – 2015) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Constituição Federal sobre as competências da Câmara dos Deputados.

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados, aprovar previamente, por voto aberto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados, aprovar previamente, por voto aberto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.

Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 51, II, CF/88, compete privativamente à Câmara dos Deputados **proceder à tomada de contas do Presidente da República**, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Letra B: errada. É competência privativa do **Senado Federal** aprovar previamente, por **voto secreto**, após arguição pública, a escolha de Governador de Território (art. 52, III, alínea “c”).

Letra C: errada. É competência privativa da Câmara dos Deputados autorizar, por **2/3 dos seus membros**, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado (art. 51, I, CF/88).



Letra D: errada. É competência privativa do **Senado Federal** aprovar previamente, por **voto secreto**, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central (art. 52, III, alínea “d”).

O gabarito é a letra A.

12. (IBFC / TJ-PR – 2014) Assinale a alternativa correta:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal eleitos segundo o princípio proporcional.
- b) A denominada imunidade formal é aquela em que os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o parlamentar que se licenciar para o exercício de outro cargo fora do Parlamento, apesar de não perder o mandato, perderá as imunidades parlamentares.
- d) As comissões parlamentares de inquérito não detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Comentários:

Letra A: errada. Os Senadores são eleitos pelo sistema **majoritário**.

Letra B: errada. A inviolabilidade dos congressistas por suas opiniões, palavras e votos consiste na **imunidade material**.

Letra C: correta. As imunidades parlamentares ficarão suspensas caso o parlamentar se licencie para o exercício de outro cargo fora do Parlamento.

Letra D: errada. O art. 58, § 3º, CF/88, dispõe que as CPI's têm **poderes de investigação próprios das autoridades judiciais**.

O gabarito é a letra C.

13. (IBFC / TRE-AM – 2014) Às Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da matéria de sua competência, cabe, EXCETO:

- a) Determinar a indisponibilidade de bens da pessoa investigada.
- b) Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- c) Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- d) Apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Comentários:

Dentre as medidas acima relacionadas, a única que não pode ser praticada por CPI é a **determinação da indisponibilidade de bens da pessoa investigada**. CPI não pode determinar a aplicação de medidas cautelares. A resposta, portanto, é a letra A.



14. (IBFC / TRE-AM – 2014) Com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Serão criadas pela Câmara do Deputados ou pelo Senado, separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.
- b) Não têm sua duração limitada no tempo e possui poderes irrestritos para investigar qualquer fato.
- c) Não podem impor penalidades ou condenações.
- d) Suas conclusões devem ser encaminhadas ao Presidente da República.

Comentários:

Letra A: errada. As CPI's serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, **em conjunto ou separadamente**, mediante requerimento de um 1/3 (um terço) de seus membros.

Letra B: errada. A CPI tem **poderes limitados** (e não irrestritos!). Ademais, as CPI's são criadas por **prazo certo**, ou seja, sua duração é limitada no tempo.

Letra C: correta. De fato, CPI **não tem poder** para impor penalidades ou condenações.

Letra D: errada. As conclusões da CPI, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, a fim de que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

O gabarito é a letra C.

15. (IBFC / PC-RJ – 2013) Analise as assertivas abaixo, que tratam de matéria relativa às imunidades parlamentares previstas na Constituição Federal:

- I. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Congresso Nacional.
- II. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- III. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- IV. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV
- d) I e IV.



e) III e IV.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. A imunidade material dos congressistas **não se limita** à circunscrição do Congresso Nacional.

A **segunda assertiva** está correta. A CF/88 autoriza a prisão dos parlamentares somente depois de **sentença penal condenatória ou em caso de flagrante de crime inafiançável**. Havendo a prisão do parlamentar, os autos serão remetidos dentro de 24 (vinte e quatro) horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão

A **terceira assertiva** está errada. O erro, aqui, é um pequeno detalhe. O partido político, para que possa propor a sustação do andamento da ação **deve ter representação** na Casa Legislativa. Portanto, não é qualquer partido político que poderá ter a iniciativa de sustar o andamento da ação.

A **quarta assertiva** está correta. É exatamente o que prevê o art. 53, § 6º, CF/88.

O gabarito é a letra C.

16. (IBFC / MPE-SP – 2013) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), criadas pelo Senado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ao serem instauradas, podem ter por objeto a apuração de fato indeterminado.
- b) Somente serão criadas por requerimento subscrito por, no mínimo, dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- c) Podem impor penalidades ou condenações, porque possuem poderes próprios das autoridades judiciais.
- d) Devem encaminhar relatório circunstanciado, com as conclusões, ao Ministério Público, para que este promova, eventualmente, a responsabilização civil ou criminal.
- e) A despeito de serem temporárias, criadas por prazo certo, poderão requerer a prorrogação do respectivo prazo, inclusive para ultrapassar o período da legislatura.

Comentários:

Letra A: errada. As CPI's devem ter por objeto a apuração de **fato determinado**.

Letra B: errada. A CPI é um direito das minorias e, portanto, sua criação depende de requerimento de apenas 1/3 dos membros da Casa Legislativa.

Letra C: errada. As CPI's possuem **poderes de investigação** próprios das autoridades judiciais. Elas não podem aplicar penalidades ou condenações.

Letra D: correta. As conclusões da CPI, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, a fim de que se promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.



Letra E: errada. É possível que sejam feitas sucessivas prorrogações de prazo para os trabalhos do CPI, desde que sejam dentro da mesma legislatura. Uma CPI **não poderá**, em qualquer hipótese, **se estender para a outra legislatura**.

O gabarito é a letra D.

17. (IESES / TJ-MS – 2014) Sobre deputados e senadores, de acordo com a CRFB/88, é correto afirmar:

a) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

b) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos.

c) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

d) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, independará de prévia licença da Casa respectiva.

Comentários:

Letra A: correta. É o que prevê o art. 53, § 6º, da Constituição.

Letra B: errada. Há uma exceção, prevista no art. 53, § 2º, da CF/88. Os congressistas **poderão ser presos no caso de flagrante de crime inafiançável**.

Letra C: errada. De acordo com o art. 53, § 3º, da Constituição, recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido **após a diplomação**, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

Letra D: errada. A Carta Magna prevê, em seu art. 53, § 7º, que a incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, **dependerá de prévia licença da Casa respectiva**.

O gabarito é a letra A.

18. (IESES / TJ-MS – 2014) De acordo com a CRFB/88, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, ainda que de licença, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer.

b) Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

c) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.



d) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Comentários:

Letra A: errada. O art. 55, III, da CF/88, prevê que perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, **salvo licença ou missão por esta autorizada**.

Letras B e C: corretas. O art. 54 da Carta Magna determina que os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a **expedição do diploma**:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a **posse**:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Letra D: correta. É o que dispõe o art. 53, § 8º, da Constituição.

O gabarito é a letra A.

19. (IESES / TJ-MS – 2014) É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

a) Resolver sobre todos os tratados, acordos ou atos internacionais.

b) Autorizar, independente do período, o Presidente e o Vice- Presidente da República a se ausentarem do País.

c) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

d) Declarar guerra, celebrar a paz e permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.



Comentários:

Letra A: errada. É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais **que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional** (art. 49, I, CF).

Letra B: errada. Essa autorização só é necessária quando a ausência **exceder a quinze dias** (art. 49, III, CF).

Letra C: correta. É o que dispõe o art. 49, IV, da Constituição.

Letra D: errada. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional **autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente**, ressalvados os casos previstos em lei complementar (art. 49, II, CF).

O gabarito é a letra C.

20. (IADES / TRE-PA – 2014) No que se refere ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) O congressista afastado de suas funções de parlamentar, para exercer cargo de Ministro de Estado – função do poder executivo – continuará a dispor de imunidades.
- b) Deputados e senadores, desde a posse, serão julgados pela prática de crimes comuns. É o designado foro especial em razão da função.
- c) Perderão o mandato o deputado ou o senador, que passarem a residir fora de Brasília.
- d) A renúncia ao mandato, ainda que esteja em tramitação e processo, que vise à decretação da perda de mandato, terá seu curso normal, restando prejudicado o processo em curso.
- e) As matérias, cuja competência é privativa da Câmara dos Deputados, serão disciplinadas por meio de resolução, o que implica não sofrer interferência do Senado ou da Presidência da República.

Comentários:

Letra A: errada. O afastamento do parlamentar para exercer cargo de Ministro de Estado implicará na suspensão das imunidades.

Letra B: errada. Não é esse o significado de foro especial. Dizer que os parlamentares possuem foro especial (foro por prerrogativa de função) significa que eles serão **processados e julgados pelo STF, desde a diplomação**. Cabe destacar que, segundo o STF, o foro por prerrogativa de função dos Deputados Federais e Senadores somente se aplica a crimes cometidos durante o exercício do mandato e que estejam relacionados ao exercício da função parlamentar.

Letra C: errada. Não há essa previsão para a perda do mandato do parlamentar.

Letra D: errada. Sinceramente, não consegui entender nada do que disse o examinador. Parece-me que ele cometeu erro de coerência textual!

Letra E: correta. As competências privativas da Câmara dos Deputados estão relacionadas no art. 51, CF/88. São matérias sobre as quais a Câmara dos Deputados disporá mediante resolução, independentemente de sanção presidencial.



O gabarito é a letra E.

21. (IADES / CONAB – 2014) A respeito da organização dos Poderes, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma,

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, mesmo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- b) aceitar o exercício de cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- c) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- e) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Comentários:

Para responder essa questão, era importante conhecer o art. 54, CF/88, que trata de vedações aos parlamentares:

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a **expedição do diploma**:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a **posse**:

- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";
- d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.



O gabarito é a letra B.

22. (IADES / EBSERH – 2013) Realiza o julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade, depois de admitida a acusação contra o mesmo, por uma das Casas do Congresso Nacional. O texto faz referência à(ao)

- a) Plenário da Câmara dos Deputados.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) Senado Federal.

Comentários:

Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República, a **Câmara dos Deputados** é responsável pelo **juízo de admissibilidade político**, por 2/3 dos membros. O **julgamento é competência do Senado Federal**. O gabarito é a letra E.

23. (IADES / PGDF – 2011) A harmonia entre as funções estatais foi uma das cláusulas eleitas pela Constituinte como inalteráveis pelo processo de emenda constitucional. Nesse sentido, uma das funções mais importantes que dizem respeito ao Legislativo é a de fiscalização. Dentre os modos de realizá-la, o Parlamento utiliza-se das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI. Acerca da disciplina desse instituto, assinale a alternativa incorreta.

- a) As CPIs, além de outras formas previstas nos Regimentos Internos das Casas Legislativas, têm poderes de investigação que são próprios dos Membros do Poder Judiciário.
- b) As CPIs têm poder para determinar, se for necessário, a conduta coercitiva de testemunhas, sem a intervenção judicial.
- c) As CPIs podem, sem necessitar de prévio consentimento judicial, determinar, desde que fundamentadamente, e para o objeto diretamente relacionado com a matéria investigada, buscas no domicílio do investigado.
- d) As CPIs podem, sem necessitar de prévia autorização judicial, determinar, inclusive, a quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados, neste último, incluído o telefônico.
- e) A esposa do investigado, ao faltar com a verdade no seu testemunho perante uma CPI, não é passível de incorrer em crime de falso testemunho, tendo somente o investigado o que se denomina direito de mentir.

Comentários:

Letra A: correta. As CPIs têm **poderes de investigação próprios** das autoridades judiciárias.

Letra B: correta. As CPIs têm poder para convocar autoridades públicas e particulares para depor na condição de **testemunha** ou **indiciado**. As CPIs podem, inclusive, requisitar força policial para promover a condução coercitiva de testemunhas.



Letra C: errada. As CPIs **não podem** determinar a busca e apreensão domiciliar.

Letra D: correta. As CPIs **podem determinar** a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Letra E: correta. A esposa de investigado pode, sim, incorrer no crime de falso testemunho.

O gabarito é a letra C.

Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional

24. (IBFC / CGE-RN – 2019) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deve ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, tais como as nomeações para cargo de provimento em comissão
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social pessoa jurídica do terceiro setor participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo
- c) julgar as contas prestadas anualmente pela União, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento
- d) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

Comentários:

Letra A: errada. Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão**, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório (art. 71, III, CF).

Letra B: errada. Compete à Corte de Contas fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais **de cujo capital social a União participe**, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo (art. 71, V, CF).

Letra C: errada. Compete ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo **Presidente da República**, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em **sessenta dias** a contar de seu recebimento (art. 71, I, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 71, X, da Carta Magna.

O gabarito é a letra D.

25. (IBFC / CGE-RN – 2019) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União



- b) comprovar a regularidade, quanto ao exercício do poder discricionário, relativo à gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas organizações não governamentais
- c) apoiar o controle interno das Organizações Sociais, no exercício de sua missão regulamentar
- d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias, a realização dos programas governamentais e a execução dos orçamentos públicos.

Comentários:

As **competências do controle interno** estão expressas no art. 74, II, da CF/88, que reproduzimos a seguir:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O gabarito é a letra A.

26. (IBADE / Câmara de Jaru-RO – 2019) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) apenas pelo controle interno de cada Poder.
- b) apenas pelo controle externo, a cargo do Poder Legislativo Federal.
- c) apenas pelo controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União.
- d) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, com o auxílio do Congresso Nacional, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- e) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Comentários:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções



e renúncia de receitas, será exercida **pele Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder** (art. 70, “caput”, CF). O gabarito é a letra E.

27. (IBADE / Câmara de Porto Velho – 2018) Sobre o Tribunal de Contas, é correto afirmar que ele é órgão:

- a) subordinado ao chefe do Poder Legislativo.
- b) pertencente ao Poder Judiciário e julga as contas dos órgãos públicos.
- c) que realiza o controle externo e interno de contas dos Governadores de Estado.
- d) subordinado ao chefe do Poder Executivo.
- e) auxiliar o Poder Legislativo na tarefa deste de realizar o controle externo.

Comentários:

O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo na tarefa de realizar o controle externo, mas não se subordina a esse Poder. O gabarito é a letra E.

28. (IBFC / TJ-PE – 2017) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão vinculado ao Poder Legislativo, que tem como missão institucional proceder ao controle externo das finanças públicas. Assinale a alternativa que NÃO contém uma das competências do referido Tribunal.

- a) Aplicar sanções previstas em lei nos casos de ilegalidade de despesas ou de irregularidades de contas.
- b) Realizar, por iniciativa exclusiva, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- d) Fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais das quais a União seja sócia, de forma direta ou indireta.
- e) Oferecer representação ao Poder competente quando da verificação de irregularidades ou abusos apurados.

Comentários:

Letra A: correta. O TCU tem competência para “*aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário*” (art. 71, VIII, CF/88).

Letra B: errada. As inspeções e auditorias realizadas pelo TCU **não são de iniciativa exclusiva** do próprio órgão. Elas também podem ser feitas por iniciativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de Comissão de inquérito (art. 71, IV, CF/88).

Letra C: correta. O TCU aprecia as contas do Presidente da República. O julgamento das contas do Presidente cabe ao Congresso Nacional.



Letra D: correta. Segundo o art. 71, V, CF/88, compete ao TCU “fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo”.

Letra E: correta. É competência do TCU representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados (art. 71, XI, CF/88).

O gabarito é a letra B.

29. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre a composição do Tribunal de Contas da União para assinalar a alternativa correta.

a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quinto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional

b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional

c) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quarto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e dois terços pelo Congresso Nacional

d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e um terço pelo Congresso Nacional

e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um décimo pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional

Comentários:

O art. 73, § 2º, da Constituição, determina que os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

O gabarito é a letra B.



QUESTÕES COMENTADAS

Poder Legislativo

1. (UFPR/ Câmara de Curitiba – 2020) A respeito do Poder Legislativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O número total de Deputados será estabelecido por lei complementar.
- b) O Poder Legislativo detém a função típica de legislar e é exercido pela Câmara dos Deputados, com legislatura de cinco anos.
- c) A Câmara dos Deputados é o órgão de soberania composto de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário ou distrital, que exercerão a função legislativa infraconstitucional.
- d) Nenhuma unidade da federação deve ter menos de 10 ou mais de 50 deputados.
- e) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados possuem como função precípua o controle recíproco do exercício de suas funções, nesse caso deliberando por maioria absoluta dos votos de cada Casa, presente a maioria dos seus membros.

Comentários:

Letra A: correta. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar (art. 45, § 1º, CF).

Letra B: errada. O Poder Legislativo é exercido pelo **Congresso Nacional**, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 44, “caput”, CF). A legislatura tem a duração de **quatro** anos (art. 44, parágrafo único, CF).

Letra C: errada. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo **sistema proporcional**, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal (art. 45, “caput”, CF).

Letra D: errada. Os Estados e o Distrito Federal não podem ter **menos de oito** ou **mais de setenta** Deputados (art. 45, § 1º, CF).

Letra E: errada. As funções precípua do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são legislar e fiscalizar, por meio do controle externo. Além disso, em regra, as deliberações das Casas Legislativas se dão por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (art. 47, CF).

O gabarito é a letra A.

2. (UFPR/ Câmara de Curitiba – 2020) A respeito da organização constitucional dos Poderes da República e considerando particularmente os aspectos orgânicos e funcionais do Congresso Nacional, avalie as seguintes afirmativas:



1. Cada legislatura terá duração anual.
2. O número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar.
3. Nenhum Estado da federação deve ter menos de 8 ou mais de 70 deputados.
4. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria relativa de seus membros.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. A legislatura tem a duração de **quatro** anos (art. 44, parágrafo único, CF).

A **segunda assertiva** está correta. De fato, a Carta Magna prevê que o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar (art. 45, § 1º, CF).

A **terceira assertiva** está correta. Segundo a CF/88, os Estados da federação não poderão ter **menos de oito** ou **mais de setenta** Deputados (art. 45, § 1º, CF)

A **quarta assertiva** está errada. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por **maioria dos votos**, presente a **maioria absoluta** de seus membros (art. 47, CF).

O gabarito é a letra C.

3. (UFG / SANEAGO-GO – 2018) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete privativamente ao Senado Federal:

- a) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, encaminhando ao Tribunal de Contas da União pedido de abertura de investigação.



- b) autorizar, por um terço de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, Procurador-Geral da República e o Advogado Geral da União.
- c) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado e o Procurador-Geral da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a vinte dias.
- d) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Comentários:

Letra A: errada. Compete privativamente à **Câmara dos Deputados** proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa (art. 51, II, CF).

Letra B: errada. Compete privativamente à **Câmara dos Deputados** autorizar, por **dois terços** de seus membros, a instauração de processo contra o **Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado** (art. 51, I, CF).

Letra C: errada. Compete exclusivamente ao **Congresso Nacional** autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a **quinze dias** (art. 49, III, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 52, VII, da Carta Magna.

O gabarito é a letra D.

4. (NUCEPE / PC-PI – 2018) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são uma das formas do Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. Sobre as CPIs, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a Constituição atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário.
- b) A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito depende de autorização da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
- c) Visam apurar ilegalidades no âmbito do legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas para apurar qualquer fato dentro do prazo de uma legislatura, devendo suas conclusões serem remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União.
- e) Somente podem ser criadas pelo requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional, tendo por objeto a apuração de fato determinado.



Comentários:

Letra A: correta. De fato, trata-se de ato sujeito à reserva de jurisdição, fora da competência das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Letra B: errada. Não há tal previsão na Constituição. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de 1/3 de seus membros (art. 58, § 3º, CF).

Letra C: errada. As CPIs visam apurar fato determinado e por prazo certo, no âmbito de qualquer dos Poderes.

Letra D: errada. As conclusões das CPIs, se for o caso, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público (art. 58 § 3º, CF).

Letra E: errada. As CPIs podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de **1/3 (um terço)** de seus membros, para apuração de **fato determinado e por prazo certo** (art. 58 § 3º, CF).

O gabarito é a letra A.

5. (PUC-PR / TJ-MS – 2017) Assinale a alternativa CORRETA quanto ao Estatuto dos Congressistas.

a) Os Deputados e Senadores são invioláveis civil, penal e administrativamente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

b) Mesmo depois de extinto o mandato, o parlamentar não poderá ser processado por suas opiniões, palavras e votos proferidos durante o mandato e relacionados ao exercício de suas funções.

c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que esteja investido no cargo de Ministro de Estado.

d) Os membros do Congresso Nacional podem ser presos em flagrante, ainda que por crime que admita fiança.

e) Os Deputados e Senadores possuem imunidade em relação ao processo penal, a qual abrange, inclusive, os crimes ocorridos antes da diplomação.

Comentários:

Letra A: errada. Os Deputados e Senadores são invioláveis, **civil e penalmente**, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos (art. 53, CF).

Letra B: correta. De fato, mesmo após a extinção do mandato, o o parlamentar não poderá ser processado por suas opiniões, palavras e votos proferidos durante o mandato e relacionados ao exercício de suas funções.

Letra C: errada. O Deputado ou Senador que investido no cargo de Ministro de Estado não perde o mandato (art. 56, CF).



Letra D: errada. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável (art. 53, § 2º, CF).

Letra E: errada. A imunidade relativa ao processo penal abrange os crimes cometidos após a diplomação (art. 53, § 3º, CF).

O gabarito é a letra B.

6. (NUCEPE / SEJUS-PI – 2017) Assinale a alternativa INCORRETA sobre a disciplina constitucional do Poder Legislativo.

a) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

c) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

d) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

e) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Comentários:

Letra A: correta. De fato, nos termos do art. 52, II, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Letra B: correta. O art. 51, II, da Carta Magna, prevê que compete privativamente à **Câmara dos Deputados** proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de **sessenta** dias após a abertura da sessão legislativa.

Letra C: errada. De fato, essas atribuições são de competência exclusiva do Congresso Nacional. Todavia, independem de sanção do Presidente da República para serem executadas (art. 49, IV, CF).

Letra D: correta. Segundo o art. 53, § 8º, da Constituição, as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros



da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Letra E: correta. É o que determina o art. 50, § 2º, da Constituição.

O gabarito é a letra C.

7. (PUC-PR / Prefeitura de Maringá – 2015) Sobre a organização e atribuições do Poder Legislativo da União, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro Senadores, com mandato de oito anos e com renovação de metade deles a cada quatro anos.

b) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

c) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a posse, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

d) A distinção entre leis ordinárias e complementares se dá no quórum de aprovação, de maioria simples nas primeiras e maioria absoluta nas segundas, e no fato de que as leis complementares existirão sempre que a Constituição Federal determinar que a matéria deve ser objeto de regulamentação por esse tipo legislativo.

e) O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na capital federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, ainda que essas datas recaiam em sábados, sendo remarcadas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em domingos ou feriados.

Comentários:

Letra A: errada. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão **três** Senadores, com mandato de oito anos. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços (art. 46, §§ 1º e 2º, CF).

Letra B: errada. Desde a **diplomação**, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável (art. 53, § 2º, CF).

Letra C: errada. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a **diplomação**, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (art. 53, § 3º, CF).

Letra D: correta. De fato, as leis complementares aprovadas por um procedimento mais dificultoso que o das leis ordinárias. Além disso, diferem quanto ao conteúdo: as leis complementares existirão sempre que a Constituição Federal determinar que a matéria deve ser objeto de regulamentação por esse tipo legislativo.



Letra E: errada. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o **primeiro dia útil subsequente**, quando recaírem em **sábados**, domingos ou feriados (art. 57, § 1o, CF).

O gabarito é a letra D.

8. (COPS-UEL / PC-PR – 2013) Sobre deputados e senadores, assinale a alternativa correta.

- a) Eles têm foro privilegiado e devem ser julgados, por crime comum, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Para serem processados criminalmente, é preciso prévia licença da Casa a que pertencem.
- c) Eles estão desonerados do dever de testemunhar em juízo, somente sendo obrigados a responder em juízo quando convocados na condição de réu.
- d) Podem ser presos, desde que em flagrante de crime inafiançável.
- e) Perderão o mandato depois de transitada em julgado a sentença judicial condenatória por quebra de decoro parlamentar.

Comentários:

Letra A: errada. A competência para julgar deputados e senadores é do STF, e não do STJ.

Letra B: errada. Não há tal exigência.

Letra C: errada. Mesmo quando na condição de réus, os congressistas estão desonerados do dever de testemunhar em juízo sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Letra D: correta. É o que determina o art. 53, § 2º, da Constituição.

Letra E: errada. A perda do mandato por quebra do decoro parlamentar não se dá por sentença judicial transitada em julgado, mas sim por decisão da maioria absoluta da respectiva Casa, assegurada ampla defesa (art. 55, § 2º, CF).

O gabarito é a letra D.

9. (UEG / PC-GO – 2013) Na divisão das funções entre os poderes da república, cabe ao legislativo tarefas de legislar e fiscalizar, dentre outras. Essas tarefas são exercidas por meio do Congresso, cujos trabalhos desenvolvem-se

- a) no período da legislatura, que é de quatro anos e cujo término impede a continuidade das comissões.
- b) por meio de sessões legislativas ininterruptas, ordinárias e extraordinárias, em períodos legislativos anuais.
- c) no período da legislatura, que é de oito anos, coincidente com o mandato de senadores, dividido em sessões legislativas.



d) em sessões legislativas ininterruptas, coincidentes com os mandatos dos deputados federais, que são de quatro anos.

Comentários:

O trabalho do Legislativo se dá durante a legislatura, que é de quatro anos (art. 44, parágrafo único, CF). O enunciado é impreciso, não define quais tipos de comissão se encerram ao final da legislatura. Essa é uma regra que se aplica às comissões temporárias, mas não às comissões permanentes. De todo modo, avaliando a alternativa “mais correta”, o gabarito é a letra A.

10. (FGV / TCE-RJ – 2015) Dois deputados federais, líderes dos seus partidos políticos na respectiva Casa Legislativa, logo no início da legislatura, decidiram mobilizar-se com o objetivo de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A respeito da comissão a ser instaurada, é correto afirmar que:

a) por ter poderes de investigação próprios de autoridade judicial, pode vir a determinar, em deliberação fundamentada, a quebra de sigilo telefônico;

b) por tratar-se de comissão temporária, não é preciso observar-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa;

c) comissão dessa natureza possui poderes próprios de autoridade judiciária, podendo convocar qualquer membro do Poder Executivo para prestar esclarecimentos;

d) não pode convocar advogados para prestar esclarecimentos, pois esses agentes desempenham função essencial à administração da justiça;

e) pode vir a determinar, em deliberação devidamente fundamentada, a realização de busca domiciliar, a ser cumprida durante o dia.

Comentários:

Letra A: correta. As CPI's **têm poderes para determinar a quebra do sigilo telefônico**. O que elas não podem determinar é a interceptação telefônica, medida reservada exclusivamente ao Poder Judiciário.

Letra B: errada. Segundo o art. 58, § 1º, CF/88, “na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a **representação proporcional** dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”. Essa regra da “representação proporcional” também vale para as CPI's.

Letra C: errada. As CPI's não podem convocar o Chefe do Poder Executivo, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

Letra D: errada. As CPI's pode convocar particulares para prestar esclarecimentos, inclusive advogados.

Letra E: errada. As CPI's não pode determinar a busca e apreensão domiciliar, medida reservada exclusivamente ao Poder Judiciário.



11. (FGV / ISS Niterói – 2015) Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída no âmbito da Câmara dos Deputados, deliberou, de maneira fundamentada e pela unanimidade dos seus membros, que:

- (1) o Chefe do Poder Executivo Federal deveria ser ouvido pela CPI;
- (2) seria determinada a quebra do sigilo bancário e telefônico de alguns servidores públicos federais titulares de cargos de provimento efetivo;
- (3) seria determinada a indisponibilidade dos bens dos envolvidos em desvios de recursos públicos;
- (4) as autoridades policiais deveriam providenciar a interceptação telefônica dos suspeitos de praticarem lavagem de dinheiro;
- (5) poderia ser determinada a prisão em flagrante da testemunha que faltasse com a verdade durante depoimento prestado à CPI.

Considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito possui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é correto afirmar que as providências descritas em:

- a) (2) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional.
- b) (1), (3), (4) e (5) destoam da ordem constitucional.
- c) (2) e (3) destoam da ordem constitucional.
- d) (2) e (4) estão em harmonia com a ordem constitucional.
- e) (1) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional.

Comentários:

A FGV é mestre em cobrar questões a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito. Analisemos abaixo as assertivas a respeito dos poderes da CPI:

- (1) A CPI **não pode** convocar o Chefe do Poder Executivo.
- (2) A CPI pode determinar a quebra do sigilo bancário e telefônico.
- (3) A CPI **não pode** determinar a aplicação de medidas cautelares, como é o caso da determinação de indisponibilidade de bens.
- (4) A CPI **não pode** determinar a interceptação telefônica (acesso ao conteúdo das conversas). O que a CPI pode determinar é a quebra do sigilo telefônico (acesso aos registros telefônicos).
- (5) A CPI pode efetuar prisões em flagrante. Assim, a **CPI pode** determinar a prisão em flagrante da testemunha que faltasse com a verdade durante depoimento prestado à CPI.



Observe que “*faltar com a vontade*” significa mentir, e não simplesmente deixar de revelar fatos que possam lhe incriminar. Nesse sentido, no HC nº 73.035-3, o STF já decidiu que:

"Não configura o crime de falso testemunho, quando a pessoa, depondo como testemunha, ainda que compromissada, deixa de revelar fatos que possam incriminá-la."

O gabarito, portanto, é a letra A. As assertivas (2) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional.

12. (FGV / TJ-PI – 2015) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados decidiram instituir comissão parlamentar de inquérito (CPI), formada por Senadores e Deputados Federais, com o objetivo de investigar o teor de certas decisões proferidas por um Juiz de Direito, já que sobre ele pesavam acusações de corrupção. Além disso, a comissão deveria apurar a existência de diversas irregularidades detectadas em determinado serviço público estadual, o qual estaria sendo prestado de maneira ineficiente, ensejando a proliferação da corrupção.

À luz da presente narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida CPI:

- a) foi irregularmente constituída;
- b) não pode investigar atos tipicamente jurisdicionais;
- c) pode investigar o serviço público estadual;
- d) teve o seu objeto regularmente delimitado;
- e) pode tornar-se permanente, por decisão do Legislativo.

Comentários:

Letra A: errada. Não há elementos para que se afirme que a CPI foi irregularmente constituída. A constituição de CPI depende do requerimento de 1/3 dos membros da Casa Legislativa.

Letra B: correta. A CPI não pode investigar atos tipicamente jurisdicionais, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

Letra C: errada. As CPI`s federais não podem investigar o serviço público estadual, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.

Letra D: errada. O objeto da CPI não foi corretamente delimitado, pois o enunciado nos informa que ela foi instituída para investigar algumas decisões de um Juiz e, ainda, sobre irregularidades detectadas em serviço público estadual. **Não foi definido um “fato determinado”** sobre o qual recairão as investigações parlamentares.

Letra E: errada. As CPI`s têm caráter temporário.

O gabarito é a letra B.



Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional

13. (PUC-PR / TJ-MS – 2017) Assinale a alternativa CORRETA acerca dos Tribunais de Contas.

- a) As garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça não se estendem aos Ministros do Tribunal de Contas da União, pois são privativas de seu cargo.
- b) Apenas o Presidente da República possui competência para a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- c) A Constituição Federal de 1988 exige que, para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, o candidato deve ser brasileiro e, obrigatoriamente, graduado em direito.
- d) Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por nove Ministros.
- e) Compete ao Tribunal de Contas da União auxiliar o Congresso Nacional no controle externo de receitas públicas.

Comentários:

Letra A: errada. O art. 73, § 3º, da Carta Magna, assegura aos Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Letra B: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União são escolhidos (art. 73, § 2º, CF):

- I - **um terço pelo Presidente da República**, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;
- II - **dois terços pelo Congresso Nacional**.

Letra C: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União são, por determinação do art. 73, § 1º, da Constituição, nomeados **dentre brasileiros** que cumprem os seguintes requisitos:

- I - mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;
- II - idoneidade moral e reputação ilibada;
- III - **notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;**
- IV - **mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.**

Letra D: errada. Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por **sete** Conselheiros (art. 75, parágrafo único, CF).



Letra E: correta. De fato, o “caput” do art. 71 da Carta Magna prevê que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deverá ser exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**.

O gabarito é a letra E.

14. (UEG / Prefeitura de Santa Helena – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a fiscalização dos Municípios, realizada sobre as contas anuais do prefeito, será exercida pelo Poder

- a) Legislativo, mediante controle interno da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.
- b) Executivo, mediante sistemas de controle interno, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelo controle externo da Câmara Municipal.
- c) Judiciário, mediante controle externo, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- d) Legislativo, mediante controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Comentários:

A fiscalização dos Municípios é realizada pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei (art. 31, CF). O controle externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver (art. 31, § 1º, CF). O gabarito é a letra D.

15. (FGV / TCM-SP – 2015) Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- a) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- b) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- c) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;



d) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;

e) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

Comentários:

Essa é uma questão muito interessante! Para resolvê-la, você precisava saber o que prevê o art. 31, § 4º, CF/88, segundo o qual “**é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais**”.

Com base nesse dispositivo, é possível afirmar que, **após a Constituição Federal de 1988**, não podem ser criados Tribunais de Contas Municipais. Observe que, no Brasil, existem dois Tribunais de Contas de **natureza municipal** (o TCM-SP e o TCM-RJ). No entanto, o TCM-SP e o TCM-RJ apenas existem enquanto órgãos municipais porque eles foram criados antes da CF/88.

Destaca-se a posição do STF de que poderá ser instituído no Município um Tribunal de Contas que, embora atue em um Município específico, será um **órgão estadual**. Esse órgão será denominado **Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios** (ADI 687, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 10.02.2006).

Vamos às alternativas!

Letras A, B e C: erradas. **Não poderá ser criado um Tribunal de Contas no Município**, ainda que haja previsão na Lei Orgânica, lei estadual ou em lei federal. Caso isso ocorresse, haveria violação direta ao art. 31, § 4º, CF/88.

Letra E: errada. A CF/88 não admite a criação de um Tribunal de Contas do Município. A Carta Magna autoriza apenas a criação de **órgão estadual**, denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios.

O gabarito é a letra D. A CF/88 **não autoriza** a criação de órgão municipal de contas.

16. (FGV / TCM-SP – 2015) A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados.

() O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo.

() Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.

A sequência correta é:

a) V – F – F;



- b) F – V – V;
- c) F – F – F;
- d) V – V – V;
- e) V – F – V.

Comentários:

A primeira assertiva está errada. As empresas públicas e as sociedades de economia mista **estão sujeitas à fiscalização do TCU**, inclusive aquelas que exploram atividade econômica. A fiscalização do TCU não se limita aos bens ou valores públicos, mas todos os bens administrados pelas empresas públicas ou sociedades de economia mista.

A segunda assertiva está errada. Os Tribunais de Contas não julgam as contas do Chefe do Poder Executivo. Eles apenas apreciam as contas do Chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio. O **julgamento** dessas contas **cabe ao Poder Legislativo**.

A terceira assertiva está errada. O Tribunal de Contas não integra a estrutura do Poder Legislativo. Trata-se de **órgãos autônomos**. Suas decisões **não estão suscetíveis à revisão** pelo Poder Legislativo.

O gabarito é a letra C.

17. (FGV / TCE-RJ – 2015) O Chefe do Poder Executivo de determinado município nordestino formulou consulta à sua assessoria jurídica solicitando que fosse esclarecido para qual órgão deveriam ser encaminhadas as contas a respeito da aplicação dos recursos repassados pela União, em razão da participação do município no resultado da exploração de gás natural realizada em seu território. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que as contas devem ser analisadas:

- a) pelo Tribunal de Contas do respectivo município, pois a receita auferida se incorporou ao patrimônio municipal;
- b) exclusivamente pela Câmara Municipal, órgão competente para emitir parecer e julgar as contas de governo apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo do município;
- c) pelo Tribunal de Contas da União, pois os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são de propriedade da União;
- d) exclusivamente pelo Congresso Nacional, órgão competente para apreciar a correta aplicação de bens e receitas da União;
- e) pelo Tribunal de Contas do Estado, pois pertencem a cada ente federativo as receitas recebidas a título de participação, sendo tão somente repassadas pela União.

Comentários:



Para resolver essa questão, você deveria saber que os royalties são considerados “**receita própria**” dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão do art. 20, § 1º, CF/88. Por isso, não é da competência do TCU fiscalizar os recursos repassados aos Municípios na forma de *royalties*. A competência é dos **Tribunais de Contas Estaduais**.

Foi exatamente esse o posicionamento do STF no MS 24.312. Segundo a Corte, cabe ao TCU apenas a fiscalização dos recursos repassados pela União “mediante *convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município*”.

O gabarito é a letra E.

18. (FGV / OAB – 2013) Acerca do controle externo da Administração, assinale a afirmativa correta.

- a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- b) O Tribunal de Contas não tem competência para julgar as contas das empresas públicas e sociedades de economia mista, por ausência de previsão constitucional.
- c) A competência dos Tribunais de Contas dos Estados pode ser reduzida em relação ao modelo federal, em decorrência da capacidade de auto-organização do Estado-membro.
- d) As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.
- e) O controle externo da Administração é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e pelo Ministério Público de cada ente da Federação.

Comentários:

Letra A: errada. A Súmula nº 347/STF dispõe que o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, **pode apreciar a constitucionalidade** das leis e dos atos do Poder Público.

Letra B: errada. As empresas públicas e as sociedades de economia mista também estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Letra C: errada. Pelo princípio da simetria, as normas estabelecidas para o TCU aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.

Letra D: correta. De fato, as decisões do TCU terão eficácia de título executivo extrajudicial (art. 71, § 3º).

Letra E: errada. O Ministério Público não tem competência para realizar o controle externo da Administração Pública.

O gabarito é a letra D.

19. (FGV / SUDENE – 2013) Petrus é administrador público, chefe do executivo, tendo sido comunicado pelo Congresso Nacional que deveria sustar a execução de determinado contrato administrativo, por força



da constatação de irregularidades pelo Tribunal de Contas da União. Nos termos da Constituição Federal, cabe ao Tribunal de Contas, ao exercer o controle externo,

- a) imputar multa, sendo a decisão título executivo extrajudicial.
- b) impor sanções pessoais aos administradores relapsos, equiparadas à prisão civil.
- c) estabelecer a quebra dos sigilos bancários e telefônicos dos administradores.
- d) determinar a sustação imediata de contratos, quando aferir irregularidades.
- e) aguardar autorização do Ministério Público para realizar auditorias.

Comentários:

Letra A: correta. As decisões do TCU de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de **título executivo extrajudicial**.

Letra B: errada. O TCU pode impor sanções aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas. Todavia, essas sanções não são equiparadas à prisão civil.

Letra C: errada. O TCU **não tem competência** para determinar a quebra de sigilo bancário e sigilo telefônico.

Letra D: errada. A **sustação de contratos administrativos** não é feita diretamente pelo TCU, mas sim pelo Congresso Nacional.

Letra E: errada. O TCU não precisa de autorização do Ministério Público para realizar auditorias.

20. (FGV / INEA – 2013) Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União determina que o Executivo deve sustar a execução, até que as irregularidades sejam sanadas. Nos termos da Constituição Federal:

- a) a suspensão dos contratos administrativos é competência do Tribunal de Contas da União.
- b) a competência para a sustação é do Congresso Nacional, comunicado pelo Tribunal de Contas.
- c) o ato de sustação de contratos está no âmbito da fiscalização contábil.
- d) a sustação dos contratos administrativos é atribuição privativa do Executivo.
- e) a sustação dos contratos, quando irregulares, deve ser sugerida pelo Congresso Nacional.

Comentários:

Letra A: errada. A sustação de contratos administrativos não é feita diretamente pelo TCU, mas sim pelo Congresso Nacional.



Letra B: correta. De fato, a competência para a sustação de contratos administrativos é do **Congresso Nacional**.

Letra C: errada. A sustação de contratos está fora do âmbito da fiscalização contábil. Trata-se de matéria de competência do Congresso.

Letra D: errada. A sustação dos contratos administrativos é atribuição do Poder Legislativo.

Letra E: errada. A sustação de contratos administrativos é feita diretamente pelo Congresso Nacional.

21. (FGV / Fundação Pró-Sangue – 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno tem a finalidade de:

a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

b) realizar, por iniciativa própria ou por determinação do Poder Legislativo, inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

c) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município.

e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.

Comentários:

Letra A: errada. Essa é tarefa do controle externo (art. 71, III).

Letra B: errada. Outra tarefa de responsabilidade do controle externo (art. 71, IV).

Letra C: errada. Mais uma atribuição do controle externo (art. 71, IX).

Letra D: errada. Também é atribuição do controle externo (art. 71, VI).

Letra E: correta. Segundo o art. 74, II, é tarefa do controle interno **comprovar a legalidade e avaliar os resultados**, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (Instituto AOCP/ Prefeitura de Betim – 2020) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante

- a) avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, bem como a execução e o acompanhamento dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- c) parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- d) parecer conclusivo que deverá ser elaborado em quarenta e cinco dias a contar de seu recebimento.
- e) parecer conclusivo que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

Comentários:

Letras A e B: erradas. Trata-se de competências do sistema de controle interno, nos termos do art. 74, I e III, da Constituição:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Letra C: correta. O art. 71, I, da CF/88, dispõe que "o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em **sessenta dias a contar de seu recebimento**";".

Letras D e E: erradas. O parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas tem caráter opinativo. Não dispõe de caráter conclusivo. Além disso, deverá ser elaborado em **sessenta** dias a contar de seu recebimento (art. 71, I, CF).

O gabarito é a letra C.

2. (IBFC / CGE-RN – 2019) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deve ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:



- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, tais como as nomeações para cargo de provimento em comissão
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social pessoa jurídica do terceiro setor participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo
- c) julgar as contas prestadas anualmente pela União, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento
- d) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

Comentários:

Letra A: errada. Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão**, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório (art. 71, III, CF).

Letra B: errada. Compete à Corte de Contas fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais **de cujo capital social a União participe**, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo (art. 71, V, CF).

Letra C: errada. Compete ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo **Presidente da República**, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em **sessenta dias** a contar de seu recebimento (art. 71, I, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 71, X, da Carta Magna.

O gabarito é a letra D.

3. (IBFC / CGE-RN – 2019) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União
- b) comprovar a regularidade, quanto ao exercício do poder discricionário, relativo à gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas organizações não governamentais
- c) apoiar o controle interno das Organizações Sociais, no exercício de sua missão regulamentar
- d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias, a realização dos programas governamentais e a execução dos orçamentos públicos.

Comentários:

As **competências do controle interno** estão expressas no art. 74, II, da CF/88, que reproduzimos a seguir:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:



I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - **exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;**

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O gabarito é a letra A.

4. (IBADE / Câmara de Jarú-RO – 2019) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

a) apenas pelo controle interno de cada Poder.

b) apenas pelo controle externo, a cargo do Poder Legislativo Federal.

c) apenas pelo controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União.

d) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, com o auxílio do Congresso Nacional, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

e) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Comentários:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida **pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder** (art. 70, “caput”, CF). O gabarito é a letra E.

5. (IBADE / Câmara de Porto Velho – 2018) Sobre o Tribunal de Contas, é correto afirmar que ele é órgão:

a) subordinado ao chefe do Poder Legislativo.

b) pertencente ao Poder Judiciário e julga as contas dos órgãos públicos.

c) que realiza o controle externo e interno de contas dos Governadores de Estado.



- d) subordinado ao chefe do Poder Executivo.
- e) auxiliar o Poder Legislativo na tarefa deste de realizar o controle externo.

Comentários:

O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo na tarefa de realizar o controle externo, mas não se subordina a esse Poder. O gabarito é a letra E.

6. (IBFC / TJ-PE – 2017) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão vinculado ao Poder Legislativo, que tem como missão institucional proceder ao controle externo das finanças públicas. Assinale a alternativa que NÃO contém uma das competências do referido Tribunal.

- a) Aplicar sanções previstas em lei nos casos de ilegalidade de despesas ou de irregularidades de contas.
- b) Realizar, por iniciativa exclusiva, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- d) Fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais das quais a União seja sócia, de forma direta ou indireta.
- e) Oferecer representação ao Poder competente quando da verificação de irregularidades ou abusos apurados.

Comentários:

Letra A: correta. O TCU tem competência para *“aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário”* (art. 71, VIII, CF/88).

Letra B: errada. As inspeções e auditorias realizadas pelo TCU **não são de iniciativa exclusiva** do próprio órgão. Elas também podem ser feitas por iniciativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de Comissão de inquérito (art. 71, IV, CF/88).

Letra C: correta. O TCU aprecia as contas do Presidente da República. O julgamento das contas do Presidente cabe ao Congresso Nacional.

Letra D: correta. Segundo o art. 71, V, CF/88, compete ao TCU *“fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo”*.

Letra E: correta. É competência do TCU representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados (art. 71, XI, CF/88).

O gabarito é a letra B.



7. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre a composição do Tribunal de Contas da União para assinalar a alternativa correta.

a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quinto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional

b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional

c) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quarto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e dois terços pelo Congresso Nacional

d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e um terço pelo Congresso Nacional

e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um décimo pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional

Comentários:

O art. 73, § 2º, da Constituição, determina que os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

O gabarito é a letra B.

8. (FUNDATEC / IGP-RS – 2017) Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.



b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas da União.

c) O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por 11 ministros e tem jurisdição em todo território nacional.

d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos em um terço pelo Presidente da República e dois terços pelo Congresso Nacional.

Comentários:

Letra A: errada. O julgamento das contas do Presidente da República compete ao Congresso Nacional (art.49, IX, CF). Compete ao Tribunal de Contas da União **apreciar** as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento (art. 71, I, CF).

Letra B: errada. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional**, mediante **controle externo**, e pelo **sistema de controle interno** de cada Poder (art. 70, “caput”, CF).

Letra C: errada. O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por **nove** ministros e tem jurisdição em todo território nacional (art. 73, “caput”, CF).

Letra D: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do **Superior Tribunal de Justiça** (art. 73, § 3º, CF).

Letra E: correta. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos (art. 73, § 2º, CF): i) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; ii) dois terços pelo Congresso Nacional.

O gabarito é a letra E.

9. (Instituto AOCP/ Câmara de Maringá – 2017) Sobre os Ministros nomeados para o Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta.

a) Serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal e dois terços pelo Congresso Nacional.

b) Serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal e um terço pelo Congresso Nacional.



- c) Devem possuir mais de 30 e menos de 70 anos de idade.
- d) Devem possuir mais de 15 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados em dispositivo constitucional.
- e) Não contam com nenhum tipo de prerrogativa, garantias, impedimentos e vencimentos quando comparados com Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Comentários:

Letra A: correta. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos (art. 73, § 2º, CF):

- I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;
- II - dois terços pelo Congresso Nacional.

Letra B: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos **um terço** pelo Presidente da República, conforme explicação constante do comentário da alternativa A.

Letra C: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) devem possuir mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade (art. 73, § 1º, I, CF).

Letra D: errada. Os Ministros do Tribunal de Contas da União devem possuir mais de 10 (dez) anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no art. 73, § 1º, III, CF.

Letra E: errada. Os Ministros do TCU terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça (art. 73, § 3º, CF).

O gabarito é a letra A.

10. (CONSULPLAN / TRF 2ª Região – 2017) De acordo com o art. 71, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, “o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (...).”

À luz da interpretação do referido preceito constitucional e das normas que lhe são correlatas, assinale a afirmativa correta.

- a) O Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, não está subordinado ao Congresso Nacional.
- b) Como o Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional, as decisões que profira podem ser revistas por este último.



c) O Tribunal de Contas da União não exerce diretamente o controle externo, sob o prisma financeiro e orçamentário, dos entes da administração direta e indireta.

d) O Tribunal de Contas da União possui competências próprias, que exerce de modo autônomo, sem subordinação ao Congresso Nacional.

Comentários:

Letra A: errada. O TCU **não integra** o Poder Judiciário.

Letra B: errada. O TCU auxilia o Congresso Nacional no exercício do controle externo. No entanto, trata-se de órgão autônomo e independente e, portanto, suas decisões **não podem ser revistas** pelo Congresso Nacional.

Letra C: errada. Sob o prisma financeiro e orçamentário, é o TCU que exerce o controle externo da Administração Pública. Nesse sentido, compete ao TCU *“julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público”* (art. 71, II).

Letra D: correta. É isso mesmo. O TCU tem **competências próprias**, que exerce sem subordinação ao Congresso Nacional.

O gabarito é a letra D.

11. (FCC / PGE-MA – 2016) O Tribunal de Contas de certo Estado tomou as seguintes decisões ao apreciar atos que lhe foram submetidos à fiscalização:

I. negou registro à pensão por morte de servidor público efetivo, sob o argumento de que não foram preenchidos os pressupostos legais para que o benefício fosse concedido.

II. julgou ilegal a execução de contrato administrativo celebrado no âmbito do Poder Executivo e na mesma decisão sustou sua execução.

III. julgou irregular a aplicação, por Município, dos recursos financeiros estaduais que lhe foram repassados pelo Estado mediante convênio.

De acordo com as disposições da Constituição Federal aplicáveis aos Tribunais de Contas Estaduais, o Tribunal poderia ter decidido APENAS o quanto referido em

a) III.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e III.



e) I.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. Os Tribunais de Contas têm competência para apreciar, para fins de registro, os atos de concessões de **aposentadorias, reformas e pensões** relativas a servidores públicos.

A **segunda assertiva** está errada. A sustação de contratos administrativos será feita pelo Congresso Nacional (em nível federal) e pela Assembleia Legislativa (em nível estadual). Os Tribunais de Contas podem sustar atos administrativos.

A **terceira assertiva** está correta. Os recursos repassados pelo Estado aos seus Municípios se submetem à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado.

O gabarito é a letra C.

12. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Nos termos definidos pela Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário Federal, que inclui o TRF da 3ª Região, está submetido a uma fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Se, nesse contexto, um determinado ato de despesa for impugnado pelo controle externo, sua execução poderá ser sustada

- a) pela Câmara dos Deputados, que comunicará a decisão ao Senado.
- b) pela Câmara dos Deputados, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
- c) pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
- d) pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado.
- e) pelo Senado, que comunicará a decisão ao Presidente da República.

Comentários:

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para **sustar ato administrativo**, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. O gabarito é a letra D.

13. (AOCF / Prefeitura de Juazeiro – 2016) Com base na Constituição Federal de 1988, sobre a fiscalização do Município, é correto afirmar que

- a) as contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- b) é permitida a criação de Tribunais de Contas Municipais.
- c) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Estadual.
- d) o Poder Executivo Estadual fará o controle externo da legalidade da fiscalização.



e) o Conselho de Contas Municipais reporta diretamente aos Tribunais de Contas Estaduais.

Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o art. 30, § 3º, da CF/88.

Letra B: errada. A Carta Magna veda a criação de Tribunais de Contas Municipais (art. 31, § 4º, CF).

Letra C: errada. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal (art. 31, “caput”, CF).

Letra D: errada. Cabe ao Poder Legislativo fazê-lo (art. 31, “caput”, CF).

Letra E: errada. O Conselho de Contas Municipais reporta ao Poder Legislativo.

O gabarito é a letra A.

14. (UFPR / Prefeitura de Curitiba – 2015) Sobre a fiscalização orçamentária e financeira, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

() As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo, sendo necessária a inscrição em Dívida Ativa.

() O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

() O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) V – F – V – F.

b) F – V – F – V.

c) V – V – F – F.

d) F – F – V – V.

e) V – V – V – V.

Comentários:



A **primeira assertiva** está errada. De fato, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (art. 71, “caput”, CF). Entretanto, compete ao TCU **apreciar** as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, **mediante parecer prévio** que deverá ser elaborado em **sessenta dias a contar de seu recebimento** (art. 71, I, CF).

A **segunda assertiva** está errada. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo (art. 71, § 3º, CF). Nesse caso, não há necessidade de inscrição do débito como dívida ativa.

A **terceira assertiva** está correta. É o que determina o art. 31, § 1º, da Constituição.

A **quarta assertiva** está correta. Trata-se de literalidade do art. 31, § 2º, da CF/88.

O gabarito é a letra D.

15. (UFPR / Prefeitura de Almirante de Tamandaré – 2015) Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas, é correto afirmar:

a) Os Tribunais de Contas Municipais criados até o advento da Emenda Constitucional 15 de 1996 não violam a Constituição da República.

b) Os Tribunais de Contas julgarão as contas do Prefeito Municipal, sendo facultada à Câmara Municipal a apreciação do julgamento, podendo rejeitá-lo por dois terços dos vereadores presentes à sessão designada.

c) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

d) No âmbito municipal, os Tribunais de Contas julgarão, conjuntamente, as contas do Prefeito e da Câmara Municipal, além das contas dos órgãos, autarquias e fundações do respectivo ente federativo.

e) Os Tribunais de Contas julgarão as contas anuais do Prefeito Municipal, com subsequente aquiescência da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Comentários:

Letra A: errada. Não violam a Constituição os tribunais de contas municipais criados até a sua promulgação.

Letra B: errada. Compete à Câmara Municipal julgar as contas do Prefeito Municipal, não ao Tribunal de Contas.

Letra C: correta. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 31, § 2º, CF).

Letra D: errada. As contas do Prefeito são julgadas pela Câmara Municipal, não pelo Tribunal de Contas.



Letra E: errada. Os Tribunais de Contas emitirão um parecer sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 31, § 2º, CF).

O gabarito é a letra C.

16. (UEG / Prefeitura de Santa Helena – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a fiscalização dos Municípios, realizada sobre as contas anuais do prefeito, será exercida pelo Poder

a) Legislativo, mediante controle interno da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.

b) Executivo, mediante sistemas de controle interno, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelo controle externo da Câmara Municipal.

c) Judiciário, mediante controle externo, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

d) Legislativo, mediante controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Comentários:

A fiscalização dos Municípios é realizada pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei (art. 31, CF). O controle externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver (art. 31, § 1º, CF). O gabarito é a letra D.

17. (FGV / TCM-SP – 2015) Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

a) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;

b) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;

c) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;



d) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;

e) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

Comentários:

Essa é uma questão muito interessante! Para resolvê-la, você precisava saber o que prevê o art. 31, § 4º, CF/88, segundo o qual “**é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais**”.

Com base nesse dispositivo, é possível afirmar que, **após a Constituição Federal de 1988**, não podem ser criados Tribunais de Contas Municipais. Observe que, no Brasil, existem dois Tribunais de Contas de **natureza municipal** (o TCM-SP e o TCM-RJ). No entanto, o TCM-SP e o TCM-RJ apenas existem enquanto órgãos municipais porque eles foram criados antes da CF/88.

Destaca-se a posição do STF de que poderá ser instituído no Município um Tribunal de Contas que, embora atue em um Município específico, será um **órgão estadual**. Esse órgão será denominado **Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios** (ADI 687, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 10.02.2006).

Vamos às alternativas!

Letras A, B e C: erradas. **Não poderá ser criado um Tribunal de Contas no Município**, ainda que haja previsão na Lei Orgânica, lei estadual ou em lei federal. Caso isso ocorresse, haveria violação direta ao art. 31, § 4º, CF/88.

Letra E: errada. A CF/88 não admite a criação de um Tribunal de Contas do Município. A Carta Magna autoriza apenas a criação de **órgão estadual**, denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios.

O gabarito é a letra D. A CF/88 **não autoriza** a criação de órgão municipal de contas.

18. (FGV / TCM-SP – 2015) A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados.

() O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo.

() Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.

A sequência correta é:

a) V – F – F;



- b) F – V – V;
- c) F – F – F;
- d) V – V – V;
- e) V – F – V.

Comentários:

A primeira assertiva está errada. As empresas públicas e as sociedades de economia mista **estão sujeitas à fiscalização do TCU**, inclusive aquelas que exploram atividade econômica. A fiscalização do TCU não se limita aos bens ou valores públicos, mas todos os bens administrados pelas empresas públicas ou sociedades de economia mista.

A segunda assertiva está errada. Os Tribunais de Contas não julgam as contas do Chefe do Poder Executivo. Eles apenas apreciam as contas do Chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio. O **juízo** dessas contas **cabem ao Poder Legislativo**.

A terceira assertiva está errada. O Tribunal de Contas não integra a estrutura do Poder Legislativo. Trata-se de **órgãos autônomos**. Suas decisões **não estão suscetíveis à revisão** pelo Poder Legislativo.

O gabarito é a letra C.

19. (FGV / TCE-RJ – 2015) O Chefe do Poder Executivo de determinado município nordestino formulou consulta à sua assessoria jurídica solicitando que fosse esclarecido para qual órgão deveriam ser encaminhadas as contas a respeito da aplicação dos recursos repassados pela União, em razão da participação do município no resultado da exploração de gás natural realizada em seu território. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que as contas devem ser analisadas:

- a) pelo Tribunal de Contas do respectivo município, pois a receita auferida se incorporou ao patrimônio municipal;
- b) exclusivamente pela Câmara Municipal, órgão competente para emitir parecer e julgar as contas de governo apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo do município;
- c) pelo Tribunal de Contas da União, pois os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são de propriedade da União;
- d) exclusivamente pelo Congresso Nacional, órgão competente para apreciar a correta aplicação de bens e receitas da União;
- e) pelo Tribunal de Contas do Estado, pois pertencem a cada ente federativo as receitas recebidas a título de participação, sendo tão somente repassadas pela União.

Comentários:



Para resolver essa questão, você deveria saber que os royalties são considerados “**receita própria**” dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão do art. 20, § 1º, CF/88. Por isso, não é da competência do TCU fiscalizar os recursos repassados aos Municípios na forma de *royalties*. A competência é dos **Tribunais de Contas Estaduais**.

Foi exatamente esse o posicionamento do STF no MS 24.312. Segundo a Corte, cabe ao TCU apenas a fiscalização dos recursos repassados pela União “mediante *convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município*”.

O gabarito é a letra E.

20. (CONSULPLAN / CBTU – 2014) Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos 1/3 pelo Congresso Nacional.
- b) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- c) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- d) Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias a contar de seu recebimento.

Comentários:

Letra A: errada. Os Ministros do TCU serão escolhidos 2/3 (dois terços) pelo Congresso Nacional.

Letra B: correta. O controle externo é de competência do Congresso Nacional. É exercido com o auxílio do TCU.

Letra C: correta. As decisões do TCU de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo extrajudicial.

Letra D: correta. O TCU tem competência para apreciar as contas do Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias a contar do seu recebimento.

O gabarito é a letra A.

21. (VUNESP / Prefeitura de São José do Rio Preto – 2014) No que tange à fiscalização e controle dos Municípios, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar:

- a) só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- b) só deixará de prevalecer por decisão judicial referente à nulidade procedimental



- c) só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da Câmara Municipal.
- d) só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal
- e) só deixará de prevalecer se não ficarem à disposição do contribuinte pelo prazo de 90 (noventa dias) para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade mediante pedido de revisão das contas.

Comentários:

Segundo o art. 31, § 2º, CF/88, “o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, **só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal**”. O gabarito é a letra D.

22. (VUNESP / TJ-SP – 2013) Com relação à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, prevista nas Constituições Federal e Estadual, é correto afirmar que

- a) a Assembleia Legislativa prestará suas contas, anualmente, ao Tribunal de Contas.
- b) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Senado Federal.
- c) qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas da União.
- d) o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Justiça.
- e) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

Comentários:

Letra A: errada. A prestação de contas anual cabe ao **Presidente da República** e, nos Estados, ao **Governador**.

Letra B: errada. O controle externo, o cargo do Congresso Nacional, é exercido como o **auxílio do TCU**.

Letra C: correta. Segundo o art. 74, § 2º **qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato** é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Letra D: errada. Nos Estados, o controle externo está a cargo da Assembleia Legislativa, que o exerce com auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Letra E: errada. As decisão do TCU de que resulte imputação de débito ou multar **terão eficácia** de título executivo.

O gabarito é a letra C.

23. (FGV / OAB – 2013) Acerca do controle externo da Administração, assinale a afirmativa correta.



- a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- b) O Tribunal de Contas não tem competência para julgar as contas das empresas públicas e sociedades de economia mista, por ausência de previsão constitucional.
- c) A competência dos Tribunais de Contas dos Estados pode ser reduzida em relação ao modelo federal, em decorrência da capacidade de auto-organização do Estado-membro.
- d) As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.
- e) O controle externo da Administração é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e pelo Ministério Público de cada ente da Federação.

Comentários:

Letra A: errada. A Súmula nº 347/STF dispõe que o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, **pode apreciar a constitucionalidade** das leis e dos atos do Poder Público.

Letra B: errada. As empresas públicas e as sociedades de economia mista também estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Letra C: errada. Pelo princípio da simetria, as normas estabelecidas para o TCU aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.

Letra D: correta. De fato, as decisões do TCU terão eficácia de título executivo extrajudicial (art. 71, § 3º).

Letra E: errada. O Ministério Público não tem competência para realizar o controle externo da Administração Pública.

O gabarito é a letra D.

24. (FGV / SUDENE – 2013) Petrus é administrador público, chefe do executivo, tendo sido comunicado pelo Congresso Nacional que deveria sustar a execução de determinado contrato administrativo, por força da constatação de irregularidades pelo Tribunal de Contas da União. Nos termos da Constituição Federal, cabe ao Tribunal de Contas, ao exercer o controle externo,

- a) imputar multa, sendo a decisão título executivo extrajudicial.
- b) impor sanções pessoais aos administradores relapsos, equiparadas à prisão civil.
- c) estabelecer a quebra dos sigilos bancários e telefônicos dos administradores.
- d) determinar a sustação imediata de contratos, quando aferir irregularidades.
- e) aguardar autorização do Ministério Público para realizar auditorias.



Comentários:

Letra A: correta. As decisões do TCU de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de **título executivo extrajudicial**.

Letra B: errada. O TCU pode impor sanções aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas. Todavia, essas sanções não são equiparadas à prisão civil.

Letra C: errada. O TCU **não tem competência** para determinar a quebra de sigilo bancário e sigilo telefônico.

Letra D: errada. A **sustação de contratos administrativos** não é feita diretamente pelo TCU, mas sim pelo Congresso Nacional.

Letra E: errada. O TCU não precisa de autorização do Ministério Público para realizar auditorias.

O gabarito é a letra A.

25. (FGV / INEA – 2013) Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União determina que o Executivo deve sustar a execução, até que as irregularidades sejam sanadas. Nos termos da Constituição Federal:

- a) a suspensão dos contratos administrativos é competência do Tribunal de Contas da União.
- b) a competência para a sustação é do Congresso Nacional, comunicado pelo Tribunal de Contas.
- c) o ato de sustação de contratos está no âmbito da fiscalização contábil.
- d) a sustação dos contratos administrativos é atribuição privativa do Executivo.
- e) a sustação dos contratos, quando irregulares, deve ser sugerida pelo Congresso Nacional.

Comentários:

Letra A: errada. A sustação de contratos administrativos não é feita diretamente pelo TCU, mas sim pelo Congresso Nacional.

Letra B: correta. De fato, a competência para a sustação de contratos administrativos é do **Congresso Nacional**.

Letra C: errada. A sustação de contratos está fora do âmbito da fiscalização contábil. Trata-se de matéria de competência do Congresso.

Letra D: errada. A sustação dos contratos administrativos é atribuição do Poder Legislativo.

Letra E: errada. A sustação de contratos administrativos é feita diretamente pelo Congresso Nacional.

O gabarito é a letra B.



26. (FGV / Fundação Pró-Sangue – 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno tem a finalidade de:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- b) realizar, por iniciativa própria ou por determinação do Poder Legislativo, inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município.
- e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.

Comentários:

Letra A: errada. Essa é tarefa do controle externo (art. 71, III).

Letra B: errada. Outra tarefa de responsabilidade do controle externo (art. 71, IV).

Letra C: errada. Mais uma atribuição do controle externo (art. 71, IX).

Letra D: errada. Também é atribuição do controle externo (art. 71, VI).

Letra E: correta. Segundo o art. 74, II, é tarefa do controle interno **comprovar a legalidade e avaliar os resultados**, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

O gabarito é a letra E.

27. (FGV / Senado Federal – 2008) A respeito do Tribunal de Contas da União, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Ao Tribunal de Contas da União compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- b) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.



c) O Tribunal de Contas da União, órgão integrante do Poder Judiciário, é composto de nove ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre brasileiros de mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral e reputação ilibada.

d) Compete ao Tribunal de Contas da União prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

e) Compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, dentre elas, multa proporcional ao dano causado ao erário.

Comentários:

Letra A: correta. É o que prevê o inciso II do art. 71 da Constituição Federal. O TCU tem competência para **julgar as contas** dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

Letra B: correta. Esse é o exato teor da Súmula Vinculante nº 3:

“Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Letra C: errada. O TCU **não integra** o Poder Judiciário.

Letra D: correta. Trata-se de competência do TCU, prevista no art. 71, VII, CF/88.

Letra E: correta. Segundo o art. 71, VIII, o TCU tem competência para aplicar aos responsáveis, em caso de **ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas**, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, **multa proporcional ao dano causado ao erário**.

A letra C é o gabarito.



LISTA DE QUESTÕES

Poder Legislativo

1. CEBRASPE/CGE-RJ/2024

A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, estados, servidores públicos, competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do STF.

Ainda que o repasse de recursos federais aos estados ocorra sem prévia celebração de convênio, mantém-se a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para a fiscalização e aplicação desses recursos.

2. CEBRASPE/CGE-RJ/2024

No que se refere ao controle da atividade financeira do Estado e às atribuições dos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

A fiscalização dos tribunais de contas é exercida por iniciativa própria ou por iniciativa do Poder Legislativo.

3. CEBRASPE/CBM-PA/2024

De acordo com a CF, a competência para autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio, nos casos de declaração de estado de guerra, pertence

- a) ao Conselho de Defesa Nacional.
- b) à Câmara dos Deputados.
- c) ao Congresso Nacional.
- d) ao Conselho da República.
- e) ao Senado Federal.

4. FCC/TRT 11ª Região/2024

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente

- a) ao Senado Federal aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- b) ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.



- c) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- e) à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

5. FCC/TRT 12ª Região/2023

De acordo com a Constituição Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União

- a) integram o Tribunal de Contas da União, no total de 9 Ministros, sendo todos escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo 2 alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, segundo critérios de antiguidade e merecimento.
- b) serão nomeados dentre brasileiros natos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, com idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, com mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os citados conhecimentos.
- c) serão escolhidos: 1/3 pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo 2 alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Federal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e 2/3 pelo Senado Federal.
- d) terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e integram, no total de 9 Ministros, o Tribunal de Contas da União, que tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território nacional.
- e) serão nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade que cumprirem os requisitos necessários e terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, observadas as normas previstas na Constituição Federal com relação à aposentadoria e pensão.

6. (FGV/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2023) Com o objetivo de desonerar certo setor econômico, João, Deputado Federal, apresentou projeto de lei reduzindo a alíquota concernente a um imposto de competência da União, o que acarretaria a correlata redução da carga tributária.

Ao analisar a constitucionalidade formal da referida proposição, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados concluiu corretamente que

- a) a matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República, por versar sobre tributos.
- b) trata-se de matéria de iniciativa privativa dos membros do Congresso Nacional, logo, João poderia apresentar o projeto.



c) João tem legitimidade para apresentar o projeto, mas deve instruí-lo com estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

d) a matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República, considerando que, ao acarretar a redução da receita, impacta no orçamento.

e) a espécie legislativa escolhida por João está errada, considerando que a matéria deveria ser disciplinada em lei complementar.

7. (FGV/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2023) O Congresso Nacional editou a Resolução nº X, por meio da qual realizou uma delegação legislativa ao Presidente da República, autorizando-o a disciplinar os aspectos afetos à consolidação das leis. Com base na referida Resolução, foi editada a Lei Delegada nº Y. Apesar de o Chefe do Poder Executivo ter observado os estritos termos da delegação, o Congresso Nacional considerou que a disciplina estabelecida não era a mais adequada, destoando de outros padrões predominantes em diversos Estados de Direito. Por tal razão, editou o Decreto Legislativo nº W, sustando os efeitos da Lei Delegada nº Y.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação a cada um dos aspectos da narrativa, analisados isoladamente, que

a) não apresenta nenhuma irregularidade.

b) apresenta irregularidade apenas em relação ao objeto da Resolução nº X.

c) apresenta irregularidade apenas em relação à sustação dos efeitos da Lei Delegada nº Y.

d) apresenta irregularidade apenas em relação ao não referendo da Lei Delegada nº Y pelo Congresso Nacional.

e) apresenta irregularidades apenas em relação ao objeto da Resolução nº X e à sustação dos efeitos da Lei Delegada nº Y.

8. (FGV/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2023) O Presidente da República encaminhou, ao Poder Legislativo, proposição fixando os seus subsídios, os do Vice-Presidente da República e os dos Ministros de Estado para o exercício financeiro seguinte. Após regular discussão, foi aprovado substitutivo no âmbito da Casa Legislativa iniciadora, chancelado pela Casa revisora, que aumentou os valores inicialmente propostos, considerados módicos pelos parlamentares. O Presidente da República, ao receber a proposição, a vetou, sendo o veto rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Por fim, o Presidente da República promulgou a Lei nº X, que veio a ser publicada.

À luz da sistemática constitucional afeta à fixação dos subsídios do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros, é correto afirmar, em relação às fases descritas na narrativa, que

a) todas estão certas.

b) todas apresentam incorreções.



- c) apenas apresenta incorreção em relação à promulgação.
- d) apenas apresenta incorreção em relação à rejeição do veto.
- e) apenas apresenta incorreção em relação ao substitutivo apresentado.

9. (VUNESP/PREF. SP/2023) De acordo com o disposto na Constituição Federal, a competência para convocar plebiscito é.

- A) do Congresso Nacional, e não se exige a sanção do Presidente da República.
- B) do Congresso Nacional, e depende da sanção do Presidente da República.
- C) do Senado Federal, e não se exige a sanção do Presidente da República.
- D) da Câmara dos Deputados, e depende da sanção do Presidente da República.
- E) do Presidente da República, dependendo da concordância do Tribunal Superior Eleitoral.

10. VUNESP/TCM SP/2023

Considere que Pedro é brasileiro, tem 30 (trinta) anos de idade, possui idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos contábeis e 5 (cinco) anos de efetiva atividade profissional que exige os conhecimentos de contabilidade mencionados. Pedro deseja ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Pedro

- a) poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, bem como terá as mesmas garantias dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) somente poderia ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União se ele tivesse mais de 50 (cinquenta) anos de idade.
- c) não poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, pois não possui a idade mínima exigida, bem como não comprovou deter 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional que exija seus conhecimentos de contabilidade.
- d) somente poderia ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União se ele tivesse mais de 15 (quinze) anos de exercício efetivo de função pública.
- e) poderá ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, bem como terá as mesmas prerrogativas e impedimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

11. (FUNDATEC / Câmara de Triunfo – 2018) De acordo com o Art. 44 da Constituição Federal de 1988, o Poder Legislativo no Brasil é exercido pelo(a):

- a) Tribunal de Contas da União.
- b) Procuradoria-Geral da República.
- c) Congresso Nacional.



- d) Conselho da República.
- e) Supremo Tribunal Federal.

12.(FUNDATEC / PC-RS – 2018) Assinale a alternativa que corresponde à competência exclusiva do Congresso Nacional.

- a) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) Dispor sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- c) Concessão de anistia.
- d) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição; b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território; d) Presidente e diretores do Banco Central; e) Procurador-Geral da República; f) titulares de outros cargos que a lei determinar.
- e) Incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.

13.(FEPESE / CELESC–Advogado – 2018) É correto afirmar sobre a organização dos poderes:

- a) Os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos antes da diplomação.
- b) A partir da posse, os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Recebida a denúncia contra membros do Congresso Nacional, os autos serão suspensos enquanto durar o mandato.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- e) A sustação do processo penal contra parlamentar, enquanto durar o mandato, deverá ser analisada pela respectiva Casa dentro de vinte e quatro horas.

14.(FUNCAB / PC-PA – 2016) Charles de Montesquieu (1689 - 1755), político, filósofo, escritor francês, é autor da célebre obra "O Espírito das Leis". Neste livro, o referido pensador teoriza sobre a separação dos poderes. No que respeita ao Poder Legislativo, segundo a Constituição, é correto afirmar:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- b) O numero total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de cinco ou mais de sessenta Deputados.
- c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- d) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.



e) Cabe ao Congresso Nacional . independentemente da sanção do Presidente da República, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

15.(FUNCAB / PC-PA – 2016) Sobre a competência do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

c) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.

d) Compete exclusivamente ao Congresso nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

e) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

16.(FUNCAB / CRF-RO – 2015) Conforme a Constituição Federal vigente as comissões parlamentares de inquérito:

a) podem ser constituídas para investigação de quaisquer fatos ocorridos em território brasileiro, sendo derivadas da atribuição investigatória do Congresso Nacional no plano financeiro-orçamentário.

b) têm autonomia para investigar fatos diversos daquele que motivou sua instauração, havendo liberdade ampliada decorrente da independência dos poderes.

c) têm que se constituir por termo certo, não podendo ser permanentes mas podendo gozar de prorrogações de seu prazo inicial até o limite máximo de duas legislaturas.

d) submetem-se, além dos pressupostos materiais, ao requisito formal de que o pedido de sua instalação seja formulado por um terço dos membros do órgão instituidor.

e) titularizam a investigação político-administrativa e seus poderes incluem a averiguação dos fatos, o processo e o julgamento de indiciados, bem como a oitiva de testemunhas.

17.(FUNCAB / PC-PA – 2016) Com relação aos Deputados Federais e Senadores, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

b) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares em tempo de guerra, não dependerá de prévia licença da Casa respectiva.



- c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- d) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- e) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de um terço dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

18.(FUNCAB / ANS – 2015) No que tange às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar.

- a) Um dos pressupostos materiais das Comissões Parlamentares de Inquérito é o prazo certo, o qual demonstra o intervalo de tempo necessário para a conclusão das apurações dos fatos. Nesta linha, o entendimento da Suprema Corte é no sentido de não admitir prorrogações sucessivas na mesma legislatura.
- b) A constituição das comissões Parlamentares de Inquérito será mediante requerimento de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- c) A atividade das Comissões Parlamentares de Inquérito é submetida a dois pressupostos materiais: prazo certo e fato indeterminado.
- d) As comissões Parlamentares de Inquérito não possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- e) As Comissões Parlamentares de Inquérito são limitadas pela competência, conteúdo e matéria da investigação político-administrativa. Assim, suas atribuições são restringidas à indagação probatória, não lhe competindo o processo e julgamento de indiciados e testemunhas.

19.(FUNCAB / SEDS-TO – 2014) Sobre Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) Na estrutura do Poder Legislativo brasileiro, deputados e senadores são eleitos pelo voto direto, por sistema proporcional.
- b) Segundo a Constituição, aos membros do Poder Legislativo Municipal não são asseguradas imunidades formais e nem materiais.
- c) Segundo o STF, Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar prisão preventiva.
- d) Segundo o STF, as imunidades parlamentares podem ser objeto de renúncia.

20.(FUNCAB / SEFAZ-BA – 2014) NÃO é competência privativa do Senado Federal:

- a) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade;
- b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República;
- c) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;



d) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

21.(FUNCAB / ANS – 2013) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar.

a) Somente poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, separadamente.

b) A Comissão Parlamentar de Inquérito somente será instaurada para a apuração de fato determinado e por prazo certo.

c) Para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, em uma das casas do parlamento, exige-se o requerimento de dois quintos de seus membros.

d) As conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito deverão ser encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

e) As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais.

22.(FUNCAB / PC-RJ – 2012) O art. 58, § 3º, da Constituição Federal de 1988 consagrou, no Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito. No que se refere ao poder investigatório da Comissão, é correto afirmar:

a) Pode ouvir testemunhas, inclusive com a possibilidade de condução coercitiva.

b) Não pode quebrar o sigilo bancário, fiscal e de dados de pessoa que esteja sendo investigada.

c) Pode determinar quaisquer buscas e apreensões imprescindíveis à elucidação do objeto da investigação, desde que fundamente sua decisão.

d) Pode determinar a aplicação de medidas cautelares, tais como indisponibilidade de bens, arrestos e sequestros, na hipótese de fundado receio de remessa para o exterior dos bens, públicos ou privados, adquiridos pela organização criminosa investigada.

e) No interesse da investigação, possuem competência para decretar todas as espécies de prisões cautelares, desde que haja prejuízo para a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.

23.(FUNCAB / PC-RJ – 2012) Acerca das Reuniões ou Sessões do Poder Legislativo, qual das hipóteses abaixo NÃO possui previsão constitucional?

a) Sessão Extraordinária.

b) Sessão Ordinária.

c) Sessão Conjunta.

d) Sessão Preparatória.

e) Sessão Interventiva.

24.(FUNCAB / PC-RO – 2012) A respeito das comissões parlamentares de inquérito, a Constituição Federal dispõe que:

a) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

b) visam a apurar fato determinado e são instituídas para vigorar por prazo indeterminado, a critério de seu presidente.



- c) dependem de iniciativa popular para sua criação, ou requerimento da maioria simples dos parlamentares.
- d) não podem quebrar o sigilo fiscal do investigado sem prévia autorização judicial.
- e) sua instalação depende do requerimento de dois terços dos parlamentares membros da respectiva casa, ou das duas, em caso de CPI mista.

25.(FUNCAB / PC-ES – 2013) Acerca do Poder Legislativo e de seus membros, é INCORRETO afirmar:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Compete ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador -Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- c) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- d) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- e) Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

26.(FUNCAB / ANS – 2013) Aponte a afirmativa correta, sobre a organização do Poder Legislativo, prevista na Constituição Federal.

- a) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa compete, privativamente, à Câmara dos Deputados.
- b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- c) Os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- d) Os deputados e senadores não poderão, desde a posse, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- e) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.



27.(FUNCAB / PC-RJ – 2012) Acerca da organização do Poder Legislativo, é correto o que se afirma em:

- a) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- b) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar, por dois terços dos seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- d) Compete privativamente ao Senado Federal apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- e) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

28.(FUNCAB / SUDECO – 2013) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo e tem, dentre outras, a competência constitucional de apreciar:

- a) as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias de seu recebimento.
- b) as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta.
- c) as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta.
- d) a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres aos Estados.
- e) as sanções previstas em lei, aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.

29.(FUNCAB / MPE-RO – 2012) Conforme previsto na Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.
- b) executar os programas de governo.
- c) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão.
- d) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- e) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias.

30.(FUNCAB / Pref. Porto Velho – 2009) No que concerne a organização de poderes do Estado assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Legislativo, exercido pelo Senado Federal, é composto por representantes do povo e dos Estados da Federação e do Distrito Federal.



- b) A instauração de processo contra o Presidente da República deve ser precedida de autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) As Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem ser criadas por prazo indeterminado.
- d) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) É vedada a instituição de sistema de controle interno nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, segundo o princípio da separação de poderes.

31.(FUNDATEC / Câmara de Imbé–Advogado – 2012) Segundo a Constituição Federal, entre outras, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- I. Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a trinta dias.
- II. Fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observadas as normas constitucionais pertinentes.
- III. Fixar os subsídios do Presidente e do Vice- Presidente da República e dos Ministros de Estado, observadas as normas constitucionais pertinentes.
- IV. Escolher os nove membros do Tribunal de Contas da União.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

32.(FUNDATEC / Câmara de Imbé–Advogado – 2012) Segundo as disposições da Constituição Federal, entre outras, é da competência exclusiva do Senado Federal:

- I. Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- II. Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
- IV. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas I, II e III.



d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

33.(FUNDATEC / PGE-RS – 2011) No âmbito do Congresso Nacional, as Comissões Parlamentares de Inquérito:

I. Serão criadas mediante requerimento de um terço dos membros de cada uma de suas Casas, em conjunto ou separadamente, que deverá ser aprovado pelo respectivo plenário.

II. Sua composição deve contemplar, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

III. A possibilidade de realizar quebra do sigilo telefônico não se inclui entre os “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” que lhes são atribuídos pela Constituição da República.

Destas afirmações, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, estão corretas:

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas I e III.

34.(FUNIVERSA / SAPeJUS-GO – 2015) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa correta.

a) Podem, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), determinar a realização de interceptações telefônicas.

b) Não se encontram constitucionalmente autorizadas a convocar ministro de Estado, tendo em vista que se trata de atribuição exclusiva do Congresso Nacional como um todo ou de uma de suas Casas Legislativas.

c) Poderão, segundo o teor literal da CF, ter por objeto fato indeterminado, desde que por prazo certo.

d) Terão, segundo o teor literal da CF, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.

e) Não estão autorizados a apreciar programas de obras regionais e setoriais de desenvolvimento, segundo o STF, em razão da separação dos Poderes.

35.(FUNIVERSA / SEPLAG-DF – 2009) As CPIs são formadas a partir de requerimento de parte dos integrantes da Casa Legislativa. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a falta de indicação de integrantes da CPI pelos líderes partidários não pode impedir o início do seu funcionamento, sob pena de afronta ao direito público subjetivo das minorias legislativas.

36.(FUNIVERSA / PC-DF – 2009) A inviolabilidade profissional justifica a ausência de advogados para comparecerem como testemunhas ou indiciados perante as CPIs.

37.(FUNIVERSA / PC-DF – 2009) A imunidade formal dos parlamentares obsta, inclusive, sua prisão decorrente de sentença judicial transitada em julgado.



Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional

38.(FUNDATEC / IGP-RS – 2017) Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas da União.
- c) O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por 11 ministros e tem jurisdição em todo território nacional.
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos em um terço pelo Presidente da República e dois terços pelo Congresso Nacional.



GABARITO

1. CORRETA
2. CORRETA
3. LETRA C
4. LETRA A
5. LETRA E
6. LETRA C
7. LETRA E
8. LETRA B
9. LETRA A
10. LETRA C
11. LETRA C
12. LETRA A
13. LETRA D
14. LETRA A
15. LETRA E
16. LETRA D
17. LETRA D
18. LETRA E
19. LETRA C
20. LETRA B
21. LETRA B
22. LETRA A
23. LETRA E
24. LETRA A
25. LETRA C
26. LETRA E
27. LETRA A
28. LETRA A
29. LETRA D
30. LETRA B
31. LETRA B
32. LETRA E
33. LETRA B
34. LETRA D
35. CORRETA
36. ERRADA
37. ERRADA
38. LETRA E



LISTA DE QUESTÕES

Poder Legislativo

1. **(IBFC / Pref. de Conde-PB – 2019) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das competências privativas da Câmara dos Deputados.**
 - a) Processar e julgar o Presidente e o Vice- Presidente da República nos crimes de responsabilidade
 - b) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
 - c) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente
 - d) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios
2. **(IBFC / Pref. de Conde-PB – 2019) Sobre a perda do mandato dos Deputados e Senadores, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que não perderá o mandato.**
 - a) Caso seja investido no cargo de Governador de Território
 - b) Caso perca ou tenha suspensos os direitos políticos
 - c) Caso deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer
 - d) Caso o procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar
3. **(IBFC / Prefeitura de Divinópolis – 2018) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:**
 - a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal
 - b) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas
 - c) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão
 - d) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta
4. **(IBFC / TJ-PE – 2017) Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), analise os itens abaixo:**
 - I) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas conjuntamente, pelas duas casas do Congresso Nacional.
 - II) Para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, é necessária a apresentação de requerimento de um quarto dos membros da respectiva Casa Legislativa e servirá para apurar fato determinado.
 - III) As Comissões Parlamentares de Inquérito não têm prazo determinado e, se for o caso, suas conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, com a determinação para que promova ação penal buscando responsabilizar criminalmente os infratores.



IV) As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, inclusive, determinar o cumprimento de medidas cautelares patrimoniais e pessoais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas III é correto.
- b) Apenas I é correto.
- c) Apenas I e IV são corretos.
- d) Apenas II e IV são incorretos.
- e) I, II, III e IV são incorretos.

5. (IBFC / CBM-BA – 2017) Assinale a alternativa correta sobre o Congresso Nacional nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

- a) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pela Câmara dos Deputados sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- b) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- d) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pela Câmara dos Deputados sendo que cada legislatura terá a duração de oito anos.
- e) O Poder Legislativo é exercido exclusivamente pelo Senado Federal sendo que cada legislatura terá a duração de seis anos.

6. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) O Deputado Federal ou o Senador perderá o mandato se, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes
- b) O Senador perderá o mandato se, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum” em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público
- c) O Deputado Federal perderá o mandato se, desde a expedição do diploma, for proprietário ou controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público
- d) O Senador perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada
- e) O Deputado Federal ou o Senador perderá o mandato se praticar atos de abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou percepção de vantagens indevidas, sendo tais atos considerados incompatíveis com o decoro parlamentar.

7. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre o Congresso Nacional para assinalar a alternativa correta.



- a) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 24 de dezembro
- b) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 5 de fevereiro a 10 de julho e de 5 de agosto a 28 de dezembro
- c) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de dezembro
- d) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro
- e) Ordinariamente, o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro

8. (IESES / TJ-CE – 2017) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Segundo a CF/88 cada Estado e o Distrito Federal elegerão:

- a) 2 (dois) senadores.
- b) 4 (quatro) senadores.
- c) 3 (três) senadores.
- d) 5 (cinco) senadores.

9. (IESES / TJ-CE – 2017) No que se refere a seguridade social, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

- () Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos e desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- () Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido até a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de seus membros, poderá, até a decisão final, arquivar o andamento da ação.
- () As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de defesa, só podendo ser cassadas mediante o voto de maioria dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados no recinto do Congresso Nacional, que sejam compatíveis com a execução da medida.
- () Os Deputados e Senadores não poderão desde a candidatura serem proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- () Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – F – V
- b) V – F – V – F – F
- c) F – V – V – F – V
- d) V – F – F – V – V



10. (IESES / TJ-RO – 2017) A Câmara dos Deputados deu início ao processo que determinará se o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ou não investigar o presidente Michel Temer pelo crime de corrupção passiva, a partir da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A Constituição Federal determina que, para ser autorizada a abertura da investigação contra um presidente da República, são necessários:

- a) Três quintos dos membros da casa.
- b) Três quartos dos membros da casa.
- c) Dois terços dos membros da casa.
- d) Um terço dos membros da Casa.

11. (IBFC / MGS – 2015) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Constituição Federal sobre as competências da Câmara dos Deputados.

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados, aprovar previamente, por voto aberto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice- Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados, aprovar previamente, por voto aberto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.

12. (IBFC / TJ-PR – 2014) Assinale a alternativa correta:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal eleitos segundo o princípio proporcional.
- b) A denominada imunidade formal é aquela em que os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o parlamentar que se licenciar para o exercício de outro cargo fora do Parlamento, apesar de não perder o mandato, perderá as imunidades parlamentares.
- d) As comissões parlamentares de inquérito não detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

13. (IBFC / TRE-AM – 2014) Às Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da matéria de sua competência, cabe, EXCETO:

- a) Determinar a indisponibilidade de bens da pessoa investigada.
- b) Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- c) Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- d) Apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.



14. (IBFC / TRE-AM – 2014) Com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Serão criadas pela Câmara do Deputados ou pelo Senado, separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.
- b) Não têm sua duração limitada no tempo e possui poderes irrestritos para investigar qualquer fato.
- c) Não podem impor penalidades ou condenações.
- d) Suas conclusões devem ser encaminhadas ao Presidente da República.

15. (IBFC / PC-RJ – 2013) Analise as assertivas abaixo, que tratam de matéria relativa às imunidades parlamentares previstas na Constituição Federal:

I. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Congresso Nacional.

II. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

III. Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

IV. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV
- d) I e IV.
- e) III e IV.

16. (IBFC / MPE-SP – 2013) Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), criadas pelo Senado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ao serem instauradas, podem ter por objeto a apuração de fato indeterminado.
- b) Somente serão criadas por requerimento subscrito por, no mínimo, dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- c) Podem impor penalidades ou condenações, porque possuem poderes próprios das autoridades judiciais.
- d) Devem encaminhar relatório circunstanciado, com as conclusões, ao Ministério Público, para que este promova, eventualmente, a responsabilização civil ou criminal.
- e) Apesar de serem temporárias, criadas por prazo certo, poderão requerer a prorrogação do respectivo prazo, inclusive para ultrapassar o período da legislatura.

17. (IESES / TJ-MS – 2014) Sobre deputados e senadores, de acordo com a CRFB/88, é correto afirmar:



- a) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- b) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos.
- c) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- d) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, independará de prévia licença da Casa respectiva.

18. (IESES / TJ-MS – 2014) De acordo com a CRFB/88, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, ainda que de licença, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer.
- b) Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- c) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- d) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

19. (IESES / TJ-MS – 2014) É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) Resolver sobre todos os tratados, acordos ou atos internacionais.
- b) Autorizar, independente do período, o Presidente e o Vice- Presidente da República a se ausentarem do País.
- c) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- d) Declarar guerra, celebrar a paz e permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

20. (IADES / TRE-PA – 2014) No que se refere ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) O congressista afastado de suas funções de parlamentar, para exercer cargo de Ministro de Estado – função do poder executivo – continuará a dispor de imunidades.
- b) Deputados e senadores, desde a posse, serão julgados pela prática de crimes comuns. É o designado foro especial em razão da função.
- c) Perderão o mandato o deputado ou o senador, que passarem a residir fora de Brasília.
- d) A renúncia ao mandato, ainda que esteja em tramitação e processo, que vise à decretação da perda de mandato, terá seu curso normal, restando prejudicado o processo em curso.
- e) As matérias, cuja competência é privativa da Câmara dos Deputados, serão disciplinadas por meio de resolução, o que implica não sofrer interferência do Senado ou da Presidência da República.



21. (IADES / CONAB – 2014) A respeito da organização dos Poderes, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma,

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, mesmo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- b) aceitar o exercício de cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- c) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- e) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

22. (IADES / EBSERH – 2013) Realiza o julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade, depois de admitida a acusação contra o mesmo, por uma das Casas do Congresso Nacional. O texto faz referência à(ao)

- a) Plenário da Câmara dos Deputados.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) Senado Federal.

23. (IADES / PGDF – 2011) A harmonia entre as funções estatais foi uma das cláusulas eleitas pela Constituinte como inalteráveis pelo processo de emenda constitucional. Nesse sentido, uma das funções mais importantes que dizem respeito ao Legislativo é a de fiscalização. Dentre os modos de realizá-la, o Parlamento utiliza-se das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI. Acerca da disciplina desse instituto, assinale a alternativa incorreta.

- a) As CPIs, além de outras formas previstas nos Regimentos Internos das Casas Legislativas, têm poderes de investigação que são próprios dos Membros do Poder Judiciário.
- b) As CPIs têm poder para determinar, se for necessário, a conduta coercitiva de testemunhas, sem a intervenção judicial.
- c) As CPIs podem, sem necessitar de prévio consentimento judicial, determinar, desde que fundamentadamente, e para o objeto diretamente relacionado com a matéria investigada, buscas no domicílio do investigado.
- d) As CPIs podem, sem necessitar de prévia autorização judicial, determinar, inclusive, a quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados, neste último, incluído o telefônico.
- e) A esposa do investigado, ao faltar com a verdade no seu testemunho perante uma CPI, não é passível de incorrer em crime de falso testemunho, tendo somente o investigado o que se denomina direito de mentir.



Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional

24. (IBFC / CGE-RN – 2019) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deve ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, tais como as nomeações para cargo de provimento em comissão
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social pessoa jurídica do terceiro setor participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo
- c) julgar as contas prestadas anualmente pela União, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento
- d) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

25. (IBFC / CGE-RN – 2019) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União
- b) comprovar a regularidade, quanto ao exercício do poder discricionário, relativo à gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas organizações não governamentais
- c) apoiar o controle interno das Organizações Sociais, no exercício de sua missão regulamentar
- d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias, a realização dos programas governamentais e a execução dos orçamentos públicos.

26. (IBADE / Câmara de Jaru-RO – 2019) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) apenas pelo controle interno de cada Poder.
- b) apenas pelo controle externo, a cargo do Poder Legislativo Federal.
- c) apenas pelo controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União.
- d) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, com o auxílio do Congresso Nacional, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- e) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

27. (IBADE / Câmara de Porto Velho – 2018) Sobre o Tribunal de Contas, é correto afirmar que ele é órgão:

- a) subordinado ao chefe do Poder Legislativo.
- b) pertencente ao Poder Judiciário e julga as contas dos órgãos públicos.
- c) que realiza o controle externo e interno de contas dos Governadores de Estado.



- d) subordinado ao chefe do Poder Executivo.
- e) auxiliar o Poder Legislativo na tarefa deste de realizar o controle externo.

28. (IBFC / TJ-PE – 2017) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão vinculado ao Poder Legislativo, que tem como missão institucional proceder ao controle externo das finanças públicas. Assinale a alternativa que NÃO contém uma das competências do referido Tribunal.

- a) Aplicar sanções previstas em lei nos casos de ilegalidade de despesas ou de irregularidades de contas.
- b) Realizar, por iniciativa exclusiva, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- d) Fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais das quais a União seja sócia, de forma direta ou indireta.
- e) Oferecer representação ao Poder competente quando da verificação de irregularidades ou abusos apurados.

29. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre a composição do Tribunal de Contas da União para assinalar a alternativa correta.

- a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quinto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional
- b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional
- c) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quarto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e dois terços pelo Congresso Nacional
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e um terço pelo Congresso Nacional
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um décimo pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional



GABARITO

1. LETRA B
2. LETRA A
3. LETRA B
4. LETRA B
5. LETRA C
6. LETRA C
7. LETRA E
8. LETRA C
9. LETRA A
10. LETRA C

11. LETRA A
12. LETRA C
13. LETRA A
14. LETRA C
15. LETRA C
16. LETRA D
17. LETRA A
18. LETRA A
19. LETRA C
20. LETRA E

21. LETRA B
22. LETRA E
23. LETRA C
24. LETRA D
25. LETRA A
26. LETRA E
27. LETRA E
28. LETRA B
29. LETRA B



LISTA DE QUESTÕES

Poder Legislativo

1. (UFPR/ Câmara de Curitiba – 2020) A respeito do Poder Legislativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O número total de Deputados será estabelecido por lei complementar.
- b) O Poder Legislativo detém a função típica de legislar e é exercido pela Câmara dos Deputados, com legislatura de cinco anos.
- c) A Câmara dos Deputados é o órgão de soberania composto de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário ou distrital, que exercerão a função legislativa infraconstitucional.
- d) Nenhuma unidade da federação deve ter menos de 10 ou mais de 50 deputados.
- e) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados possuem como função precípua o controle recíproco do exercício de suas funções, nesse caso deliberando por maioria absoluta dos votos de cada Casa, presente a maioria dos seus membros.

2. (UFPR/ Câmara de Curitiba – 2020) A respeito da organização constitucional dos Poderes da República e considerando particularmente os aspectos orgânicos e funcionais do Congresso Nacional, avalie as seguintes afirmativas:

- 1. Cada legislatura terá duração anual.
- 2. O número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar.
- 3. Nenhum Estado da federação deve ter menos de 8 ou mais de 70 deputados.
- 4. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria relativa de seus membros.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.



3. (UFG / SANEAGO-GO – 2018) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete privativamente ao Senado Federal:

- a) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, encaminhando ao Tribunal de Contas da União pedido de abertura de investigação.
- b) autorizar, por um terço de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, Procurador-Geral da República e o Advogado Geral da União.
- c) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado e o Procurador-Geral da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a vinte dias.
- d) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.

4. (NUCEPE / PC-PI – 2018) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são uma das formas do Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. Sobre as CPIs, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a Constituição atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário.
- b) A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito depende de autorização da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
- c) Visam apurar ilegalidades no âmbito do legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas para apurar qualquer fato dentro do prazo de uma legislatura, devendo suas conclusões serem remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União.
- e) Somente podem ser criadas pelo requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional, tendo por objeto a apuração de fato determinado.

5. (PUC-PR / TJ-MS – 2017) Assinale a alternativa CORRETA quanto ao Estatuto dos Congressistas.

- a) Os Deputados e Senadores são invioláveis civil, penal e administrativamente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- b) Mesmo depois de extinto o mandato, o parlamentar não poderá ser processado por suas opiniões, palavras e votos proferidos durante o mandato e relacionados ao exercício de suas funções.
- c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que esteja investido no cargo de Ministro de Estado.
- d) Os membros do Congresso Nacional podem ser presos em flagrante, ainda que por crime que admita fiança.
- e) Os Deputados e Senadores possuem imunidade em relação ao processo penal, a qual abrange, inclusive, os crimes ocorridos antes da diplomação.



6. (NUCEPE / SEJUS-PI – 2017) Assinale a alternativa INCORRETA sobre a disciplina constitucional do Poder Legislativo.

- a) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- c) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- d) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- e) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

7. (PUC-PR / Prefeitura de Maringá – 2015) Sobre a organização e atribuições do Poder Legislativo da União, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro Senadores, com mandato de oito anos e com renovação de metade deles a cada quatro anos.
- b) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- c) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a posse, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- d) A distinção entre leis ordinárias e complementares se dá no quórum de aprovação, de maioria simples nas primeiras e maioria absoluta nas segundas, e no fato de que as leis complementares existirão sempre que a Constituição Federal determinar que a matéria deve ser objeto de regulamentação por esse tipo legislativo.
- e) O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na capital federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, ainda que essas datas recaiam em sábados, sendo remarcadas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em domingos ou feriados.

8. (COPS-UEL / PC-PR – 2013) Sobre deputados e senadores, assinale a alternativa correta.

- a) Eles têm foro privilegiado e devem ser julgados, por crime comum, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Para serem processados criminalmente, é preciso prévia licença da Casa a que pertencem.



- c) Eles estão desonerados do dever de testemunhar em juízo, somente sendo obrigados a responder em juízo quando convocados na condição de réu.
- d) Podem ser presos, desde que em flagrante de crime inafiançável.
- e) Perderão o mandato depois de transitada em julgado a sentença judicial condenatória por quebra de decoro parlamentar.

9. (UEG / PC-GO – 2013) Na divisão das funções entre os poderes da república, cabe ao legislativo tarefas de legislar e fiscalizar, dentre outras. Essas tarefas são exercidas por meio do Congresso, cujos trabalhos desenvolvem-se

- a) no período da legislatura, que é de quatro anos e cujo término impede a continuidade das comissões.
- b) por meio de sessões legislativas ininterruptas, ordinárias e extraordinárias, em períodos legislativos anuais.
- c) no período da legislatura, que é de oito anos, coincidente com o mandato de senadores, dividido em sessões legislativas.
- d) em sessões legislativas ininterruptas, coincidentes com os mandatos dos deputados federais, que são de quatro anos.

10. (FGV / TCE-RJ – 2015) Dois deputados federais, líderes dos seus partidos políticos na respectiva Casa Legislativa, logo no início da legislatura, decidiram mobilizar-se com o objetivo de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A respeito da comissão a ser instaurada, é correto afirmar que:

- a) por ter poderes de investigação próprios de autoridade judicial, pode vir a determinar, em deliberação fundamentada, a quebra de sigilo telefônico;
- b) por tratar-se de comissão temporária, não é preciso observar-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa;
- c) comissão dessa natureza possui poderes próprios de autoridade judiciária, podendo convocar qualquer membro do Poder Executivo para prestar esclarecimentos;
- d) não pode convocar advogados para prestar esclarecimentos, pois esses agentes desempenham função essencial à administração da justiça;
- e) pode vir a determinar, em deliberação devidamente fundamentada, a realização de busca domiciliar, a ser cumprida durante o dia.

11. (FGV / ISS Niterói – 2015) Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída no âmbito da Câmara dos Deputados, deliberou, de maneira fundamentada e pela unanimidade dos seus membros, que:

- (1) o Chefe do Poder Executivo Federal deveria ser ouvido pela CPI;
- (2) seria determinada a quebra do sigilo bancário e telefônico de alguns servidores públicos federais titulares de cargos de provimento efetivo;
- (3) seria determinada a indisponibilidade dos bens dos envolvidos em desvios de recursos públicos;
- (4) as autoridades policiais deveriam providenciar a interceptação telefônica dos suspeitos de praticarem lavagem de dinheiro;



(5) poderia ser determinada a prisão em flagrante da testemunha que faltasse com a verdade durante depoimento prestado à CPI.

Considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito possui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é correto afirmar que as providências descritas em:

- a) (2) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional.
- b) (1), (3), (4) e (5) destoam da ordem constitucional.
- c) (2) e (3) destoam da ordem constitucional.
- d) (2) e (4) estão em harmonia com a ordem constitucional.
- e) (1) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional.

12. (FGV / TJ-PI – 2015) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados decidiram instituir comissão parlamentar de inquérito (CPI), formada por Senadores e Deputados Federais, com o objetivo de investigar o teor de certas decisões proferidas por um Juiz de Direito, já que sobre ele pesavam acusações de corrupção. Além disso, a comissão deveria apurar a existência de diversas irregularidades detectadas em determinado serviço público estadual, o qual estaria sendo prestado de maneira ineficiente, ensejando a proliferação da corrupção.

À luz da presente narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida CPI:

- a) foi irregularmente constituída;
- b) não pode investigar atos tipicamente jurisdicionais;
- c) pode investigar o serviço público estadual;
- d) teve o seu objeto regularmente delimitado;
- e) pode tornar-se permanente, por decisão do Legislativo.

Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional

13. (PUC-PR / TJ-MS – 2017) Assinale a alternativa CORRETA acerca dos Tribunais de Contas.

- a) As garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça não se estendem aos Ministros do Tribunal de Contas da União, pois são privativas de seu cargo.
- b) Apenas o Presidente da República possui competência para a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- c) A Constituição Federal de 1988 exige que, para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, o candidato deve ser brasileiro e, obrigatoriamente, graduado em direito.
- d) Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por nove Ministros.
- e) Compete ao Tribunal de Contas da União auxiliar o Congresso Nacional no controle externo de receitas públicas.



14. (UEG / Prefeitura de Santa Helena – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a fiscalização dos Municípios, realizada sobre as contas anuais do prefeito, será exercida pelo Poder

- a) Legislativo, mediante controle interno da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.
- b) Executivo, mediante sistemas de controle interno, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelo controle externo da Câmara Municipal.
- c) Judiciário, mediante controle externo, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- d) Legislativo, mediante controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

15. (FGV / TCM-SP – 2015) Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- a) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- b) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- c) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- d) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- e) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

16. (FGV / TCM-SP – 2015) A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados.
- () O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo.
- () Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.



A sequência correta é:

- a) V – F – F;
- b) F – V – V;
- c) F – F – F;
- d) V – V – V;
- e) V – F – V.

17. (FGV / TCE-RJ – 2015) O Chefe do Poder Executivo de determinado município nordestino formulou consulta à sua assessoria jurídica solicitando que fosse esclarecido para qual órgão deveriam ser encaminhadas as contas a respeito da aplicação dos recursos repassados pela União, em razão da participação do município no resultado da exploração de gás natural realizada em seu território. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que as contas devem ser analisadas:

- a) pelo Tribunal de Contas do respectivo município, pois a receita auferida se incorporou ao patrimônio municipal;
- b) exclusivamente pela Câmara Municipal, órgão competente para emitir parecer e julgar as contas de governo apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo do município;
- c) pelo Tribunal de Contas da União, pois os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são de propriedade da União;
- d) exclusivamente pelo Congresso Nacional, órgão competente para apreciar a correta aplicação de bens e receitas da União;
- e) pelo Tribunal de Contas do Estado, pois pertencem a cada ente federativo as receitas recebidas a título de participação, sendo tão somente repassadas pela União.

18. (FGV / OAB – 2013) Acerca do controle externo da Administração, assinale a afirmativa correta.

- a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- b) O Tribunal de Contas não tem competência para julgar as contas das empresas públicas e sociedades de economia mista, por ausência de previsão constitucional.
- c) A competência dos Tribunais de Contas dos Estados pode ser reduzida em relação ao modelo federal, em decorrência da capacidade de auto-organização do Estado-membro.
- d) As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.
- e) O controle externo da Administração é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e pelo Ministério Público de cada ente da Federação.

19. (FGV / SUDENE – 2013) Petrus é administrador público, chefe do executivo, tendo sido comunicado pelo Congresso Nacional que deveria sustar a execução de determinado contrato administrativo, por força da constatação de irregularidades pelo Tribunal de Contas da União. Nos termos da Constituição Federal, cabe ao Tribunal de Contas, ao exercer o controle externo,



- a) imputar multa, sendo a decisão título executivo extrajudicial.
- b) impor sanções pessoais aos administradores relapsos, equiparadas à prisão civil.
- c) estabelecer a quebra dos sigilos bancários e telefônicos dos administradores.
- d) determinar a sustação imediata de contratos, quando aferir irregularidades.
- e) aguardar autorização do Ministério Público para realizar auditorias.

20. (FGV / INEA – 2013) Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União determina que o Executivo deve sustar a execução, até que as irregularidades sejam sanadas. Nos termos da Constituição Federal:

- a) a suspensão dos contratos administrativos é competência do Tribunal de Contas da União.
- b) a competência para a sustação é do Congresso Nacional, comunicado pelo Tribunal de Contas.
- c) o ato de sustação de contratos está no âmbito da fiscalização contábil.
- d) a sustação dos contratos administrativos é atribuição privativa do Executivo.
- e) a sustação dos contratos, quando irregulares, deve ser sugerida pelo Congresso Nacional.

21. (FGV / Fundação Pró-Sangue – 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno tem a finalidade de:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- b) realizar, por iniciativa própria ou por determinação do Poder Legislativo, inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município.
- e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.



GABARITO

1. LETRA A
2. LETRA C
3. LETRA D
4. LETRA A
5. LETRA B
6. LETRA C
7. LETRA D
8. LETRA D
9. LETRA A

10. LETRA A
11. LETRA A
12. LETRA B
13. LETRA E
14. LETRA D
15. LETRA D
16. LETRA C

17. LETRA E
18. LETRA D
19. LETRA A
20. LETRA B
21. LETRA E



LISTA DE QUESTÕES

1. (Instituto AOCF/ Prefeitura de Betim – 2020) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante

- a) avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, bem como a execução e o acompanhamento dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- c) parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- d) parecer conclusivo que deverá ser elaborado em quarenta e cinco dias a contar de seu recebimento.
- e) parecer conclusivo que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

2. (IBFC / CGE-RN – 2019) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, deve ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, tais como as nomeações para cargo de provimento em comissão
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social pessoa jurídica do terceiro setor participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo
- c) julgar as contas prestadas anualmente pela União, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento
- d) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

3. (IBFC / CGE-RN – 2019) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União
- b) comprovar a regularidade, quanto ao exercício do poder discricionário, relativo à gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas organizações não governamentais
- c) apoiar o controle interno das Organizações Sociais, no exercício de sua missão regulamentar
- d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias, a realização dos programas governamentais e a execução dos orçamentos públicos.

4. (IBADE / Câmara de Jarú-RO – 2019) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:



- a) apenas pelo controle interno de cada Poder.
- b) apenas pelo controle externo, a cargo do Poder Legislativo Federal.
- c) apenas pelo controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União.
- d) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, com o auxílio do Congresso Nacional, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- e) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

5. (IBADE / Câmara de Porto Velho – 2018) Sobre o Tribunal de Contas, é correto afirmar que ele é órgão:

- a) subordinado ao chefe do Poder Legislativo.
- b) pertencente ao Poder Judiciário e julga as contas dos órgãos públicos.
- c) que realiza o controle externo e interno de contas dos Governadores de Estado.
- d) subordinado ao chefe do Poder Executivo.
- e) auxiliar o Poder Legislativo na tarefa deste de realizar o controle externo.

6. (IBFC / TJ-PE – 2017) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão vinculado ao Poder Legislativo, que tem como missão institucional proceder ao controle externo das finanças públicas. Assinale a alternativa que NÃO contém uma das competências do referido Tribunal.

- a) Aplicar sanções previstas em lei nos casos de ilegalidade de despesas ou de irregularidades de contas.
- b) Realizar, por iniciativa exclusiva, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- d) Fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais das quais a União seja sócia, de forma direta ou indireta.
- e) Oferecer representação ao Poder competente quando da verificação de irregularidades ou abusos apurados.

7. (IBFC / EBSERH – 2017) Analise os itens a seguir e considere as normas da Constituição Federal sobre a composição do Tribunal de Contas da União para assinalar a alternativa correta.



- a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quinto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional
- b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional
- c) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um quarto pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e dois terços pelo Congresso Nacional
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e um terço pelo Congresso Nacional
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um décimo pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e os demais pelo Congresso Nacional

8. (FUNDATEC / IGP-RS – 2017) Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas da União.
- c) O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por 11 ministros e tem jurisdição em todo território nacional.
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos em um terço pelo Presidente da República e dois terços pelo Congresso Nacional.

9. (Instituto AOCP/ Câmara de Maringá – 2017) Sobre os Ministros nomeados para o Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta.



- a) Serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal e dois terços pelo Congresso Nacional.
- b) Serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal e um terço pelo Congresso Nacional.
- c) Devem possuir mais de 30 e menos de 70 anos de idade.
- d) Devem possuir mais de 15 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados em dispositivo constitucional.
- e) Não contam com nenhum tipo de prerrogativa, garantias, impedimentos e vencimentos quando comparados com Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

10. (CONSULPLAN / TRF 2ª Região – 2017) De acordo com o art. 71, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, “o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (...)”.

À luz da interpretação do referido preceito constitucional e das normas que lhe são correlatas, assinale a afirmativa correta.

- a) O Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, não está subordinado ao Congresso Nacional.
- b) Como o Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional, as decisões que profira podem ser revistas por este último.
- c) O Tribunal de Contas da União não exerce diretamente o controle externo, sob o prisma financeiro e orçamentário, dos entes da administração direta e indireta.
- d) O Tribunal de Contas da União possui competências próprias, que exerce de modo autônomo, sem subordinação ao Congresso Nacional.

11. (FCC / PGE-MA – 2016) O Tribunal de Contas de certo Estado tomou as seguintes decisões ao apreciar atos que lhe foram submetidos à fiscalização:

- I. negou registro à pensão por morte de servidor público efetivo, sob o argumento de que não foram preenchidos os pressupostos legais para que o benefício fosse concedido.
- II. julgou ilegal a execução de contrato administrativo celebrado no âmbito do Poder Executivo e na mesma decisão sustou sua execução.
- III. julgou irregular a aplicação, por Município, dos recursos financeiros estaduais que lhe foram repassados pelo Estado mediante convênio.



De acordo com as disposições da Constituição Federal aplicáveis aos Tribunais de Contas Estaduais, o Tribunal poderia ter decidido APENAS o quanto referido em

- a) III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I.

12. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Nos termos definidos pela Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário Federal, que inclui o TRF da 3ª Região, está submetido a uma fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Se, nesse contexto, um determinado ato de despesa for impugnado pelo controle externo, sua execução poderá ser sustada

- a) pela Câmara dos Deputados, que comunicará a decisão ao Senado.
- b) pela Câmara dos Deputados, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
- c) pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará a decisão ao Presidente da República.
- d) pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado.
- e) pelo Senado, que comunicará a decisão ao Presidente da República.

13. (AOCF / Prefeitura de Juazeiro – 2016) Com base na Constituição Federal de 1988, sobre a fiscalização do Município, é correto afirmar que

- a) as contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- b) é permitida a criação de Tribunais de Contas Municipais.
- c) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Estadual.
- d) o Poder Executivo Estadual fará o controle externo da legalidade da fiscalização.
- e) o Conselho de Contas Municipais reporta diretamente aos Tribunais de Contas Estaduais.

14. (UFPR / Prefeitura de Curitiba – 2015) Sobre a fiscalização orçamentária e financeira, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):



() O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

() As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo, sendo necessária a inscrição em Dívida Ativa.

() O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

() O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) V – F – V – F.

b) F – V – F – V.

c) V – V – F – F.

d) F – F – V – V.

e) V – V – V – V.

15. (UFPR / Prefeitura de Almirante de Tamandaré – 2015) Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas, é correto afirmar:

a) Os Tribunais de Contas Municipais criados até o advento da Emenda Constitucional 15 de 1996 não violam a Constituição da República.

b) Os Tribunais de Contas julgarão as contas do Prefeito Municipal, sendo facultada à Câmara Municipal a apreciação do julgamento, podendo rejeitá-lo por dois terços dos vereadores presentes à sessão designada.

c) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

d) No âmbito municipal, os Tribunais de Contas julgarão, conjuntamente, as contas do Prefeito e da Câmara Municipal, além das contas dos órgãos, autarquias e fundações do respectivo ente federativo.

e) Os Tribunais de Contas julgarão as contas anuais do Prefeito Municipal, com subsequente aquiescência da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

16. (UEG / Prefeitura de Santa Helena – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a fiscalização dos Municípios, realizada sobre as contas anuais do prefeito, será exercida pelo Poder



- a) Legislativo, mediante controle interno da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.
- b) Executivo, mediante sistemas de controle interno, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelo controle externo da Câmara Municipal.
- c) Judiciário, mediante controle externo, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- d) Legislativo, mediante controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

17. (FGV / TCM-SP – 2015) Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- a) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- b) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- c) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- d) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- e) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

18. (FGV / TCM-SP – 2015) A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados.
- () O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo.



() Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.

A sequência correta é:

a) V – F – F;

b) F – V – V;

c) F – F – F;

d) V – V – V;

e) V – F – V.

19. (FGV / TCE-RJ – 2015) O Chefe do Poder Executivo de determinado município nordestino formulou consulta à sua assessoria jurídica solicitando que fosse esclarecido para qual órgão deveriam ser encaminhadas as contas a respeito da aplicação dos recursos repassados pela União, em razão da participação do município no resultado da exploração de gás natural realizada em seu território. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que as contas devem ser analisadas:

a) pelo Tribunal de Contas do respectivo município, pois a receita auferida se incorporou ao patrimônio municipal;

b) exclusivamente pela Câmara Municipal, órgão competente para emitir parecer e julgar as contas de governo apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo do município;

c) pelo Tribunal de Contas da União, pois os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são de propriedade da União;

d) exclusivamente pelo Congresso Nacional, órgão competente para apreciar a correta aplicação de bens e receitas da União;

e) pelo Tribunal de Contas do Estado, pois pertencem a cada ente federativo as receitas recebidas a título de participação, sendo tão somente repassadas pela União.

20. (CONSULPLAN / CBTU – 2014) Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, marque a alternativa INCORRETA.

a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos 1/3 pelo Congresso Nacional.

b) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

c) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.



d) Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias a contar de seu recebimento.

21. (VUNESP / Prefeitura de São José do Rio Preto – 2014) No que tange à fiscalização e controle dos Municípios, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar:

a) só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

b) só deixará de prevalecer por decisão judicial referente à nulidade procedimental

c) só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da Câmara Municipal.

d) só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal

e) só deixará de prevalecer se não ficarem à disposição do contribuinte pelo prazo de 90 (noventa dias) para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade mediante pedido de revisão das contas.

22. (VUNESP / TJ-SP – 2013) Com relação à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, prevista nas Constituições Federal e Estadual, é correto afirmar que

a) a Assembleia Legislativa prestará suas contas, anualmente, ao Tribunal de Contas.

b) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Senado Federal.

c) qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas da União.

d) o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Justiça.

e) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

23. (FGV / OAB – 2013) Acerca do controle externo da Administração, assinale a afirmativa correta.

a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

b) O Tribunal de Contas não tem competência para julgar as contas das empresas públicas e sociedades de economia mista, por ausência de previsão constitucional.

c) A competência dos Tribunais de Contas dos Estados pode ser reduzida em relação ao modelo federal, em decorrência da capacidade de auto-organização do Estado-membro.

d) As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.



e) O controle externo da Administração é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e pelo Ministério Público de cada ente da Federação.

24. (FGV / SUDENE – 2013) Petrus é administrador público, chefe do executivo, tendo sido comunicado pelo Congresso Nacional que deveria sustar a execução de determinado contrato administrativo, por força da constatação de irregularidades pelo Tribunal de Contas da União. Nos termos da Constituição Federal, cabe ao Tribunal de Contas, ao exercer o controle externo,

- a) imputar multa, sendo a decisão título executivo extrajudicial.
- b) impor sanções pessoais aos administradores relapsos, equiparadas à prisão civil.
- c) estabelecer a quebra dos sigilos bancários e telefônicos dos administradores.
- d) determinar a sustação imediata de contratos, quando aferir irregularidades.
- e) aguardar autorização do Ministério Público para realizar auditorias.

25. (FGV / INEA – 2013) Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União determina que o Executivo deve sustar a execução, até que as irregularidades sejam sanadas. Nos termos da Constituição Federal:

- a) a suspensão dos contratos administrativos é competência do Tribunal de Contas da União.
- b) a competência para a sustação é do Congresso Nacional, comunicado pelo Tribunal de Contas.
- c) o ato de sustação de contratos está no âmbito da fiscalização contábil.
- d) a sustação dos contratos administrativos é atribuição privativa do Executivo.
- e) a sustação dos contratos, quando irregulares, deve ser sugerida pelo Congresso Nacional.

26. (FGV / Fundação Pró-Sangue – 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno tem a finalidade de:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- b) realizar, por iniciativa própria ou por determinação do Poder Legislativo, inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município.



e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.

27. (FGV / Senado Federal – 2008) A respeito do Tribunal de Contas da União, assinale a afirmativa incorreta.

a) Ao Tribunal de Contas da União compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

b) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

c) O Tribunal de Contas da União, órgão integrante do Poder Judiciário, é composto de nove ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre brasileiros de mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral e reputação ilibada.

d) Compete ao Tribunal de Contas da União prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

e) Compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, dentre elas, multa proporcional ao dano causado ao erário.



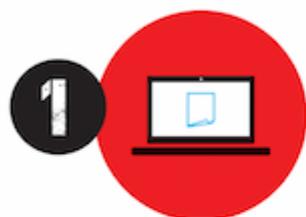
GABARITO

1. LETRA C
2. LETRA D
3. LETRA A
4. LETRA E
5. LETRA E
6. LETRA B
7. LETRA B
8. LETRA E
9. LETRA A
10. LETRA D
11. LETRA C
12. LETRA D
13. LETRA A
14. LETRA D
15. LETRA C
16. LETRA D
17. LETRA D
18. LETRA C
19. LETRA E
20. LETRA A
21. LETRA D
22. LETRA C
23. LETRA D
24. LETRA A
25. LETRA B
26. LETRA E
27. LETRA C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.